

Universidade de Lisboa

Faculdade de Direito

**Mestrado em Direito e Prática Jurídica - Direito Internacional e Relações  
Internacionais**



**O alargamento das plataformas continentais além das 200 milhas marítimas e a sustentabilidade na exploração dos recursos naturais marinhos ali existentes**

**Paula Fernandes Veloso**

**2019**

Universidade de Lisboa

Faculdade de Direito

**Mestrado em Direito e Prática Jurídica - Direito Internacional e Relações Internacionais**



**O alargamento das plataformas continentais além das 200 milhas marítimas e a sustentabilidade na exploração dos recursos naturais marinhos ali existentes**

Projeto apresentado pela aluna Paula Fernandes Veloso para conclusão do Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica de Direito Internacional e Relações Internacionais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa sob orientação do Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos.

**Paula Fernandes Veloso**

**2019**

## EPÍGRAFE

*“(...) it would be naive to expect international law to remedy problems of the complexity the world’s environment now faces without an underlying political, scientific, and technical commitment on the part of states, and a corresponding response in national legal and political systems.”<sup>1</sup>*

BIRNIE, Patricia / BOYLE, Alan / REDGWELL, Catherine

---

<sup>1</sup> Cf. BIRNIE, Patricia / BOYLE, Alan / REDGWELL, Catherine. *International Law and the environment*. 3rd. edition. Oxford University Press, Oxford, 2009, p. 1.

## RESUMO

A presente dissertação versa sobre a extensão da plataforma continental além das 200 milhas marítimas, bem como sobre os direitos e obrigações dos Estados costeiros sobre a exploração dos recursos marinhos ali existentes. É feita uma análise sobre a Convenção de Montego Bay (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar) com enfoque em dois artigos: art. 76º e art. 82º. O art. 76º estabelece as diretrizes para a delimitação do limite externo da plataforma continental além das 200 milhas e o art. 82º cuida das obrigações dos Estados costeiros que venham a explorar os recursos marinhos não-vivos em suas plataformas continentais alargadas. Ao final, considerando a necessidade de obtermos um equilíbrio entre a exploração desses recursos e a preservação do meio ambiente marinho, traçamos a convergência entre os instrumentos internacionais de proteção do meio ambiente e de desenvolvimento sustentável com os dispositivos legais estabelecidos pela Convenção de Montego Bay neste sentido. Buscou-se apresentar possíveis soluções ao problema que vem sendo enfrentado mundialmente em relação à efetiva implementação dos acordos, tratados e convenções internacionais sobre a proteção do meio ambiente marinho com foco na sustentabilidade.

Palavras-Chave: Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; Convenção de Montego Bay; artigo 76º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, 1982; extensão da plataforma continental além das 200 milhas marítimas; Comissão de Limites da Plataforma Continental; artigo 82º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, 1982; Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos; Direito Internacional do Ambiente; desenvolvimento sustentável; Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (SDG 14) da Organização das Nações Unidas.

## **ABSTRACT**

This dissertation deals with the extension of the continental shelf beyond 200 nautical miles, as well as the rights and obligations of the coastal States on the exploitation of the marine resources existing there. We analyse the Montego Bay Convention (United Nations Convention on the Law of the Sea) with focus on two articles: article 76 and article 82. Article 76 establishes criteria for the delimitation of the outer limit of the continental shelf beyond 200 nautical miles and article 82 establishes obligations of coastal States that exploit non-living marine resources in their extended continental shelf. In the end, considering the need to reach a balance between the exploitation of these resources and the preservation of the marine environment, we have studied the convergence between the international instruments for environmental protection and sustainable development with the legal provisions established by the Montego Bay Convention regarding this scenario. Some possible solutions were given to the problem that has been faced internationally in relation to the effective implementation of international agreements, treaties and conventions on environmental protection with a focus on sustainability.

**Key Words:** United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS); Montego Bay Convention; Article 76 of the United Nations Convention on the Law of the Sea, 1982; extension of the continental shelf beyond 200 nautical miles; outer continental shelf; Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS); Article 82 of the United Nations Convention on the Law of the Sea, 1982; International Seabed Authority (ISA); International Environmental Law; sustainable development; Sustainable Development Goal 14 (SDG 14) of the United Nations.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>PARTE I. A PLATAFORMA CONTINENTAL.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I – O CONCEITO DE PLATAFORMA CONTINENTAL.....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 A Plataforma Continental em termos geomorfológicos e jurídicos.....</b>	<b>11</b>
<b>1.2 Evolução histórica do conceito jurídico .....</b>	<b>12</b>
1.2.1 A Proclamação Truman .....	12
1.2.2 A Convenção de Genebra sobre a Plataforma Continental (1958).....	14
1.2.2.1. Limites da plataforma continental segundo a Convenção de Genebra .	15
1.2.2.2. Jurisprudência sobre o tema.....	17
1.2.3 A Convenção de Montego Bay – Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1982) .....	18
<b>PARTE II. O ALARGAMENTO DA PLATAFORMA CONTINENTAL ALÉM DAS 200 MILHAS MARÍTIMAS.....</b>	<b>38</b>
<b>CAPÍTULO II. A DELIMITAÇÃO DA PLATAFORMA CONTINENTAL ALÉM DAS 200 MILHAS MARÍTIMAS.....</b>	<b>39</b>
<b>2.1 O artigo 76º da Convenção de Montego Bay e os critérios de delimitação em relação à Área e em relação a outros Estados .....</b>	<b>39</b>
<b>2.2 O artigo 82 da Convenção de Montego Bay.....</b>	<b>44</b>
<b>2.3 A Comissão de Limites da Plataforma Continental.....</b>	<b>51</b>
2.3.1 Federação Russa .....	60
2.3.2 Federação Russa (submissão parcial revisada em relação ao Mar de Okhotsk) .....	62
2.3.3 Brasil .....	63
2.3.4 Austrália.....	66
2.3.5 Noruega (em relação a <i>Bouvetøya and Dronning Maud Land</i> ).....	72

**PARTE III. SUSTENTABILIDADE NA EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS  
NATURAIS MARINHOS PRESENTES NA PLATAFORMA CONTINENTAL  
ALÉM DAS 200 MILHAS MARÍTIMAS.....75**

**CAPÍTULO III. O DIREITO INTERNACIONAL DO MAR E O DIREITO  
INTERNACIONAL DO AMBIENTE .....76**

**3.1 A política de proteção e preservação do meio marinho no Direito  
Internacional do Ambiente e na Convenção de Montego Bay ..... 76**

**3.2 Direitos e obrigações dos Estados costeiros em relação à exploração dos  
recursos naturais existentes na plataforma continental além das 200 milhas  
marítimas ..... 84**

**3.3 Aplicação da sustentabilidade na exploração dos recursos naturais  
marinhos presentes na plataforma continental além das 200 milhas marítimas  
- implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 da  
Organização das Nações Unidas ..... 89**

**CONCLUSÃO.....92**

**BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTOS CITADOS .....94**

**Doutrina ..... 94**

**Jurisprudência ..... 100**

**Documentos internacionais..... 101**

## INTRODUÇÃO

Desde momentos anteriores à Segunda Guerra Mundial, os recursos naturais marinhos presentes no solo e no subsolo das plataformas continentais vem sendo alvo de interesse por parte dos Estados Costeiros, especialmente, em razão da sua extensa reserva de petróleo e gás,<sup>2</sup> mas também pela riqueza de outros recursos naturais marinhos como organismos vivos com recursos genéticos valiosos para produtos farmacêuticos e ecossistemas que podem ser a base de uma cadeia alimentar que inclui valiosas espécies comerciais de peixes<sup>3</sup>.

O regime jurídico sobre as plataformas continentais foi, pela primeira vez, tratado na Convenção de Genebra de 1958 após a Proclamação Truman, feita pelos Estados Unidos da América em 28 de setembro de 1945 para estender sua jurisdição sobre os recursos naturais provenientes de sua plataforma continental.

Posteriormente, após a Convenção de Montego Bay de 1982, e, em função do interesse dos Estados Costeiros sobre os recursos localizados além do limite das plataformas continentais até então definido pela referida Convenção de Genebra, isto é, o limite de até 200 milhas marítimas<sup>4</sup>, é que surge a legislação sobre a extensão da plataforma continental além das 200 milhas marítimas, com a possibilidade de exploração dos recursos marinhos ali existentes pelos Estados costeiros.

Destarte, buscar-se-á por meio do presente trabalho apresentar uma análise sobre a sustentabilidade na exploração dos recursos naturais marinhos existentes nas plataformas continentais além das 200 milhas marítimas, trazendo, portanto, uma

---

<sup>2</sup> CHURCHILL e LOWE, *The Law of the Sea*, cit., p. 120, afirmam que o petróleo e gás natural representam 90% (noventa por cento) do valor total dos minerais extraídos do subsolo marinho.

<sup>3</sup> MOSSOP, Joanna. *The Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles – rights and responsibilities*. Cit., p. 1, dispõe que “a number of valuable resources can be found on continental shelves, including oil and gas, minerals such as gold and copper, and living organisms that could yield valuable genetic resources for pharmaceuticals and other commercial products. Rather than being devoid of life, the continental shelf hosts strange and beautiful ecosystems. On some seamounts, cold-water corals that are hundreds, or even thousands, of years old may be found alongside sponges and sea lilies that are attached to the sea floor. These suspension feeders provide habitats for small, mobile invertebrates such as molluscs, crustaceans, and echinoderms. These ecosystems may be the basis of a food chain that includes valuable commercial fish species. Entire ecosystems may be based not on oxygen, but on the chemicals forced from the sea floor around hydrothermal vents and cold seeps. Ghost-like crabs crawl around tubeworms and enormous mats of bacteria form on the sea floor. Such resources and ecosystems may be found in a variety of locations on a State’s continental shelf.”.

<sup>4</sup> No âmbito do presente trabalho, optamos pela utilização da expressão “milhas marítimas”, e não “milhas náuticas”, em decorrência da utilização desta expressão pela versão oficial em língua portuguesa da Convenção de Montego Bay.



discussão sobre a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 da Organização das Nações Unidas, isto é, como alcançar equilíbrio entre a exploração dos recursos marinhos e a conservação e utilização dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos de forma sustentável.

Para tanto, o presente estudo encontra-se dividido basicamente em três grandes tópicos que abrangerão, respectivamente, a plataforma continental no âmbito internacional, o processo do alargamento da plataforma continental dos Estados costeiros além das 200 milhas marítimas e, por fim, a sustentabilidade na exploração dos recursos naturais marinhos existentes nas plataformas continentais além das 200 milhas marítimas.

## **PARTE I. A PLATAFORMA CONTINENTAL**

## Capítulo I – O conceito de Plataforma Continental

### 1.1 A Plataforma Continental em termos geomorfológicos e jurídicos

O termo "plataforma continental" (em inglês, “*continental shelf*”) é um conceito geomorfológico utilizado pela primeira vez no século XIX<sup>5</sup>, pelo geólogo inglês H. R. Mill, para designar uma zona imersa, de declive suave, com um gradiente entre 0,1° e 3°, que a partir da linha média da baixa-mar prolonga a terra firme até distâncias que variam entre escassas centenas de metros até 800 milhas marítimas, o equivalente a aproximadamente 1500 quilómetros.

A plataforma continental é, em termos físicos, a planície submersa que fica entre a linha de costa dos Estados e o limite da plataforma, formando uma espécie de prolongamento natural da costa, cuja extensão média é de aproximadamente 42 milhas marítimas (podendo apresentar mais de 800 milhas marítimas, como no caso do Mar de Bering<sup>6</sup>) e cujas águas apresentam uma profundidade que pode atingir cerca de 200 metros.

De acordo com Dupuy e Vignes<sup>7</sup>, a plataforma é uma zona de águas pouco profundas (com uma profundidade média de 64 metros) caracterizada pelo seu gradiente muito baixo, com uma média de 0,07°. Ela se estende até a súbita mudança no gradiente (a uma profundidade média de 130 metros), que marca a transição para o talude continental (ou escarpa continental, ou “*continental slope*”), que é uma zona muito mais inclinada, com um gradiente médio de pouco mais de 4° e extensão que varia entre 10 e 20 milhas marítimas. A partir daí tem-se a elevação continental (ou sopé continental, ou “*continental rise*”), na qual o declive volta a ser menos acentuado e cuja extensão pode chegar a 620 milhas marítimas. A elevação continental, por sua vez, repousa sobre o fundo ou planície abissal, que apresenta uma profundidade de 3300 a 5500 metros.

Assim, com a junção da plataforma continental com o talude continental e com a elevação continental tem-se o complexo denominado margem continental<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> Cf. GUEDES, Armando M. Marques. *Direito do Mar*. Coimbra: Coimbra Editora, 1998, 2. ed., p. 39.

<sup>6</sup> Cf. BASTOS, Fernando Loureiro. *A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, Lisboa: AAFDL, 2005, p. 286;

<sup>7</sup> Cf. DUPUY, René-Jean / VIGNES, Daniel (edits.), *A Handbook on the New Law of the Sea*, volume 1, Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1991, Cap. 6, p. 319-320.

<sup>8</sup> Cf. GUEDES, Armando M. Marques. *Direito do Mar*. Coimbra: Coimbra Editora, 1998, 2. ed., p. 40, que também dispõe que a margem continental é completada pela bacia oceânica, também chamada de planície abissal.

Juridicamente, o conceito de “plataforma continental” tem sofrido variações desde a Proclamação Truman<sup>9</sup> até os dias atuais, sendo fortemente influenciado pelo desenvolvimento de novas tecnologias capazes de apresentar maior precisão na apuração dos limites das plataformas dos Estados costeiros.

Atualmente, conforme bem definido por Bastos<sup>10</sup>, “a plataforma continental em termos jurídicos corresponde, em termos mais correctos, à margem continental em termos físicos” e complementa que, “em termos espaciais a diferença é considerável, dado que, enquanto a plataforma continental corresponde a cerca de 7% do espaço dos oceanos, equivalentes a 26 milhões de Km<sup>2</sup>, a margem continental ocupa cerca de 21% do espaço submerso.”

Veremos a seguir a evolução histórica do conceito jurídico de plataforma continental, apresentando as formas utilizadas pelos Estados costeiros para expandir seus territórios submersos adjacentes às suas linhas costeiras ao longo dos anos.

## **1.2 Evolução histórica do conceito jurídico**

### **1.2.1 A Proclamação Truman**

De acordo com Guedes<sup>11</sup>, “é da Proclamação Truman e da regulamentação norte-americana subsequente que verdadeiramente data a admissão da plataforma continental como figura jurídica autônoma, dotada de estatuto próprio (...)”.

A Proclamação Truman<sup>12</sup> foi proferida em 28 de Setembro de 1945 pelo então Presidente dos Estados Unidos da América, Harry Truman. Nela, os Estados Unidos da América reivindicaram a jurisdição sobre os recursos do solo e do subsolo da extensão da massa terrestre contígua à sua costa, mas subjacente a águas do Alto Mar.

---

<sup>9</sup> Contudo, conforme VALLE, Jaime. A Plataforma Continental: alguns aspectos do seu actual regime jurídico. In: *Revista Jurídica da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa*, Lisboa Nova Série, nº 25, Abril 2002, p. 38, já havia interesse jurídico pela plataforma continental anteriormente à Proclamação Truman. Mas, como destacado por BASTOS, *A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, cit., p. 288, o “processo de apropriação da plataforma continental só se dá a partir de 1945, com a multiplicação das reivindicações unilaterais”.

<sup>10</sup> Cf. BASTOS, *A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, cit., p. 285.

<sup>11</sup> GUEDES, Armando M. Marques. *Direito do Mar*. Coimbra: Coimbra Editora, 1998. 2. ed., p. 38.

<sup>12</sup> Cf. *United States Presidential Proclamation 2667 of 28 September 1945*, 10 Fed. Reg. 12,305, 1945.

Como bem exposto por Rothwell e Stephens<sup>13</sup>, “*the United States sought by way of a unilateral declaration to exercise jurisdiction and control over the natural resources of the subsoil and seabed of the contiguous continental shelf. This was the area of the seabed immediately adjacent to the coastline which extended out into the ocean as an undersea extension of the landmass.*”.

O conceito de plataforma continental segundo a Proclamação Truman correspondia ao seu significado em termos físicos, isto é, correspondia à planície adjacente ao território costeiro dos Estados, sendo, pois, o prolongamento natural destes<sup>14</sup>.

Após este ato dos Estados Unidos da América, cujo caráter econômico pode ser traduzido pela reivindicação dos direitos de exploração dos recursos naturais existentes na plataforma continental<sup>15</sup>, outros Estados também estenderam sua jurisdição de forma semelhante à realizada pelos Estados Unidos da América por meio de declarações

---

<sup>13</sup> Cf. ROTHWELL, Donald R. / STEPHENS, Tim. *The International Law of the Sea*. Second Edition, Oxford and Portland, Oregon, 2016, p. 5. Para maior aprofundamento sobre o tema cf. ROTHWELL, Donald R. / STEPHENS, Tim. *The International Law of the Sea*. Second Edition, Oxford and Portland, Oregon, 2016, p. 104-106.

<sup>14</sup> Neste sentido, MOSSOP, Joanna. *The Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles – rights and responsibilities*. Oxford, Oxford University Press, 2016, p. 55, afirmou que: “[a] press release issued at the time of the Proclamation announced that the United States considered the continental shelf to be the submerged land that was covered by no more than 100 fathoms (600 feet) of water. This Proclamation reflected a move away from the concept of natural prolongation of the territory instead. The latter concept was to become the prevailing theory underpinning the development of the regime of the continental shelf.”. Também neste sentido, cf. TREVES, Tullio. “Historical Development of the Law of the Sea” in ROTHWELL, Donald R. / ELFERINK, Alex G. Oude / SCOTT, Karen N. / STEPHENS, Tim (eds.). *The Oxford handbook of the law of the sea*, Oxford, Oxford University Press, 2015, p. 1-23.

<sup>15</sup> De acordo com BASTOS, A *Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, cit., p. 287, “A Proclamação Truman partia do pressuposto que se estava em presença de um prolongamento natural da costa e que, ao distinguir claramente a plataforma continental do mar territorial, os Estados Unidos da América estavam apenas a reivindicar direitos relativamente aos recursos naturais. Em consequência, ficava assegurado o controlo dos recursos naturais existentes no leito e no subsolo dos fundos marinhos adjacentes.”

unilaterais<sup>16</sup> que, muitas vezes, tinham seu conteúdo diverso do contido na Proclamação<sup>17</sup>.

### 1.2.2 A Convenção de Genebra sobre a Plataforma Continental (1958)

Diante de tamanha repercussão e diversos interesses dos diferentes Estados costeiros, a plataforma continental e os recursos nela existentes foram objeto da Convenção de Genebra sobre a Plataforma Continental (“Convenção de Genebra<sup>18</sup>”), datada de 29 de abril de 1958, na qual foram fixadas as primeiras bases gerais sobre o assunto.

A Convenção de Genebra trouxe a primeira positivação do conceito de plataforma continental, dispondo em seu art. 1º que “a expressão «plataforma continental» é utilizada para designar: a) O leito do mar e o subsolo das regiões submarinas adjacentes às costas mas situadas fora do mar territorial até uma profundidade de 200 m ou, para além deste limite, até ao ponto onde a profundidade das águas superjacentes permita a exploração dos recursos naturais das ditas regiões; b) O leito do mar e o subsolo das regiões submarinas análogas que são adjacentes às costas das ilhas.”.

Além disso, a Convenção de Genebra também cuidou de legislar sobre os poderes soberanos dos Estados ribeirinhos sobre a plataforma continental,

---

<sup>16</sup> GUEDES, “Direito do Mar”, cit., p. 38, menciona que Portugal foi o primeiro país europeu a seguir o caminho traçado pelos Estados Unidos da América, tendo publicado em 1956 a Lei n.º 2080, de 21 de março. Além disso, FERRÃO, A delimitação da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas, cit., p. 38-39, complementa com os exemplos de actos unilaterais surgidos na sequência da Proclamação Truman, quais sejam: a Declaração da Costa Rica, de 27 de Julho de 1948; o Decreto Presidencial Mexicano, de 25 de Fevereiro de 1949; a Proclamação da Arábia Saudita, de 28 de Maio de 1949; a Emenda à Constituição das Honduras, de 7 de Março de 1950; a Declaração do Paquistão, de 9 de Março de 1950; o Decreto Brasileiro, de 18 de Novembro de 1950; e o Decreto do Equador, de 21 de Fevereiro de 1951.

<sup>17</sup> Neste sentido, afirmou MOSSOP, Joanna. *The Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles – rights and responsibilities*. Oxford, Oxford University Press, 2016, p. 55: “Other States claimed to exercise rights to the seabed contiguous to their coasts in terms that differed from the Truman Proclamation.”.

<sup>18</sup> A Convenção de Genebra sobre a Plataforma Continental, adotada em Genebra em 29 de Abril de 1958 foi assinada por Portugal em 28 de Outubro de 1958 e aprovada para ratificação pelo Decreto-Lei n.º 44490, de 3 de Agosto de 1962, disponível em: <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/dl44490D.pdf>. Sobre os trabalhos que antecederam a Convenção de Genebra sobre a Plataforma Continental cf. ROTHWELL, Donald. R. / STEPHENS, Tim. *The International Law of the Sea*. Second Edition, Oxford and Portland, Oregon, 2016, p. 6-9; ROTHWELL, Donald. R. / STEPHENS, Tim. *The International Law of the Sea*. Second Edition, Oxford and Portland, Oregon, 2016, p. 106-111.

esclarecendo, em seu art. 2º, que “O Estado ribeirinho exerce direitos soberanos sobre a plataforma continental com o fim da sua exploração e da extracção dos seus recursos naturais.”.

Nesse caso, de acordo com o item 4 do art. 2º da Convenção, os recursos naturais ora mencionados devem ser entendidos como “os recursos minerais e outros recursos não vivos no leito do mar e do subsolo, bem como os organismos vivos que pertencem às espécies sedentárias, quer dizer, de organismos que no estado em que podem ser pescados são incapazes de se deslocar e não permanecendo constantemente em contacto físico com o leito do mar ou o subsolo.”.

#### 1.2.2.1. Limites da plataforma continental segundo a Convenção de Genebra

A Convenção de Genebra estabeleceu em seu art. 1º os critérios para definição dos limites da plataforma continental.

Conforme bem definido por Guedes<sup>19</sup>, os limites definidos pela Convenção de Genebra para as plataformas continentais podem ser assim elencados:

- Limite vertical superior: superfície de contacto com a base da coluna de água de Alto Mar que sobre o seu leito assenta;
- Limite vertical inferior: subsolo que a esse leito corresponde;
- Limite horizontal interior: segue o traçado da orla extrema do leito do Mar Territorial;
- Limite horizontal exterior: espousa a isóbata dos 200 metros, ou a curva de nível correspondente à profundidade até à qual se mostrar viável a exploração.

Ademais, a Convenção de Genebra apontou em seu art. 6º que, primeiramente, os Estados vizinhos devem estabelecer a delimitação de suas plataformas continentais de forma amigável, por meio de acordo.

Caso não fosse possível firmar um acordo entre as partes, a Convenção estabeleceu que os Estados deveriam utilizar um dos dois critérios a seguir expostos<sup>20</sup>:

---

<sup>19</sup> GUEDES, Armando M. Marques. *Direito do Mar*. Lisboa: Coimbra, 1998. 2. ed., p. 181.

- a) nos casos entre as plataformas continentais de Estados com costas opostas, deverá ser aplicado o método da linha mediana equidistante dos pontos mais próximos das linhas de base dos respectivos mares territoriais;
- b) nos casos de Estados vizinhos com costas limítrofes, a delimitação deverá ser feita pelo princípio da equidistância dos pontos mais próximos das linhas de base a partir das quais é medida a largura do mar territorial de cada Estado.

De acordo com Tanaka<sup>21</sup>, “Article 1(a) of the Geneva Convention on the Continental Shelf provides two criteria to locate the seaward limits of the continental shelf: the 200 metres isobath and the exploitability test.”, ou seja, a alínea a do art. 1º da Convenção de Genebra fornece dois critérios para localizar os limites da plataforma continental: a isóbata dos 200 metros e o teste de possibilidade de exploração de recursos naturais.

Importante frisar que, com o crescente desenvolvimento das tecnologias à época da Convenção de Genebra, e, conforme disposto na parte final da referida alínea a do art. 1º da Convenção que diz que o limite da plataforma continental pode ser também definido como “até ao ponto onde a profundidade das águas superjacentes permita a exploração dos recursos naturais das ditas regiões”, foi possível aos Estados costeiros darem início à busca pela exploração dos recursos naturais possivelmente presentes nos limites de suas plataformas continentais definidos pela Convenção de Genebra.

Contudo, as regras da Convenção de Genebra para delimitação das plataformas continentais dos Estados culminaram por originar casos contenciosos julgados pelo Tribunal Internacional de Justiça, demonstrados a seguir.

---

<sup>20</sup> Dispõe o artigo 6º da Convenção de Genebra sobre a Plataforma Continental:

*“1. No caso de uma mesma plataforma continental ser adjacente aos territórios de dois ou vários Estados cujas costas são opostas, o limite da plataforma continental entre estes Estados será determinado por acordo entre eles. Na falta de acordo e a menos que circunstâncias especiais justifiquem outra delimitação, esta será constituída pela linha mediana em que todos os pontos são equidistantes dos pontos mais aproximados das linhas de base a partir das quais é medida a largura do mar territorial de cada um dos Estados.*

*2. No caso em que a mesma plataforma continental é adjacente ao território de dois Estados limítrofes, a delimitação da plataforma continental é determinada por acordo entre eles. Na falta de acordo e a menos que circunstâncias especiais justifiquem outra delimitação, esta far-se-á pelo princípio da equidistância dos pontos mais próximos das linhas de base a partir das quais é medida a largura do mar territorial de cada um dos Estados.”.*

<sup>21</sup> TANAKA, Yoshifumi. *The international law of the sea*. 2nd.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, LXXXVI, p. 138.



### 1.2.2.2. Jurisprudência sobre o tema

Entre os casos contenciosos referentes à delimitação da plataforma continental julgados pelo Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), pode-se destacar o Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte, julgado em 20 de fevereiro de 1969, tendo como partes a República Federal da Alemanha e a Dinamarca, bem como a República Federal da Alemanha e os Países Baixos<sup>22</sup>. Como bem destacado por Bastos<sup>23</sup>, pelo fato de a República Federal da Alemanha não integrar a Convenção de Genebra, estes casos foram julgados com base no direito costumeiro.

Muito embora não se tratasse de uma questão referente aos limites externos da plataforma continental, mas sim sobre a delimitação desta<sup>24</sup>, a decisão do Tribunal Internacional de Justiça utilizou neste caso o critério da equidade e apontou que o prolongamento natural do território do Estado costeiro para a delimitação das plataformas continentais em disputa deveria ser respeitado.

De acordo com o Tribunal, “a delimitação deveria ser feita conforme a equidade, tendo em conta as circunstâncias especiais pertinentes, de modo a atribuir, na medida do possível, a cada Estado a totalidade das zonas da Plataforma Continental que constituam o prolongamento natural do seu território e que não invadam o prolongamento natural do território de outro Estado”.

A decisão do Tribunal Internacional de Justiça no caso supramencionado se destaca no universo jurídico, pois cuidou de determinar os princípios e as regras de Direito Internacional aplicáveis à delimitação da plataforma continental dos países envolvidos. Estes critérios acabaram por adquirir natureza consuetudinária e influenciar a III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, dando origem, assim, à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

---

<sup>22</sup> Casos da Plataforma Continental do Mar do Norte – North Sea Continental Shelf Cases (Federal Republic of Germany/Denmark; Federal Republic of Germany/Netherlands), Judgment of February 20<sup>th</sup> 1969, ICJ Reports 1969, pág. 51, parágrafo 95, página 54, parágrafo 101. Sobre o referido caso, cf. ROTHWELL, Donald. R. / STEPHENS, Tim. *The International Law of the Sea*. Second Edition, Oxford and Portland, Oregon, 2016, p. 110-111.

<sup>23</sup> Cf. BASTOS, A *Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, cit., p. 293.

<sup>24</sup> Neste sentido, cf. BASTOS, A *Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, cit., p. 293

### 1.2.3 A Convenção de Montego Bay – Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1982)

Precedida pelos trabalhos desenvolvidos na III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar<sup>25</sup>, a Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar<sup>26</sup>, ora denominada “Convenção de Montego Bay”, foi assinada em 10 de Dezembro de 1982, em Montego Bay, Jamaica. Uma das grandes inovações da Convenção de Montego Bay para o ordenamento jurídico internacional foi o estabelecimento dos limites exteriores da plataforma continental de forma precisa e detalhada<sup>27</sup>.

Esta inovação buscou ultrapassar as divergências até então existentes entre os Estados costeiros em relação aos limites exteriores das plataformas continentais e proporcionar legitimação para que os Estados pudessem saber com exatidão os limites de sua soberania sobre o espaço adjacente aos seus territórios terrestres<sup>28</sup>.

Nos termos do art. 76º, nº 1, da Convenção de Montego Bay, o conceito de plataforma continental foi ampliado e ficou assim definido:

“A plataforma continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância.”.

---

<sup>25</sup> Sobre este tema, cf. ROTHWELL, Donald. R. / STEPHENS, Tim. *The International Law of the Sea*. Second Edition, Oxford and Portland, Oregon, 2016, p. 112-114.

<sup>26</sup> A Convenção de Montego Bay entrou em vigor em 16 de Novembro de 1994 e, até 03 de Abril de 2018, foi ratificada por 168 Estados, conforme disponibilizado pelas Nações Unidas em [https://www.un.org/depts/los/reference\\_files/chronological\\_lists\\_of\\_ratifications.htm#The%20United%20Nations%20Convention%20on%20the%20Law%20of%20the%20Sea](https://www.un.org/depts/los/reference_files/chronological_lists_of_ratifications.htm#The%20United%20Nations%20Convention%20on%20the%20Law%20of%20the%20Sea). Em relação aos Estados que não ratificaram a Convenção de Montego Bay, VALLE, A Plataforma Continental: alguns aspectos do seu actual regime jurídico. In: *Revista Jurídica da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa*, p. 43, afirma que “não é possível pretender que as regras compiladas na CMB apenas vinculam os Estados que nela são partes, não produzindo quaisquer efeitos relativamente aos restantes, como também não é possível sustentar, no momento actual, que todas as regras constantes da CMB, ou mesmo todas as regras nela contidas com excepção das relativas à Área, constituem costume internacional geral. A resposta terá de ser procurada caso a caso.”

<sup>27</sup> Conforme BASTOS, *A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, cit., p. 304, as regras do artigo 76 são resultado da justaposição dos principais critérios que foram sendo propostos durante as negociações da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

<sup>28</sup> Para ilustrar os limites definidos pela Convenção de Montego Bay para as plataformas continentais, vide TANAKA, Yoshifumi. *The international law of the sea*, cit., p. 140-141.

O conceito de plataforma continental passou a incluir o limite do bordo exterior da margem continental, apresentando agora duas formas de se estabelecer os limites externos da plataforma continental<sup>29</sup>:

- Até as 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial (independentemente do fato de a plataforma existir ou não fisicamente – *inner continental shelf*);
- Além das 200 milhas marítimas, caso a plataforma continental exista fisicamente (*outer continental shelf*).

Conforme bem elucidado por Ferrão<sup>30</sup>, “o conceito jurídico de plataforma continental não coincide com o seu significado em termos físicos, porquanto: até às 200 milhas os dois conceitos não estão minimamente relacionados; e além das 200 milhas, embora juridicamente a plataforma apenas exista se em termos físicos também tiver lugar, o que se tem em conta é toda a margem continental (que inclui não apenas a planície, mas também o talude continental e a elevação continental) e não apenas a planície (a que estritamente se refere o sentido físico).”.

Dessa forma, de acordo com a Convenção de Montego Bay, o conceito de plataforma continental, em termo jurídicos, corresponde à margem continental, em termos físicos<sup>31</sup>, constituindo um aumento dos territórios submarinos sujeitos aos poderes dos Estados. Assim, os Estados costeiros, cujas características da plataforma continental se encaixem nos requisitos estabelecidos especialmente no art. 76º, podem estender suas plataformas continentais para além das 200 milhas marítimas.

Para que o Estado costeiro tenha direito à extensão de sua plataforma continental deverá submeter, nos termos do art. 76º, nº 8, as informações sobre os limites de sua plataforma continental à Comissão de Limites da Plataforma Continental.

Importante ressaltar que, nos termos art. 77º, nº 1<sup>32</sup>, “o Estado costeiro exerce direitos de soberania sobre a plataforma continental para efeitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais.”.

---

<sup>29</sup> Definição elaborada por FERRÃO, Marisa Caetano. *A delimitação da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas*. Lisboa: AAFDL, 2009, p. 47.

<sup>30</sup> Cf. FERRÃO, *A delimitação da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas*, cit., p. 49.

<sup>31</sup> Nesse sentido, cf. BASTOS, *A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, cit., p. 285.

<sup>32</sup> Dispõe o art. 77º, nº 1, da Convenção de Montego Bay:

“1. O Estado costeiro exerce direitos de soberania sobre a plataforma continental para efeitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais.”.

De acordo com os artigos 83º, 279º a 299º da Convenção de Montego Bay, a delimitação da plataforma continental deve ser feita por meio de acordo entre os Estados vizinhos.

Apesar de continuar a dar preferência à via do acordo como previsto na Convenção de Genebra, a Convenção de Montego Bay indica os critérios supletivos de delimitação decorrentes das fontes do Direito Internacional elencadas no art. 38º do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça.

Desta forma, caso não seja possível firmar acordo entre os Estados, as partes podem utilizar os mecanismos de solução de controvérsias previstos nos artigos 279º a 299º da Convenção de Montego Bay, impondo-se, contudo, aos órgãos de jurisdição a aplicação das normas que resultarem das fontes de Direito Internacional e a observância da solução equitativa quando do julgamento.

#### 1.2.3.1 O artigo 76º da Convenção de Montego Bay – a determinação dos limites exteriores da plataforma continental

Conforme verificado supra, foi na Convenção de Montego Bay que se estabeleceu pela primeira vez os limites externos da plataforma continental de forma criteriosa e concisa, especialmente, no art. 76º.

O art. 76º, em virtude de sua complexidade, vem sendo objeto de diversos estudos, manuais e guias, principalmente por parte da Organização das Nações Unidas e da Comissão de Limites da Plataforma Continental, como será apresentado a seguir.

Primeiramente, pode-se dizer que, de acordo com o art. 76º, nº 1, foram estabelecidos dois critérios para determinação da plataforma continental: o critério da distância e o critério geomorfológico.

Neste sentido, Guedes<sup>33</sup> dispõe que houve um abandono à referência de profundidade para delimitação dos limites da plataforma continental, e foi inserida, por sua vez, a referência à geomorfologia da plataforma ao se estabelecer no art. 76º, nº 1 e nº 3, da Convenção de Montego Bay critérios como o “prolongamento natural

---

<sup>33</sup> GUEDES, *Direito do Mar*, cit., p. 187-188.

do seu território terrestre” e o “prolongamento submerso da massa terrestre do Estado costeiro”.

Por outro lado, pode-se dizer também que foram utilizados os critérios formados por elementos geomorfológicos e de distância ou geomorfológicos e de profundidade para definir os limites da plataforma continental<sup>34</sup>.

No entendimento de Guedes,<sup>35</sup> o critério fundamental prescrito pela Convenção de Montego Bay é o da distância, isto é, “se a orla exterior da margem continental correr aquém das 200 milhas marítimas, contadas da linha de base do mar territorial, a Plataforma (para efeitos jurídicos) considerar-se-á como indo até esse limite. Se o exceder, ter-se-á (para os mesmos efeitos) como terminada a 350 milhas marítimas, medidas de idêntica maneira ou a 100 milhas marítimas para lá da isóbata dos 2500 metros.”<sup>36</sup>.

Pode-se dizer que, em termos jurídicos, a extensão da plataforma continental, segundo a Convenção de Montego Bay, varia entre 200 milhas marítimas e 350 milhas marítimas ou 100 milhas marítimas para lá da isóbata dos 2500 metros de distância das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do seu mar territorial. Estas linhas de base não constituem sinônimo da sua ocorrência geomorfológica, considerando-se a margem continental, “que pode ser mais ou menos extensa, ou até inexistente.”<sup>37</sup>

Assim, até a extensão de 200 milhas marítimas contadas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do seu mar territorial, qualquer Estado costeiro passou a ter o direito a uma plataforma continental após a Convenção de Montego Bay, mesmo naqueles lugares em que a plataforma não exista em termos físicos.

---

<sup>34</sup> Nesse sentido, cf. VALLE, A Plataforma Continental: alguns aspectos do seu actual regime jurídico, cit., p. 42 e cf. BASTOS, *A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, cit., p. 304-305, que dispõe que “(...) o critério geomorfológico não é puro, sendo temperado por um critério de distância ou de profundidade. São utilizados, em conformidade, dois critérios alternativos e não dois critérios complementares. Pode-se dizer que a Convenção de 1982 retomou, em parte, o princípio do prolongamento natural. Mas onde antes estava um conceito físico adequado a essa ideia – a plataforma continental -, passou a estar um conceito que desvirtua esse princípio: o de margem continental.”

<sup>35</sup> GUEDES, *Direito do Mar*, cit., p. 187-188.

<sup>36</sup> GUEDES, *Direito do Mar*, cit., p. 188.

<sup>37</sup> cf. VALLE, A Plataforma Continental: alguns aspectos do seu actual regime jurídico, cit., p. 42. Nesse sentido também é o entendimento de GUEDES, *Direito do Mar*, cit., p. 188-189.

Para além das 200 milhas marítimas, apenas terão direito a requerer a extensão da plataforma continental aqueles Estados costeiros em cujos territórios submersos adjacentes à plataforma (margem continental) efetivamente exista essa distância.<sup>38</sup>

Os critérios para definição dos limites da plataforma continental de acordo com a Convenção de Montego Bay, em comparação aos critérios previstos na Convenção de Genebra, e sua possível extensão foram elencados da seguinte forma por Guedes<sup>39</sup>:

- Limites verticais (art. 76º, nº 1): continuaram iguais aos definidos na Convenção de Genebra (art. 1º, a);
- Limite horizontal interior (art. 76º, nº 1): continuou igual ao definido na Convenção de Genebra (art. 1º, a), sendo, pois, definido como a orla exterior do leito e subsolo do Mar Territorial;
- Limite horizontal exterior (art. 76º, nº 1 e nº 5): passou a ser definido como - dependendo das circunstâncias e das possibilidades de escolha de cada Estado costeiro -, ou a linha das 200 milhas marítimas, medidas da linha de base desse Mar (art. 76º, nº 1), ou as linhas das 350 milhas marítimas ou das 100 milhas marítimas para além da isóbata de 2500 metros (art. 76º, nº 5<sup>40</sup>).

Conforme já apresentado alhures, como o conceito de plataforma continental trazido pela Convenção de Montego Bay (em termos jurídicos) corresponde à margem continental (em termos físicos), trataremos a seguir da definição e das características desta.

Assim, como estabelecido no art. 76º, nº 3, da Convenção de Montego Bay: “[a] margem continental compreende o prolongamento submerso da massa terrestre

---

<sup>38</sup> Nesse sentido, cf. FERRÃO, *A delimitação da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas*, cit., p. 48 e cf. VALLE, *A Plataforma Continental: alguns aspectos do seu actual regime jurídico*, cit., p. 42.

<sup>39</sup> Cf. GUEDES, *Direito do Mar*, cit., p. 189-190.

<sup>40</sup> Dispõe o item 5 do art. 76º da Convenção de Montego Bay:

“5. Os pontos fixos que constituem a linha dos limites exteriores da plataforma continental no leito do mar, traçada de conformidade com as sub-alíneas i) e ii) da alínea a) do parágrafo 4º, devem estar situadas a uma distância que não exceda 350 milhas marítimas da linha de base a partir da qual se mede a largura do mar territorial ou a uma distância que não exceda 100 milhas marítimas da isóbata de 2500 metros, que é uma linha que une profundidades de 2500 metros.”.

do Estado costeiro e é constituída pelo leito e subsolo da plataforma continental, pelo talude e pela elevação continental. Não compreende nem os grandes fundos oceânicos, com as suas cristas oceânicas, nem o seu subsolo.”.

A definição de margem continental foi ilustrada pela Organização das Nações Unidas<sup>41</sup> (Division for Ocean Affairs and The Law of the Sea, Office of Legal Affairs) conforme se pode verificar abaixo:

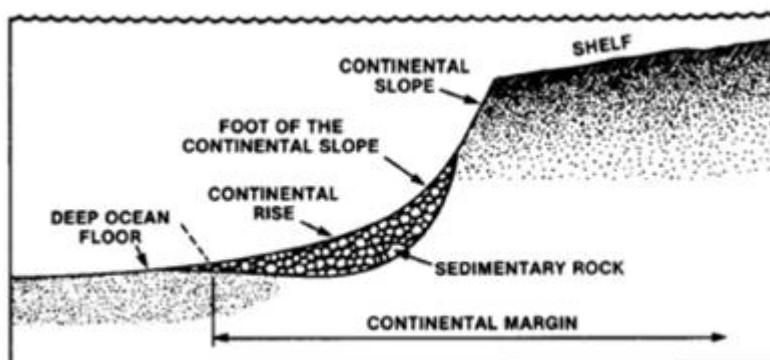


Figura 1. Ilustração referente à definição de margem continental<sup>42</sup>

Destarte, pode-se dizer que a margem continental é assim formada:

- Planície adjacente às costas dos Estados (*shelf*<sup>43</sup>): formada pela zona na qual as águas são pouco profundas (média de 64 metros) e “termina com uma mudança pronunciada no gradiente, em locais cuja profundidade normal varia entre os 130 e os 200 metros”<sup>44</sup>;

<sup>41</sup> Cf. UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and The Law of the Sea, Office of Legal Affairs. *The Law of the Sea – Baselines: an examination of the relevant provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea*, United Nations, New York, 1989, p. 52.

<sup>42</sup> Ilustração apresentada em UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and The Law of the Sea, Office of Legal Affairs. *The Law of the Sea – Baselines: an examination of the relevant provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea*, United Nations, New York, 1989, p. 52.

<sup>43</sup> UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and The Law of the Sea, Office of Legal Affairs. *The Law of the Sea – Baselines: an examination of the relevant provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea*, United Nations, New York, 1989, p. 62, que apresenta a definição de Shelf: “Geologically an area adjacent to a continent or around an island and extending from the low-water line to the depth at which there is usually a marked increase of slope to greater depth.”.

<sup>44</sup> cf. BASTOS, A *Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, cit., p. 286.

- Talude continental (*continental slope*<sup>45</sup>): formado pela zona a seguir à planície mencionada acima, apresentando um declive bastante acentuado, uma extensão entre 10 e 50 milhas marítimas e uma profundidade entre 3.000 e 5.000 metros<sup>46</sup>;
- Elevação continental (*continental rise*<sup>47</sup>): formada pela zona a seguir ao talude continental, apresentando um declive menos acentuado, uma extensão de até 620 milhas marítimas e uma profundidade entre 1.500 e 5.000 metros; corresponde ao bordo exterior da margem continental, a partir da qual surgem os grandes fundos oceânicos (*deep ocean floor*<sup>48</sup>), que conforme disposto pelo art. 76º, nº 3, não fazem parte da margem continental.

De acordo com Tanaka<sup>49</sup>, existem dois critérios técnicos para delimitação da plataforma continental quando a margem continental ultrapassar as 200 milhas marítimas: o primeiro previsto no art. 76º, nº 4, a), subalínea i)<sup>50</sup> da Convenção de Montego Bay, e o segundo previsto no art. 76º, nº 4, a), subalínea ii)<sup>51</sup>.

---

<sup>45</sup> Cf. UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and The Law of the Sea, Office of Legal Affairs. *The Law of the Sea – Baselines: an examination of the relevant provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea*, United Nations, New York, 1989, p. 53, que apresenta a definição de *Continental slope* como sendo “that part of the continental margin that lies between the shelf and the rise. Simply called the slope in article 76.3. The slope may not be uniform or abrupt, and may locally take the form of terraces. The gradients are usually greater than 1.5°.”.

<sup>46</sup> cf. BASTOS, A *Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, cit., p. 286, que dispõe ainda que “esta é uma zona de fronteira entre as rochas ligeiras que caracterizam o continente e as rochas densas que constituem o fundo do mar.”

<sup>47</sup> Cf. UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and The Law of the Sea, Office of Legal Affairs. *The Law of the Sea – Baselines: an examination of the relevant provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea*, United Nations, New York, 1989, p. 53, que apresenta a definição de *Continental rise*: “A submarine feature which is that part of the continental margin lying between the continental slope and the abyssal plain. It is usually a gentle slope with gradients of 1/2 degree or less and a generally smooth surface consisting of sediments.”.

<sup>48</sup> Cf. UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and The Law of the Sea, Office of Legal Affairs. *The Law of the Sea – Baselines: an examination of the relevant provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea*, United Nations, New York, 1989, p. 53, que apresenta a definição de *Deep Ocean Floor*: “The surface lying at the bottom of the deep ocean with its oceanic ridges, beyond the continental margin. The continental margin does not include the deep ocean floor with its oceanic ridges or the subsoil thereof.”.

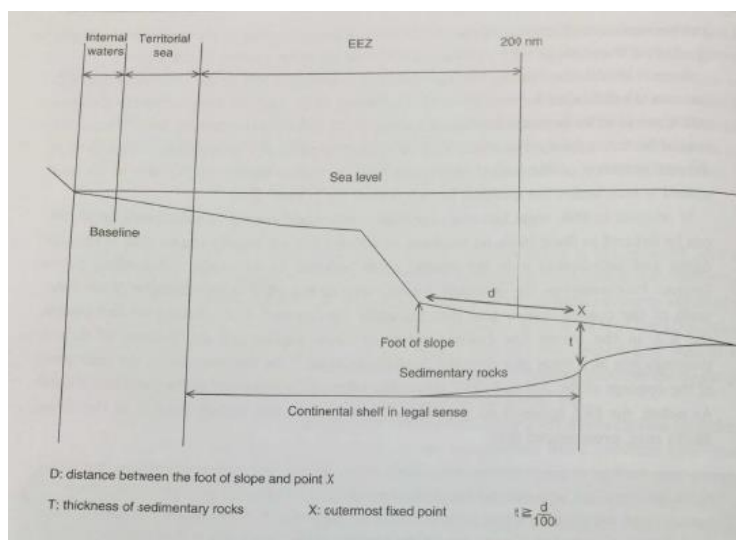
<sup>49</sup> Cf. TANAKA, Yoshifumi. *The international law of the sea*. 2nd.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, LXXXVI, p. 139-142.

<sup>50</sup> Dispõe o art. 76º, nº 4, a), subalínea i), da Convenção de Montego Bay:

“4. a) para os fins da presente Convenção, o Estado costeiro deve estabelecer o bordo exterior da margem continental, quando essa margem se estender além das 200 milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial, por meio de:



Assim, tem-se que, de acordo com o primeiro critério (**Figura 2 e 4** abaixo), também conhecido como Fórmula de Piers Gardiner ou Fórmula irlandesa<sup>52</sup>, a borda externa da margem continental é fixada por uma linha delimitada pela referência aos pontos fixados mais externamente em cada uma das quais a espessura das rochas sedimentares está, pelo menos, a 1% (um por cento) da distância mais curta entre esse ponto e o pé do talude continental.



**Figura 2. Definição dos limites da plataforma continental de acordo com o art. 76º, nº 4, a), subalínea i)**<sup>53</sup>

Já de acordo com o segundo critério (**Figura 3 e 4** abaixo), também conhecido como Fórmula Hedberg<sup>54</sup>, a borda externa da margem continental é determinada por uma linha delimitada pela referência aos pontos fixados a não mais do que 60 (sessenta) milhas marítimas do pé do talude continental.

i) uma linha traçada de conformidade com o parágrafo 7º, com referência aos pontos fixos mais exteriores em cada um dos quais a espessura das rochas sedimentares seja pelo menos 1% da distância mais curta entre esse ponto e o pé do talude continental; ou”.

<sup>51</sup> Dispõe o art. 76º, nº 4, a), subalínea ii), da Convenção de Montego Bay:

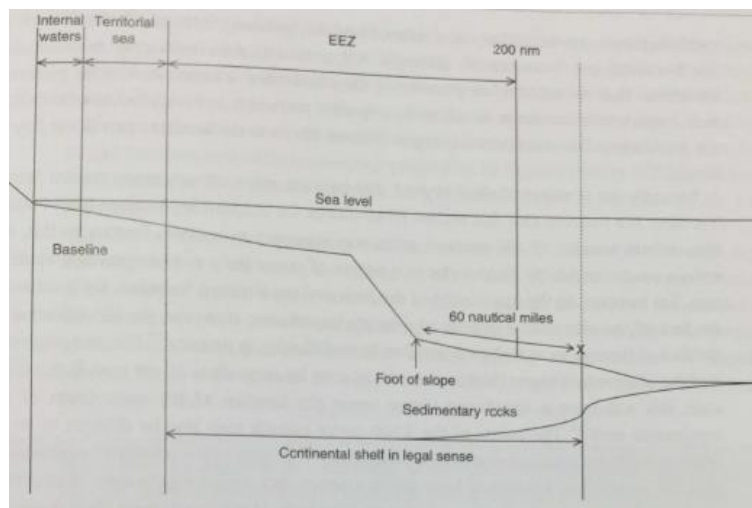
“4. a) para os fins da presente Convenção, o Estado costeiro deve estabelecer o bordo exterior da margem continental, quando essa margem se estender além das 200 milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial, por meio de:

ii) uma linha traçada de conformidade com o parágrafo 7º, com referência a pontos fixos situados a não mais de 60 milhas marítimas do pé do talude continental.”.

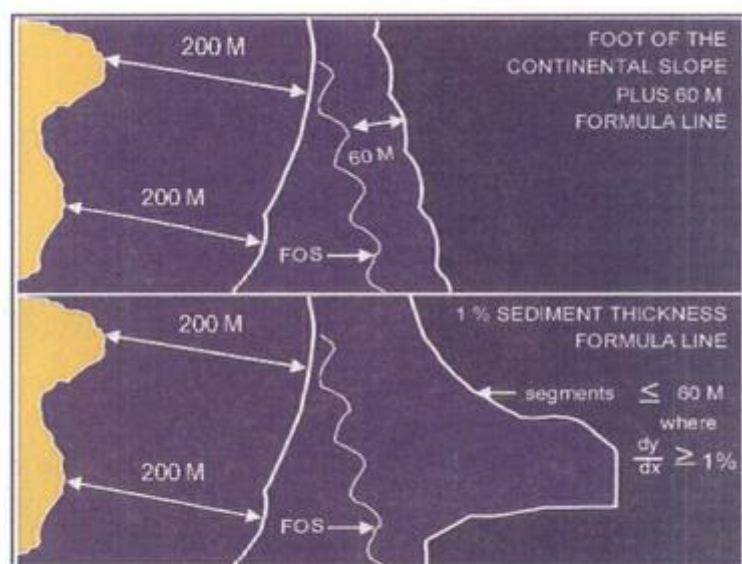
<sup>52</sup> Nesse sentido, BASTOS, *A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, cit., p. 306.

<sup>53</sup> Figura apresentada por TANAKA, *The international law of the sea*, cit., p. 140.

<sup>54</sup> Nesse sentido, BASTOS, *A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, cit., p. 306.



**Figura 3. Definição dos limites da plataforma continental de acordo com o art. 76º, nº 4, a), subalínea ii)<sup>55</sup>**



**Figure I.11: Test of appurtenance satisfied (Scientific and Technical Guidelines)**

**Figura 4. Definição dos limites da plataforma continental de acordo com o art. 76º, nº 4, a), subalíneas i) e ii)<sup>56</sup>**

O primeiro critério (Fórmula Piers Gardiner) apresenta “um grande inconveniente”<sup>57</sup>, pois é um critério que demanda uma operação de grande

<sup>55</sup> Figura apresentada por TANAKA, *The international law of the sea*, cit., p. 140.

<sup>56</sup> Figura apresentada em UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *The Law of the Sea: Training Manual for Delineation of the Outer Limits of the Continental Shelf beyond 200 nautical miles and for preparation of submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, p. I-37.

<sup>57</sup> Nesse sentido, cf. FERRÃO, *A delimitação da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas*, cit., p. 86.

complexidade técnica para determinação da espessura dos sedimentos, o que poderá levar anos para ser concluído<sup>58</sup>.

Já o segundo critério (Fórmula Hedberg), embora seja do entendimento por parte da Organização das Nações Unidas<sup>59</sup> de que sua utilização seria mais econômica que o primeiro critério, também há o inconveniente da dificuldade de determinação do local onde se situa o pé do talude continental<sup>60</sup>.

Destarte, para que seja possível utilizar quaisquer das duas fórmulas, é imprescindível que se determine a localização do pé do talude continental.

A fim de auxiliar na fixação do ponto onde se localiza o pé do talude continental, a Convenção de Montego Bay estabeleceu no art. 76º, nº 4, b), que “salvo prova em contrário, o pé do talude continental deve ser determinado como o ponto de variação máxima do gradiente na sua base.”. Contudo, ainda assim não se trata de um critério que tenha sido capaz de encerrar as dúvidas de interpretação existentes sobre o tema<sup>61</sup>.

Em relação à definição do pé do talude continental, a Organização das Nações Unidas<sup>62</sup> (Division for Ocean Affairs and The Law of the Sea, Office of Legal Affairs) dispôs que “[i]t is the point where continental slope meets the continental rise or, if there is no rise, the deep ocean floor. To determine the maximum change of gradient requires adequate bathymetry covering the slope and a reasonable extent of the rise, from which a series of profiles may be drawn and the point of maximum change of gradient located. The two methods laid down in article 76.4 for determining the outer limit of the continental shelf depend upon the foot of the continental slope.”.

---

<sup>58</sup> Cf. BASTOS, *A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, cit., p. 306.

<sup>59</sup> Cf. UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and The Law of the Sea, Office of Legal Affairs, *The Law of the Sea: Definition of the Continental Shelf, an examination of the relevant provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea*, United Nations, New York, 1993, p. 17.

<sup>60</sup> Cf. BASTOS, *A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, cit., p. 306, e cf. FERRÃO, *A delimitação da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas*, cit., p. 87.

<sup>61</sup> cf. FERRÃO, *A delimitação da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas*, cit., p. 87-88.

<sup>62</sup> Cf. UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and The Law of the Sea, Office of Legal Affairs. *The Law of the Sea – Baselines: an examination of the relevant provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea*, United Nations, New York, 1989, p. 55.

Por sua vez, a Comissão de Limites da Plataforma Continental apresentou sua recomendação<sup>63</sup> para a determinação do pé do talude continental, *in verbis*:

*“5.1.3. The Commission interprets the determination of the foot of the continental slope by means of the point of maximum change in gradient at its base, as a provision with the character of a general rule. The fundamental requirements posed by this provision are:*

- *The identification of the region defined as the base of the continental slope; and*
- *The determination of the location of the point of maximum change in the gradient at the base of the continental slope.*

*5.1.4. Its implementation will be guided by bathymetric, geomorphologic, geologic and geophysical sources of evidence.”*

Assim, de acordo com a previsão supra, para identificação do pé do talude continental é necessário encontrar o ponto máximo da mudança do gradiente na base do talude continental. Nesse sentido, é como dispõe a Organização das Nações Unidas<sup>64</sup>(Division for Ocean Affairs and The Law of the Sea, Office of Legal Affairs):

*Since the slope may contain a number of points with similar changes in gradient, UNCLOS requires:*

- *First, defining the area of the base of the slope;*
- *Second, calculating the gradient changes within the base of the slope;*
- *And finally, identifying the point of maximum change in gradient.*

*In certain cases, the maximum change in the gradient may not be helpful in identifying the foot of the continental slope. This may occur, for instance, when:*

- *The curvature of the seabed along the base of the continental slope is constant. In this case, the maximum change in the gradient encompasses not only a point, but a region; or*

---

<sup>63</sup> Cf. UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *Scientific and Technical Guidelines of the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, CLCS/11, 13 May 1999 (incorporates CLCS/11/Corr.1, 24 February 2000).

<sup>64</sup> Cf. UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *The Law of the Sea: Training Manual for Delineation of the Outer Limits of the Continental Shelf beyond 200 nautical miles and for preparation of submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, February 2007, p. I-27-28.

- *The irregular topography of the seabed reveals a number of points sharing the highest change in the gradient at the base of the continental slope.*

Nestes casos, a Convenção de Montego Bay oferece a possibilidade de se recorrer a um segundo método que implica a introdução de outras evidências como uma alternativa para determinar a localização do pé do talude continental em sua base. Entretanto, não prescreve a aplicação de uma metodologia científica específica para definir a localização do pé do talude continental quando for invocada evidência contrária à regra geral (“*evidence-to-the-contrary*”<sup>65</sup>).

De acordo com a Organização das Nações Unidas<sup>66</sup> (Division for Ocean Affairs and The Law of the Sea, Office of Legal Affairs), o Estado costeiro somente poderá seguir para o próximo passo do processo de estabelecimento da extensão de sua plataforma continental se cumprir um dos critérios (Fórmula Piers Gardiner ou Fórmula Hedberg) nos termos estabelecidos na **Figura 4** supra.

Assim, o próximo passo, que consiste em determinar os limites externos da plataforma continental além das 200 milhas marítimas, foi estabelecido pela Convenção de Montego Bay em seu art. 76º, nº 5<sup>67</sup>, apresentando dois limites à extensão das plataformas, quais sejam:

1. os pontos fixos que formam a linha de limites exteriores da plataforma continental no leito do mar não podem exceder 350 (trezentas e cinquenta) milhas marítimas da linha de base a partir da qual a largura do mar territorial é medida (**Figura 5**), ou,

<sup>65</sup> Cf. UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *The Law of the Sea: Training Manual for Delineation of the Outer Limits of the Continental Shelf beyond 200 nautical miles and for preparation of submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, February 2007, p. I-28, que dispõe que: “[t]he ‘evidence-to-the-contrary’ provision complements the general rule of the maximum change in the gradient at the base of the slope. The goal of both approaches is to find the foot of the continental slope at its base.

<sup>66</sup> Figura apresentada em UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *The Law of the Sea: Training Manual for Delineation of the Outer Limits of the Continental Shelf beyond 200 nautical miles and for preparation of submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, February 2007, p. I-37.

<sup>67</sup> Dispõe o art. 76º, nº 5, da Convenção de Montego Bay:

“5. Os pontos fixos que constituem a linha dos limites exteriores da plataforma continental no leito do mar, traçada de conformidade com as sub-alíneas i) e ii) da alínea a) do parágrafo 4º, devem estar situadas a uma distância que não exceda 350 milhas marítimas da linha de base a partir da qual se mede a largura do mar territorial ou a uma distância que não exceda 100 milhas marítimas da isóbata de 2500 metros, que é uma linha que une profundidades de 2500 metros.”.

2. não podem exceder 100 (cem) milhas marítimas da isóbata de 2.500 (dois mil e quinhentos) metros (**Figura 6**).

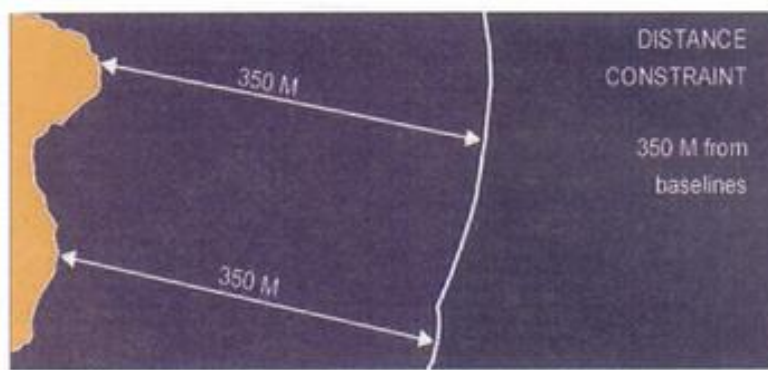


Figure I.12: 350 M constraint line – bird's eye view  
(Scientific and Technical Guidelines)

Figura 5. Ilustração do primeiro critério do art. 76º, nº 5 da Convenção de Montego Bay<sup>68</sup>

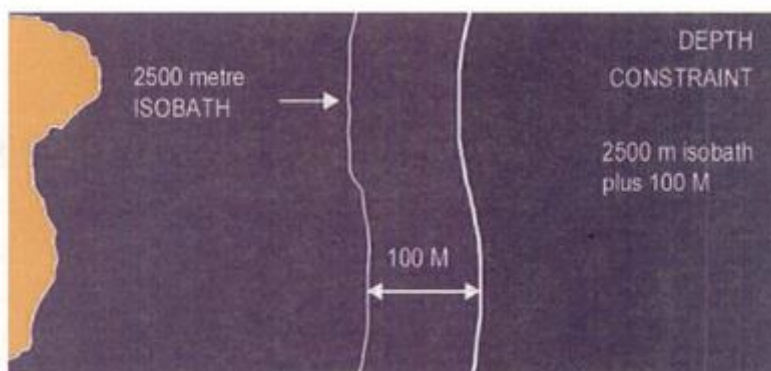


Figure I.13: 100 M from 2,500 m isobath constraint line – bird's eye view  
(Scientific and Technical Guidelines)

Figura 6. Ilustração do segundo critério do art. 76º, nº 5 da Convenção de Montego Bay<sup>69</sup>

Verifica-se, pois, que o segundo critério concede a possibilidade de que a extensão da plataforma continental seja superior a 350 milhas marítimas, considerando-se para tal que a isóbata de 2.500 metros esteja situada para além das 250 milhas marítimas<sup>70</sup>.

<sup>68</sup> Figura apresentada em UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *The Law of the Sea: Training Manual for Delineation of the Outer Limits of the Continental Shelf beyond 200 nautical miles and for preparation of submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, February 2007, p. I-38.

<sup>69</sup> Figura apresentada em UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *The Law of the Sea: Training Manual for Delineation of the Outer Limits of the Continental Shelf beyond 200 nautical miles and for preparation of submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, February 2007, p. I-39.

<sup>70</sup> Neste sentido, é o que dispõe a Comissão de Limites da Plataforma Continental em UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *The Law of the Sea: Training Manual for Delineation of the Outer Limits of the Continental Shelf beyond 200 nautical miles and for preparation of*

Para selecionar os pontos de delimitação da distância de 100 milhas marítimas presentes no segundo critério, a Comissão de Limites da Plataforma Continental<sup>71</sup> estabeleceu que:

*“4.4.1. The line determined at a distance of 100 M from the 2,500 metre isobath becomes effective as a constraint over the outer limits of the continental shelf wherever this isobath is located at a distance of 250 M or greater from the baselines from which the territorial sea is measured.*

*4.4.2. The selection of the most salient points along the 2,500 m isobath for the purpose of delineating the 100 M limit may be straightforward when isobaths are simple. However, when isobaths are complex or repeated in multiples, the selection of points along the 2,500 m isobath becomes difficult. Such situations arise as a result of geological and tectonic processes shaping the present continental margins. They can create multiple repetitions of the 2,500 m isobath, for example, by faulting, folding and thrusting along continental margins. Unless there is evidence to the contrary, the Commission may recommend the use of the first 2,500 m isobath from the baselines from which the breadth of the territorial sea is measured that conforms to the general configuration of the continental margin.”.*

Importante destacar que, em alguns casos, os dois critérios previstos no art. 76º, nº 5, vêm sendo utilizados pelos Estados costeiros em relação à mesma plataforma continental<sup>72 73</sup>.

---

*submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf, February 2007, p. I-38: “The second constraint, 100 M from 2,500 m isobath, based on the depth criterion, however, accommodates cases where the physical extent of a continental margin clearly exceeds the 350 M limit. The 2,500 m depth contour has the advantage of being situated on the continental slope and being relatively easy to identify by hydrographic surveying. In some areas, there may be more than one 2,500 isobath due to irregularities in the topography of the seabed (...).”.*

<sup>71</sup> Cf. UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *Scientific and Technical Guidelines of the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, CLCS/11, 13 May 1999 (incorporates CLCS/11/Corr.1, 24 February 2000).

<sup>72</sup> cf. FERRÃO, *A delimitação da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas*, cit., p. 180-236, nas quais analisa as submissões à Comissão de Limites da Plataforma Continental feitas pela Rússia, pelo Brasil, pela Austrália, Irlanda, Nova Zelândia, França-Irlanda-Espanha-Reino Unido (conjunta), Noruega, França e México, em que foram utilizados ambos os critérios do art. 76º, nº 5, em relação à mesma plataforma continental em cada submissão. Contudo, importante destacar que, de acordo com UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *The Law of the Sea: Training Manual for Delineation of the Outer Limits of the Continental Shelf beyond 200 nautical miles and for preparation of submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, February 2007, p. I-39, “(...) the outer limits of the continental shelf can extend:

Em se tratando de plataformas continentais formadas por cristas submarinas (*submarine ridges*<sup>74</sup>), o art. 76º, nº 6, da Convenção de Montego Bay, prevê que vigora apenas o limite externo de 350 milhas marítimas, e não o das 100 milhas marítimas da isóbata dos 2.500 metros. Contudo, também estabelece que “o presente número não se aplica a elevações submarinas que sejam componentes naturais da margem continental, tais como os seus planaltos, elevações continentais, topos, bancos e esporões.”. Assim, para os referidos casos entende-se que se aplicam os limites do art. 76º, nº 5, tendo em vista que a exceção criada pelo nº 6 do art. 76º trata dos limites estabelecidos no nº 5 do mesmo artigo.

Ao buscar esclarecer a forma de estabelecimento dos limites externos da plataforma continental, a Convenção de Montego Bay dispôs no art. 76º, nº 7<sup>75</sup>, que as linhas que delimitam as bordas externas da plataforma continental devem ser linhas retas não superiores a 60 (sessenta) milhas marítimas de comprimento, conectando pontos fixos, definidos pelas coordenadas de latitude e longitude.

- 
- *Either beyond a line delineated by reference to fixed points at a distance of 350 nautical miles from baselines from which the breadth of the territorial sea is measured;*
  - *Or beyond a line delineated by reference to fixed points at a distance of 100 nautical miles from the 2,500 metre isobath;*
  - *But not beyond both, if they intersect.”.*

<sup>73</sup> Conforme se pode verificar em COELHO, Paulo Domingos das Neves. “O processo de extensão da Plataforma Continental” in *Aspectos Jurídicos e Científicos da extensão da Plataforma Continental, Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental*, Porto, 2006, p. 57, figura 6, em alguns casos poder-se-á ter a combinação das duas fórmulas - art. 76º, nº 4, a), subalíneas i) e ii), da Convenção de Montego Bay - e dos dois critérios para limites máximos (art. 76º, nº 5, da Convenção de Montego Bay).

<sup>74</sup> Conforme UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and The Law of the Sea, Office of Legal Affairs. *The Law of the Sea – Baselines: an examination of the relevant provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea*, United Nations, New York, 1989, p. 64, Crista submarina (*Submarine ridge*) pode ser definida como “*an elongated elevation of the sea floor, with either irregular or relatively smooth topography and steep sides, which constitutes a natural prolongation of land territory.*”, e complementa que, “*on submarine ridges the outer limit of the continental shelf shall not exceed 350 nautical miles from the territorial sea baselines, subject to a qualification in the case of submarine elevations which are natural components of the continental margin of a coastal State (article 76.6).*”. Destarte, pode-se inferir que a crista submarina integra a margem continental, e não dos grandes fundos oceânicos. Contudo, como não foi feita referência à crista submarina no art. 76º, nº 3, verifica-se que estamos diante de um lapso na elaboração do referido artigo.

<sup>75</sup> Dispõe o art. 76º, nº 7, da Convenção de Montego Bay:

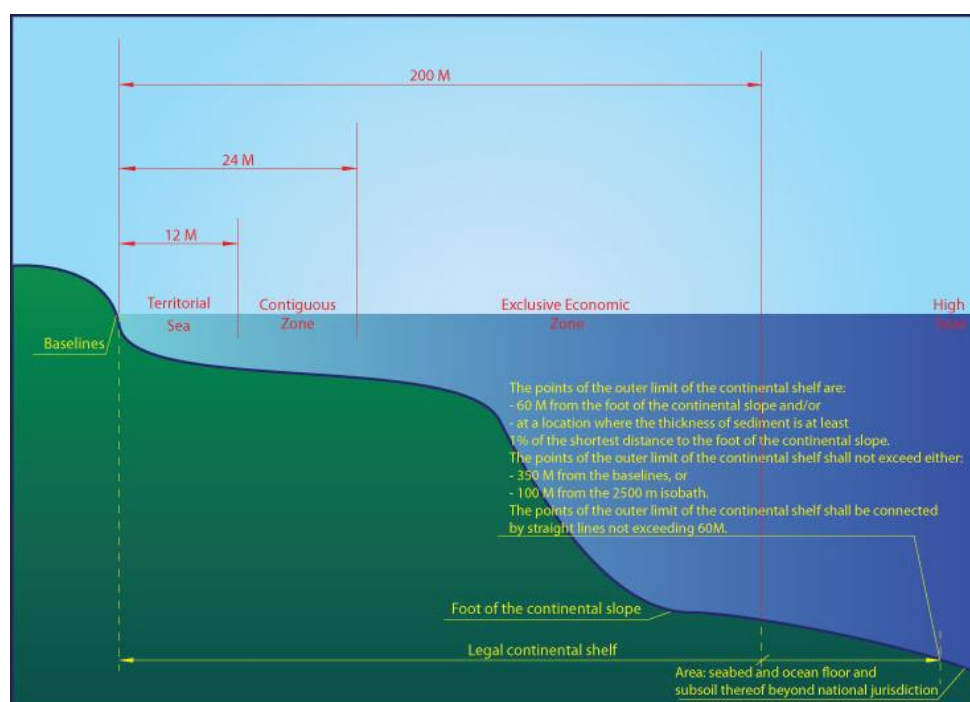
“7. O Estado costeiro deve traçar o limite exterior da sua plataforma continental, quando esta se estender além de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, unindo, mediante linhas retas, que não excedam 60 milhas marítimas, pontos fixos definidos por coordenadas de latitude e longitude.”.



Desta forma, conforme estabelecido pela Organização das Nações Unidas<sup>76</sup>, o Estado costeiro deve, em resumo, seguir os seguintes passos para estabelecer os limites externos da extensão de sua plataforma continental:

- *First, the coastal State must delineate the outer edge of its continental margin applying the complex set of rules contained in article 76, paragraph 4 (Formulae Lines).*
- *Second, it must demonstrate that its continental shelf extends throughout the natural prolongation of its submerged land territory to the outer edge of the continental margin beyond 200 M (Test of Appurtenance).*
- *Third, provided that the Test of Appurtenance has been satisfied, it must verify that the formulae lines do not go beyond the limits defined in article 76, paragraphs 5 and 6 (Constraint Lines).*
- *And finally, it must delineate the outer limits of its continental shelf by utilizing the formulae and constraint lines.*

Assim, os limites da plataforma continental estabelecidos pela Convenção de Montego Bay e analisados supra podem ser assim ilustrados:



**Figura 7. Limites da Plataforma Continental de acordo com art. 76º da Convenção**

<sup>76</sup> É o que estabelece UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *The Law of the Sea: Training Manual for Delineation of the Outer Limits of the Continental Shelf beyond 200 nautical miles and for preparation of submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, p. I-26.

### de Montego Bay<sup>77</sup>

Cumpridos os passos referidos supra, os Estados costeiros cuja plataforma continental for superior a 200 milhas marítimas, devem, segundo o disposto no art. 76º, nº 8, da Convenção de Montego Bay, submeter à Comissão de Limites da Plataforma Continental as informações sobre os limites externos de sua plataforma continental. Recebida a submissão, a Comissão procederá à análise da mesma e emitirá recomendações ao Estado costeiro em relação aos limites externos da sua plataforma continental. Importante frisar que os limites da plataforma continental definidos pelo Estado costeiro com base nas recomendações da Comissão serão definitivos e obrigatórios.

Nos termos do nº 9 do art. 76º, os Estados costeiros<sup>78</sup> devem depositar junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas “mapas e informações pertinentes, incluindo dados geodésicos, que descrevam permanentemente os limites exteriores da sua plataforma continental”, aos quais o Secretário-Geral dará publicidade.

Já o nº 10 do art. 76º estabelece que as disposições deste artigo não são aplicáveis aos casos de delimitação da plataforma continental entre Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente, aplicando-se, nestes casos, o previsto no art. 83º da Convenção de Montego Bay.

#### 1.2.3.2 Jurisprudência sobre o tema

Dentre os casos relevantes julgados pelo Tribunal Internacional de Justiça, Tribunal Internacional do Mar e por Tribunais Arbitrais referentes à delimitação da plataforma continental após a Convenção de Montego Bay, destacam-se os seguintes:

---

<sup>77</sup> Figura preparada pela Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea, United Nations, *Marine Zones*, disponível em: [https://www.un.org/depts/los/clcs\\_new/marinezones.jpg](https://www.un.org/depts/los/clcs_new/marinezones.jpg).

<sup>78</sup> Mesmo os Estados costeiros cujas plataformas continentais não excedam as 200 milhas marítimas devem cumprir o disposto no art. 76º, nº 9, não estando sujeitos a qualquer controle. Neste sentido, cf. BASTOS, *A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, cit., p. 316.

- i. ***Barbados v Trinidad and Tobago case (2006)***<sup>79</sup> - o Tribunal Arbitral definiu que “[t]he Tribunal considers that the dispute to be dealt with by the Tribunal includes the outer continental shelf, since (i) it either forms part of, or is sufficiently closely related to, the dispute submitted by Barbados, (ii) the record of the negotiations shows that it was part of the subject-matter on the table during those negotiations, and (iii) in any event there is in law only a single “continental shelf” rather than an inner continental shelf and a separate extended or outer continental shelf.”. Em relação ao argumento de Trinidad e Tobago no sentido de que sua plataforma continental se estende a uma área além de 200 milhas marítimas de suas próprias linhas de base que estão dentro e além da Zona Econômica Exclusiva de 200 milhas marítimas de Barbados, de modo a seguir ininterruptamente até o limite externo da margem continental, o Tribunal decidiu que “it has jurisdiction to decide upon the delimitation of a maritime boundary in relation to that part of the continental shelf extending beyond 200 nm” e que “the single maritime boundary which the Tribunal has determined is such that, as between Barbados and Trinidad and Tobago, there is no single maritime boundary beyond 200 nm. The problems posed by the relationship in that maritime area of CS and EEZ rights are accordingly problems with which the Tribunal has no need to deal. The Tribunal therefore takes no position on the substance of the problem posed by the argument advanced by Trinidad and Tobago.”.
- ii. ***Nicaragua v Honduras case (2007)***<sup>80</sup> – O Tribunal Internacional de Justiça (ICJ) decidiu que “[t]he Court may accordingly, without specifying a precise end-point, delimit the maritime boundary and state that it extends beyond the 82nd meridian without affecting third-State rights. It should also be noted in this regard that in no case may the line be interpreted as extending more than 200 nautical miles from the baselines from which the breadth of the

---

<sup>79</sup> UNITED NATIONS, *Reports of International Arbitral Awards, Arbitration between Barbados and the Republic of Trinidad and Tobago, relating to the delimitation of the exclusive economic zone and the continental shelf between them, decision of 11 April 2006*, Volume XXVII, 2008, paragraphs 213, 367, 368.

<sup>80</sup> Territorial and Maritime Dispute between Nicaragua and Honduras in the Caribbean Sea (Nicaragua v. Honduras), Judgment, *I.C.J. Reports 2007*, p.659, paragraph 319

*territorial sea is measured; any claim of continental shelf rights beyond 200 miles must be in accordance with Article 76 of UNCLOS and reviewed by the Commission on the Limits of the Continental Shelf established thereunder.”.*

- iii. ***Bay of Bengal case between Bangladesh v Myanmar (2012)***<sup>81</sup> – Neste caso, o Tribunal Internacional do Mar (ITLOS) decidiu que “[t]here is a clear distinction between the delimitation of the continental shelf under article 83 and the delineation of its outer limits under article 76. Under the latter article, the Commission is assigned the function of making recommendations to coastal States on matters relating to the establishment of the outer limits of the continental shelf, but it does so without prejudice to delimitation of maritime boundaries. The function of settling disputes with respect to delimitation of maritime boundaries is entrusted to dispute settlement procedures under article 83 and Part XV of the Convention, which include international courts and tribunals.”, e que “[f]or the foregoing reasons, the Tribunal concludes that, in order to fulfil its responsibilities under Part XV, Section 2, of the Convention in the present case, it has an obligation to adjudicate the dispute and to delimit the continental shelf between the Parties beyond 200 nm. Such delimitation is without prejudice to the establishment of the outer limits of the continental shelf in accordance with article 76, paragraph 8, of the Convention.”.
- iv. ***Bay of Bengal Maritime Boundary Arbitration between the Bangladesh and India (2014)***<sup>82</sup> – o Tribunal Arbitral decidiu “unanimously that it has jurisdiction to adjudicate the present case, to identify the land boundary

---

<sup>81</sup> INTERNATIONAL TRIBUNAL FOR THE LAW OF THE SEA, Year 2012, 14 March 2012, *Dispute concerning delimitation of the maritime boundary between Bangladesh and Myanmar in the Bay of Bengal, judgement*, paragraphs 376, 393. Sobre os detalhes do *Bay of Bengal case*, cf. YANAI, Shunji. “International Law concerning maritime boundary delimitation” in ATTARD, David Joseph / FITZMAURICE, Malgosia / GUTIÉRREZ, Norman A. Martínez (edits.), *The IMLI manual on international maritime law, Vol. I*, 1st. ed., Oxford, Oxford University Press, 2014, p. 316-341, cf. ROTHWELL, Donald. R. / STEPHENS, Tim. *The International Law of the Sea*. Second Edition, Oxford and Portland, Oregon, 2016, p. 494-498; cf. MOSSOP, Joanna. *The Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles – rights and responsibilities*. Oxford, Oxford University Press, 2016, p. 76-77.

<sup>82</sup> *Maritime Boundary Arbitration between Bangladesh and India, Permanent Court of Arbitration (PCA), Award of 7 July 2014*, case n° 16, 2014. Sobre o caso em tela, cf. SUAREZ, Suzette V. “The Arbitral Award in the Bangladesh-India Maritime Delimitation in the Bay of Bengal and its Contribution to International Maritime Boundary Law: A Case Commentary” in *Maritime Safety and Security Law Journal, Issue 2*, 2016, p. 73-89, disponível em: [http://www.marsafelawjournal.org/wp-content/uploads/2016/10/Issue2\\_SUAREZ\\_Article.pdf](http://www.marsafelawjournal.org/wp-content/uploads/2016/10/Issue2_SUAREZ_Article.pdf).

*terminus and to delimit the territorial sea, the exclusive economic zone, and the continental shelf between the Parties within and beyond 200 nautical miles in the areas where the claims of the Parties overlap.”.* Especificamente em relação à delimitação da plataforma continental além das 200 milhas marítimas, as Partes concordaram que ambas tem direito à plataforma continental além de 200 milhas marítimas, e que nenhuma delas pode reivindicar um direito superior baseado em fatores geológicos ou geomorfológicos na área de sobreposição. Contudo, as partes discordaram em relação ao método adequado para delimitar a plataforma continental além das 200 milhas marítimas. Em sua decisão, o Tribunal considerou que o método apropriado para delimitar a plataforma continental permanece o mesmo, independentemente de a área a ser delimitada estar dentro ou fora das 200 milhas marítimas, tendo adotado o método da equidistância e circunstâncias relevantes para a delimitação da plataforma continental além das 200 milhas marítimas no caso. Ademais, o Tribunal considerou a concavidade da *Bengal Bay* exigia o ajuste da linha de equidistância provisória dentro e além das 200 milhas marítimas. Ao final, o Tribunal destacou que a linha de delimitação adotada dá origem a uma área que fica além das 200 milhas marítimas da costa de Bangladesh e dentro das 200 milhas marítimas da costa da Índia, mas que fica a leste da linha de delimitação estabelecida pelo Tribunal. Dentro desta área, denominada pelo Tribunal como “*Grey area*”, Bangladesh tem um direito potencial em relação à plataforma continental, mas não em relação à zona econômica exclusiva. Por sua vez, aduziu o Tribunal que a Índia tem o direito potencial sobre ambas as zonas, mas que a linha divisória delimita apenas os direitos soberanos das Partes em relação à plataforma continental, não limitando os direitos soberanos da Índia à zona econômica exclusiva nas águas superjacentes.

**PARTE II. O ALARGAMENTO DA PLATAFORMA CONTINENTAL ALÉM  
DAS 200 MILHAS MARÍTIMAS**

## **Capítulo II. A delimitação da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas**

### **2.1 O artigo 76º da Convenção de Montego Bay e os critérios de delimitação em relação à Área e em relação a outros Estados**

Como apresentado anteriormente, foi por meio do art. 76º, que a Convenção de Montego Bay inovou no ordenamento jurídico internacional ao estabelecer com precisão, pela primeira vez, os limites exteriores da plataforma continental, utilizando para tanto o critério da distância, da profundidade e o critério geomorfológico<sup>83</sup>.

Verificou-se que até as 200 milhas marítimas as plataformas continentais são próprias à situação de um Estado costeiro, que podem exercer seus poderes de soberania nesta zona, mesmo que sua margem continental seja inexistente em termos físicos ou que não tenha essa distância.

Já para além das 200 milhas marítimas, verificou-se que os Estados poderão exercer seus direitos de soberania sobre o espaço terrestre submarino somente se houver a existência, em termos físicos, da margem continental. Caso essa exista, os Estados podem exercer sua soberania até a borda externa da margem continental ou somente até uma parte dela, tendo em vista os limites máximos estabelecidos no art. 76º.

Nos termos do art. 77º, nº 1, da Convenção de Montego Bay, os Estados costeiros exercem seus direitos de soberania sobre a plataforma continental para exploração e aproveitamento dos recursos naturais ali existentes.

Por recursos naturais da plataforma continental<sup>84</sup> deve-se entender como sendo os recursos minerais e outros recursos não vivos do leito do mar e subsolo, bem como os organismos vivos que pertencem à espécies sedentárias (aquelas que no período de captura encontram-se imóveis no leito do mar ou no seu subsolo, ou só podem mover-se em constante contato físico com esse leito ou subsolo).

---

<sup>83</sup> Também neste sentido, BASTOS, *A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, cit., p. 292, dispõe que “são utilizados, em conformidade, dois critérios alternativos e não dois critérios complementares.” e que “pode dizer-se que a Convenção de 1982 retomou, em parte, o princípio do prolongamento natural. Mas onde antes estava um conceito físico adequado a essa ideia – a plataforma continental -, passou a estar um conceito que desvirtua esse princípio: o de margem continental.”

<sup>84</sup> Definição estabelecida no art. 77º, nº 4, da Convenção de Montego Bay.

Ademais, o art. 77º, nº 3, da Convenção de Montego Bay estabelece que os direitos dos Estados costeiros sobre a plataforma continental existem independentemente da sua ocupação – real ou fictícia -, ou de qualquer declaração expressa neste sentido.

Assim, como a Área é formada pelo “leito do mar, fundos-marinhos e o seu subsolo além dos limites da jurisdição nacional” (art. 1º, nº 1, alínea 1, da Convenção de Montego Bay), verifica-se que esta passou a constituir um limite à expansão dos Estados costeiros sobre os espaços marinhos<sup>85</sup>.

Nos termos do art. 136º da Convenção de Montego Bay, a Área é, assim como seus recursos<sup>86</sup>, patrimônio comum da Humanidade e, em virtude disto, tal como dispõe o art. 137º da Convenção de Montego Bay, os Estados costeiros não podem reivindicar ou exercer seus direitos de soberania sobre a Área ou sobre seus recursos.

Desta forma, para se estabelecer os limites exteriores da Área, é imprescindível o estabelecimento dos limites da jurisdição nacional dos Estados costeiros, leia-se, o estabelecimento dos limites da plataforma continental além das 200 milhas marítimas<sup>87</sup>, pois até 200 milhas marítimas as plataformas continentais são inerentes à condição de um Estado costeiro<sup>88</sup>. Pode-se dizer, assim, que a delimitação das plataformas continentais prevalece em relação à delimitação da Área.

Como é sabido, tanto as plataformas continentais como a Área constituem-se dos espaços do fundo do mar, mas os Estados costeiros tem jurisdição sobre a plataforma continental, com direito de exploração dos recursos ali existentes, porém

---

<sup>85</sup> Neste sentido, cf. BASTOS, *A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, cit., p. 338, que dispõe que a demarcação da Área tem duas consequências: “[p]or um lado, permite fixar, de forma precisa, o âmbito de aplicação espacial do património comum da humanidade e do aproveitamento internacional dos recursos minerais existentes no espaço submerso além da jurisdição nacional. Por outro lado, constitui um limite à expansão dos Estados costeiros no espaço marinho.”.

<sup>86</sup> Nos termos do art. 133º da Convenção de Montego Bay, recursos são “todos os recursos minerais sólidos, líquidos ou gasosos *in situ* na área, no leito do mar ou no seu subsolo, incluindo os nódulos polimetálicos” e “os recursos, uma vez extraídos da área, são denominados minerais.”.

<sup>87</sup> Quanto a esta definição, BASTOS, *A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, cit., p. 339, refere que “[o]s limites da Área são, em geral, fixados em contraposição aos limites exteriores das plataformas continentais.”.

<sup>88</sup> Neste sentido, cf. BASTOS, *A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, cit., p. 340, que estabeleceu que “[q]uando a continental não ultrapassar as 200 milhas marítimas, o limite exterior da Área coincidirá com o limite da plataforma continental que tiver sido fixado pelo Estado costeiro. Problemáticas poderão ser as situações em que o Estado costeiro não tenha fixado esse limite, na medida em que não é obrigado a fazê-lo.



não possuem jurisdição sobre a Área, patrimônio comum da Humanidade, cujos recursos minerais são sujeitos a um aproveitamento internacional.

Ora, se um Estado costeiro verifica a possibilidade de extensão da sua plataforma continental para além das 200 milhas marítimas, submetendo as informações pertinentes à Comissão de Limites da Plataforma Continental, a fixação do limite exterior da plataforma continental deste Estado e, conseqüentemente, do limite exterior da Área, ficariam suspensas até que a Comissão de Limites da Plataforma Continental emitisse suas recomendações para estabelecimento definitivo pelo Estado costeiro dos limites exteriores da sua plataforma continental.

A manifestação do Estado costeiro à Comissão de Limites da Plataforma Continental para a delimitação de sua plataforma continental deve observar o prazo de 10 (dez) anos a contar da data da entrada em vigor da Convenção de Montego Bay para o referido Estado costeiro, conforme disposto no art. 4º<sup>89</sup> do Anexo II da Convenção de Montego Bay, bem como na Regra 45<sup>90</sup> do *Rules of procedure of the Commission on the Limits of the Continental Shelf* de 17 de abril de 2008. Contudo, importante destacar que conforme referido na nota de rodapé 3<sup>91</sup> do *Rules of*

---

<sup>89</sup> Estabelece o referido art. 4º do Anexo II da Convenção de Montego Bay:

“Quando um Estado costeiro tiver intenção de estabelecer, de conformidade com o artigo 76º, o limite exterior da sua plataforma continental além de 200 milhas marítimas, apresentará à Comissão, logo que possível, mas em qualquer caso no prazo de dez anos a contar da entrada em vigor da presente convenção para o referido Estado, as características de tal limite juntamente com informações científicas e técnicas de apoio. O Estado costeiro comunicará ao mesmo tempo os nomes de quaisquer membros da Comissão que lhe tenham prestado assessoria científica e técnica.”.

<sup>90</sup> Estabelece a referida Regra 45 do *Rules of procedure of the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, UNITED NATIONS, CLCS/40/Rev.1 Twenty-first session, New York, 17 April 2008: “Rule 45

Submission by a coastal State

In accordance with article 4 of Annex II to the Convention:

(a) Where a coastal State intends to establish the outer limits of its continental shelf beyond 200 nautical miles from the baselines from which the breadth of the territorial sea is measured, it shall submit particulars of such limits to the Commission along with supporting scientific and technical data as soon as possible, but in any case within ten years of the entry into force of the Convention for that State. In the case of a State Party for which the Convention entered into force before 13 May 1999, it is understood, in accordance with the “Decision regarding the date of commencement of the ten-year period for making submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf set out in article 4 of Annex II to the United Nations Convention on the Law of the Sea” (SPLOS/72 of 29 May 2001), that the ten-year time period referred to in article 4 of Annex II to the Convention shall be taken to have commenced on 13 May 1999;”.

<sup>91</sup> Estabelece a nota de rodapé 3 do *Rules of procedure of the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, UNITED NATIONS, CLCS/40/Rev.1 Twenty-first session, New York, 17 April 2008:

“The election of the members of the Commission was postponed until March 1997 by a decision of the Third Meeting of States Parties to the Convention, held from 27 November to 1 December 1995. Since the Convention entered into force on 16 November 1994 for the 60 States whose ratifications made that entry into force possible and the commencement of the ten-year period began for them on that date, the

*procedure of the Commission on the Limits of the Continental Shelf* de 17 de abril de 2008, o prazo de 10 (dez) anos passou a ser contado da seguinte forma:

*(a) in the case of a State Party for which the Convention entered into force before 13 May 1999, it is understood that the ten-year time period referred to in article 4 of Annex II to the Convention shall be taken to have commenced on 13 May 1999; and that (b) the general issue of the ability of States, particularly developing States, to fulfil the requirements of article 4 of Annex II to the Convention be kept under review.*

Posteriormente, em 20 de junho de 2008, na 18ª Conferência dos Estados Partes na Convenção de Montego Bay<sup>92</sup>, ficou decidido que o prazo de 10 (dez) anos mencionado supra seria considerado satisfeito pelo Estado costeiro por meio da submissão ao Secretário-Geral de informações preliminares sobre os limites exteriores da plataforma continental e da descrição do estado de preparação e da data prevista para efetuar a submissão à Comissão de Limites da Plataforma Continental de acordo com os requisitos do art. 76º da Convenção de Montego Bay, do *Rules of procedure of the Commission on the Limits of the Continental Shelf* e do *Scientific and Technical Guidelines of the Commission on the Limits of the Continental Shelf*:

---

Meeting agreed that should any one of those States be affected adversely in respect of its obligations under the Convention as a consequence of the change in the date of the election, States Parties, at the request of such a State, would review the situation with a view to ameliorating the difficulty in respect of that obligation (SPLOS/5, paragraph 20). The Eleventh Meeting of States Parties to the Convention, held from 14 to 18 May 2001, noted that it was only after the adoption of the Scientific and Technical Guidelines by the Commission on 13 May 1999 that States had before them the basic documents concerning submissions in accordance with article 76, paragraph 8, of the Convention. Considering the problems encountered by States Parties, in particular developing countries, including small island developing States, in complying with the time limit set out in article 4 of Annex II to the Convention, the Meeting of States Parties decided that (a) in the case of a State Party for which the Convention entered into force before 13 May 1999, it is understood that the ten-year time period referred to in article 4 of Annex II to the Convention shall be taken to have commenced on 13 May 1999; and that (b) the general issue of the ability of States, particularly developing States, to fulfil the requirements of article 4 of Annex II to the Convention be kept under review (SPLOS/72).”.

<sup>92</sup> Cf. *Decision regarding the workload of the Commission on the Limits of the Continental Shelf and the ability of States, particularly developing States, to fulfil the requirements of article 4 of annex II to the United Nations Convention on the Law of the Sea, as well as the decision contained in SPLOS/72, paragraph (a)*, Meeting of States Parties, Eighteenth Meeting, New York, 13-20 June 2008, UN Doc. SPLOS/183, 20 June 2008.

*(a) It is understood that the time period referred to in article 4 of annex II to the Convention and the decision contained in SPLOS/72, paragraph (a), may be satisfied by submitting to the Secretary-General preliminary information indicative of the outer limits of the continental shelf beyond 200 nautical miles and a description of the status of preparation and intended date of making a submission in accordance with the requirements of article 76 of the Convention and with the Rules of Procedure and the Scientific and Technical Guidelines of the Commission on the Limits of the Continental Shelf;*

Os Estados Partes também acordaram nesta Conferência que:

*(b) Pending the receipt of the submission in accordance with the requirements of article 76 of the Convention and with the Rules of Procedure and the Scientific and Technical Guidelines of the Commission, preliminary information submitted in accordance with subparagraph (a) above shall not be considered by the Commission;*

*(c) Preliminary information submitted by a coastal State in accordance with subparagraph (a) is without prejudice to the submission in accordance with the requirements of article 76 of the Convention and with the Rules of Procedure and the Scientific and Technical Guidelines of the Commission, and the consideration of the submission by the Commission;*

*(d) The Secretary-General shall inform the Commission and notify member States of the receipt of preliminary information in accordance with subparagraph (a), and make such information publicly available, including on the website of the Commission.*

Destarte, muito embora os Estados Partes na Convenção de Montego Bay tenham acordado sobre o marco inicial da contagem do prazo referido no art. 4º do Anexo II da Convenção de Montego Bay, até o momento não foi estabelecida nenhuma regra quanto à não observância deste prazo por qualquer Estado costeiro para estabelecer o limite de sua plataforma continental além das 200 milhas marítimas. Ou seja, caso um Estado costeiro venha a descumprir o referido prazo de 10 (dez) anos não se sabe qual a real consequência para o próprio Estado costeiro nem tampouco para o estabelecimento dos limites exteriores da Área. Contudo, cumpre lembrar que o estabelecimento dos limites exteriores da Área depende do

estabelecimento dos limites exteriores das plataformas continentais além das 200 milhas marítimas.

Caso o Estado costeiro esteja em processo de delimitação de sua plataforma continental além das 200 milhas marítimas com outro Estado<sup>93</sup>, o prazo de 10 (dez) anos fica suspenso<sup>94</sup>, tendo em vista que prevalecerá a delimitação entre Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente.

Criada pela Convenção de Montego Bay, nos termos do art. 156º, nº 2, e art. 157º, nº 1, com o intuito de organizar e controlar as atividades na Área, a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (“Autoridade” ou *International Seabed Authority*) possui, além das funções de elaboração de normas, regulamentos e procedimentos para a proteção e preservação do meio marinho e da vida humana na Área (art. 145º e art. 146º da Convenção de Montego Bay), a função de receber e distribuir os pagamentos e contribuições feitos pelos Estados costeiros em virtude da exploração de recursos não vivos na plataforma continental além das 200 milhas marítimas, como será aprofundado a seguir.

## 2.2 O artigo 82 da Convenção de Montego Bay

O art. 82º da Convenção de Montego Bay<sup>95</sup> trata dos pagamentos e das contribuições referentes ao aproveitamento da plataforma continental além de 200

---

<sup>93</sup> Cf. art. 76º, nº 10, da Convenção de Montego Bay e art. 9º do Anexo II da Convenção de Montego Bay e Anexo I do *Rules of procedure of the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, UNITED NATIONS, CLCS/40/Rev.1 Twenty-first session, New York, 17 April 2008.

<sup>94</sup> Neste sentido, cf. BASTOS, *A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, cit., p. 342.

<sup>95</sup> Dispõe o art. 82 da Convenção de Montego Bay:

“1. O Estado costeiro deve efetuar pagamentos ou contribuições em espécie relativos ao aproveitamento dos recursos não vivos da plataforma continental além de 200 milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial.

2. Os pagamentos e contribuições devem ser efetuados anualmente em relação a toda a produção de um sítio após os primeiros cinco anos de produção nesse sítio. No sexto ano, a taxa de pagamento ou contribuição será de 1% do valor ou volume da produção no sítio. A taxa deve aumentar 1% em cada ano seguinte até o décimo segundo ano, e daí por diante deve ser mantida em 7%. A produção não deve incluir os recursos utilizados em relação com o aproveitamento.

3. Um Estado em desenvolvimento que seja importador substancial de um recurso mineral extraído da sua plataforma continental fica isento desses pagamentos ou contribuições em relação a esse recurso mineral.

4. Os pagamentos ou contribuições devem ser efetuados por intermédio da Autoridade, que os distribuirá entre os Estados Partes na presente Convenção na base de critérios de repartição equitativa, tendo em conta os interesses e necessidades dos Estados em desenvolvimento, particularmente entre eles, os menos desenvolvidos e os sem litoral.”.

milhas marítimas. É um artigo complexo<sup>96</sup>, ainda com muita discussão doutrinária sobre seu caráter e sua natureza, em virtude de apresentar apenas em quatro parágrafos as diretrizes sobre um tema tão delicado e de extrema importância não somente para os Estados costeiros que tenham o direito de explorar os recursos naturais presentes na plataforma continental além das 200 milhas marítimas, mas também para aqueles Estados que serão beneficiados com a distribuição pela Autoridade dos pagamentos e contribuições feitos pelos Estados costeiros que fizeram aproveitamento dos recursos não vivos ali existentes.

A própria Autoridade apresenta suas preocupações em relação à interpretação da redação do art. 82 em suas publicações, nomeadamente, *Technical Study n.º 15*<sup>97</sup>, *Technical Study n.º 12*<sup>98</sup>, *Technical Study n.º 5*<sup>99</sup> e *Technical Study n.º 4*<sup>100</sup>, e dispõe<sup>101</sup> que:

*Although brief, consisting of only four short paragraphs, Article 82 is in fact a very complex provision. In understanding how to implement its provisions, consideration will need to be given to the legal nature of the obligations established by Article 82, the principles and criteria for distribution of benefits, procedural aspects, the role of the Authority, the role of ‘OCS States’<sup>102</sup> and other economic and temporal issues.*

---

<sup>96</sup> Neste sentido, MOSSOP, Joanna. *The Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles – rights and responsibilities*. Oxford, Oxford University Press, 2016, p. 125, afirma que “[t]his activity makes the need to clarify some of the ambiguities in article 82 a concrete issue.”.

<sup>97</sup> INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY. *ISA Technical Study no. 15: A study of key terms in Article 82 of the United Nations Convention on the Law of the Sea*, Kingston, Jamaica, International Seabed Authority Technical Study Series, 2016.

<sup>98</sup> INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY. *ISA Technical Study no. 12: Implementation of Article 82 of the United Nations Convention on the Law of the Sea: report of the International Workshop convened by the International Seabed Authority in collaboration with the China Institute for Marine Affairs in Beijing, the People’s Republic of China, 26-30 November 2012*, Kingston, Jamaica, International Seabed Authority Technical Study Series, 2012.

<sup>99</sup> INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY, *ISA Technical Study no. 5: Non-Living Resources of the Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles: Speculations on the Implementation of Article 82 of the United Nations Convention on the Law of the Sea*, Kingston, Jamaica, ISA Technical Study Series, 2010.

<sup>100</sup> INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY, *ISA Technical Study no. 4: Issues associated with the implementation of Article 82 of the United Nations Convention on the Law of the Sea*, Kingston, Jamaica, ISA Technical Study Series, 2009.

<sup>101</sup> INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY. *ISA Technical Study no. 15: A study of key terms in Article 82 of the United Nations Convention on the Law of the Sea*, Kingston, Jamaica, International Seabed Authority Technical Study Series, 2016, p. 5.

<sup>102</sup> O significado de ‘OCS States’ é *Outer Continental Shelf States*.

Estabelece o art. 82º que, a partir do 6º (sexto) ano de produção, o Estado costeiro que explorar recursos não vivos num sítio da plataforma continental além das 200 milhas marítimas deverá proceder ao pagamento ou à contribuição em espécie, que serão, posteriormente, distribuídos pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos aos Estados Partes na Convenção de Montego Bay.

Este dever dos Estados costeiros que explorarem recursos não vivos em suas plataformas continentais além das 200 milhas marítimas consiste em uma contrapartida<sup>103</sup> à inovação trazida pela Convenção de Montego Bay em seu art. 76º, isto é, aqueles Estados costeiros que tiverem suas submissões para extensão de sua plataforma continental além das 200 milhas marítimas concedidas pela Comissão de Limites da Plataforma Continental, terão a obrigação, em contrapartida, de efetuar pagamentos ou contribuições sobre a exploração dos recursos não vivos existentes nesta extensão da plataforma continental.

Ademais, tendo em vista a complexidade do art. 82º, a Autoridade, em seu *Technical Study nº 15*, buscou esclarecer as ambiguidades<sup>104</sup> e lacunas em relação à interpretação dos termos “resource”, “all production”, “value”, “volume”, “site”, “payments”, “contribution in kind” e “annually”, que afetam diretamente a forma como cada Estado costeiro irá proceder ao pagamento ou à contribuição quando explorar recursos não vivos na extensão de sua plataforma continental.

Diante disso, para sanar as dúvidas em relação às interpretações dos termos supra descritos, a Autoridade estabeleceu os seguintes significados<sup>105</sup>:

*Resource:*

- *non-living (i.e. minerals and hydrocarbons)*
- *product to be ready for market distribution or processing*

---

<sup>103</sup> Neste sentido, cf. FERRÃO, A *delimitação da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas*, cit., p. 119.

<sup>104</sup> Em relação às ambiguidades encontradas no art. 82º da Convenção de Bay cf. MOSSOP, Joanna. *The Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles – rights and responsibilities*. Oxford, Oxford University Press, 2016, p. 127-135.

<sup>105</sup> INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY. *ISA Technical Study no. 15: A study of key terms in Article 82 of the United Nations Convention on the Law of the Sea*, Kingston, Jamaica, International Seabed Authority Technical Study Series, 2016, p. 11. Importante destacar que, conforme elucidado por MOSSOP, Joanna. *The Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles – rights and responsibilities*. Oxford, Oxford University Press, 2016, p. 125, “To date, the ISA has been the forum for discussions about how to implement article 82. However, there is general recognition that the ISA cannot impose an interpretation of article 82 onto States, and it will be up to coastal States to determine how they calculate their payments or contributions.”.

*All production/Volume:*

- gross, not net, of commercial production
- determined at wellhead
- commercial production to exclude test production
- reinjected and flared gas excluded from calculation
- no deduction of financial resources

*Value:*

- directly linked to ‘all production’
- based on gross production and fair market value at wellhead
- no deduction of cost elements before value/volume determined
- value and volume calculations should produce the same result
- method of calculation should be disclosed

*Contributions in kind:*

- no substantial difference in discharging obligation through value or contribution in kind

*Site:*

- geographic location of a resource
- may be a delineated field or a site as defined by the state

*Payments:*

- payment in convertible currency and regular schedules of payments preferable

*Annually:*

- no consensus on whether this is a financial or calendar year
- possibly a scheme of transfers spread throughout the year

Assim, pode-se verificar a Autoridade, por meio do *Technical Study n° 15* cuidou de procurar esclarecer as questões sobre a interpretação da redação do art. 82º em relação à forma de pagamento ou da contribuição a fazer, em relação ao que se deve entender por “valor ou volume da produção no sítio”, em relação ao que se deve entender pelos termos “recursos” e “sítio”, mas ainda restou pendente a questão da interpretação em relação ao termo “annually”.

Em se tratando da questão referente à responsabilidade pela implementação do art. 82º, a Autoridade, em seu *Technical Study n° 4*, dispôs que<sup>106</sup>:

---

<sup>106</sup> INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY, *ISA Technical Study no. 4: Issues associated with the implementation of Article 82 of the United Nations Convention on the Law of the Sea*, Kingston, Jamaica, ISA Technical Study Series, 2009, p. xi.

*Responsibility for the implementation of Article 82 rests with the Authority and with States that exploit the non-living resources of their OCS. Payments and contributions are to be made annually by the OCS State at the rate of 1% on the value or volume of all production, commencing on the sixth year of production, increasing by 1% per year until the rate reaches 7% by the twelfth year, and thereafter remaining at 7%. The Authority then disburses those payments and contributions to State parties 'on the basis of equitable sharing criteria, taking into account the interests and needs of developing States, particularly the least developed and the land-locked among them.*

*Responsibility for the implementation of Article 82 rests with States that exploit the non-living resources of their OCS and the Authority. The LOS Convention provides powers and functions to the Assembly and Council to enable the Authority to perform its responsibilities.<sup>107</sup>*

Com efeito, a responsabilidade pela implementação do art. 82º recai sobre os Estados costeiros que explorem os recursos não vivos na extensão de sua plataforma continental (OCS States) e sobre a Autoridade. Já a obrigação estabelecida no art. 82º, nº 1, recai sobre os Estados costeiros que são parte na Convenção de Montego Bay<sup>108</sup>, muito embora estes Estados possam efetuar concessões a empresas para explorarem os recursos existentes em suas plataformas continentais além das 200 milhas marítimas. É como sugeriu a Autoridade em seu *Technical Study nº 12*<sup>109</sup>: “[o]bligations under Article 82 (1) and Article 82 (2) are obligations of the OCS States parties to the Convention and the ISA’s role is under Article 82(4) to receive and distribute payments.”.

---

<sup>107</sup> INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY, *ISA Technical Study no. 4: Issues associated with the implementation of Article 82 of the United Nations Convention on the Law of the Sea*, Kingston, Jamaica, ISA Technical Study Series, 2009, p. xv.

<sup>108</sup> Neste sentido, é como dispõe MONCADA, António Cabral de. *Curso de Direito Internacional Público*, vol. 1, Coimbra, Almedina, 1996, p. 235: “nenhum sujeito de DIP dotado de capacidade para celebrar convenções, pode ser vinculado a uma convenção, sem que tenha prestado o seu consentimento, na aceção de praticado um ato voluntário por força do qual os efeitos da convenção passam a valer para ele, de então para o futuro”.

<sup>109</sup> Cf. INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY. *ISA Technical Study no. 12: Implementation of Article 82 of the United Nations Convention on the Law of the Sea: report of the International Workshop convened by the International Seabed Authority in collaboration with the China Institute for Marine Affairs in Beijing, the People’s Republic of China, 26-30 November 2012*, Kingston, Jamaica, International Seabed Authority Technical Study Series, 2012, p. 13.



A grande questão em relação à interpretação do art. 82º permanece no que diz respeito aos casos em que existam depósitos de recursos situados entre a plataforma continental além das 200 milhas marítimas e a Área. Contudo, a Autoridade, em seu *Technical Study nº 4*<sup>110</sup>, apresentou suas considerações para o caso:

*The implementation of Article 82 in the context of OCS non-living resources straddling maritime zone limits or boundaries raises additional questions relating to: (a) the determination of the amount of payment or contribution in kind with respect to a site in a qualifying OCS area, and (b) the cooperation needed in a situation where exploitation activities on an OCS site concern non-living resources that straddle the Area. Article 82(2) refers to “production at a site” as the basis for calculation of payments and contributions due.*

*(...) A consequential reading of “site” with reference to the compromise reached between Articles 76 (definition of the continental shelf) and 82 suggests that “site” should be interpreted with reference to resources located on the OCS as defined in accordance with the LOS Convention. If “site” is read to include exploitation of resources located outside the OCS, the compromise reached would be defeated. Similarly, and consistently with this interpretation, exploitation of OCS resources from outside the OCS would be captured by Article 82.*

*Assuming that the above is a correct interpretation of “site,” a further consideration is the calculation of payments and contributions with respect to production of a resource that may straddle the limits of the OCS. With regard to (a) there are four potential scenarios:*

- (1) the OCS resource straddles the EEZ of the OCS State;*
- (2) the OCS resource straddles the EEZ of a neighbouring State;*
- (3) the OCS resource straddles the OCS of a neighbouring OCS State; and*
- (4) the OCS resource straddles the Area.*

*(...) Scenario (4) also concerns (a) and will be considered separately below. However, before proceeding further, it is useful to provide a brief comment on the common practice of “unitization” in the development and production of a “fugacious” resource, specifically oil and gas. When a resource reservoir underlies more than one licence area, it is*

---

<sup>110</sup> Cf. INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY, *ISA Technical Study no. 4: Issues associated with the implementation of Article 82 of the United Nations Convention on the Law of the Sea*, Kingston, Jamaica, ISA Technical Study Series, 2009, p. 59-62.

*likely that the resource requires development across the licence boundary. The necessity stems from the likely wasteful alternative of competitive drilling and production otherwise possible under the rule of capture. The principle and practice of unitization attempts to take an integrated approach to the development of the resource to maximize production and reduce inefficiencies. It implies that the placement of production units would be strategic to achieve this purpose, irrespective of boundaries. The production “site,” consisting of multiple and strategically placed installations, would thus be transboundary. Typically, the respective licence holders would address the issue as a private law matter, although national or sub-national legislation may also require them to cooperate.*

*In the case of (4), there could be two scenarios. The first is one where the OCS State undertakes unilateral development of the transboundary resource, in which case it would have to make the payment or contribution in relation to production from its OCS. The second scenario is where the Authority enters into a joint development arrangement with the OCS State. In this case there would have to be agreement on what proportion of the production is subject to payments and contributions. In this scenario, the rules and procedures for the exploration and exploitation of the Area in Part XI would come into play, although the Authority’s jurisdiction would be limited to those activities specifically occurring in the Area.*

*With regard to (b), the major concern for the Authority is a scenario (4) where the OCS State undertakes exploitation of a transboundary fugacious resource on a unilateral basis and through activities located on the OCS alone, such as directional drilling. This concern is more of an issue for the Authority’s Part XI mandate and related responsibilities on behalf of mankind than for the administration of Article 82. However, there could be an indirect Article 82 issue because payments and contributions relate to the exploitation of the non-living resources of the OCS. In this scenario, through directional drilling the OCS State might have access to resources located in the Area, without resorting to Part XI procedures, and will likely be a treaty violation.*

*Although potentially not consistent with good oilfield practice, this scenario is conceivable, although unlikely. An OCS State embarking on such conduct risks the political cost of protest, if not opposition, by other LOS Convention member States who would justifiably perceive such conduct to occur at the expense of the common heritage of mankind. The OCS State might argue the rule of capture in its favour. However, this is tenuous, at*

*best. The classical rule of capture in the common law held that the resource is “owned” when captured, i.e., it is brought to the surface. There have been modifications to this old rule because it was considered to carry undesirable social costs, and was inconsistent with resource conservation principles and good oilfield practice. Unitization is the acceptable practice in a contemporary context, so that the location of extractive activities is with reference to the best possible location to maximize resource development, irrespective of jurisdiction. Fortunately, the rule of capture is not a principle or rule of international law.*

Efetivamente, de acordo com o art. 142º da Convenção de Montego Bay, as atividades na Área referentes aos depósitos de recursos que se estendem além dos limites da Área, “devem ser realizadas tendo em devida conta os direitos e interesses legítimos do Estado costeiro sob cuja jurisdição se encontrem tais extensões daqueles depósitos” e “devem ser efectuadas consultas com o Estado interessado, incluindo um sistema de notificação prévia, a fim de se evitar qualquer violação de tais direitos e interesses”. Dispõe também que “nos casos em que as atividades na área possam dar lugar ao aproveitamento de recursos sob jurisdição nacional, será necessário o consentimento prévio do Estado costeiro interessado.”.

Destarte, verifica-se que haverá, nestes casos, a necessidade de uma harmonização entre o disposto no art. 82º e no art. 142º, observada a obrigatoriedade de se efetuarem as consultas entre a Autoridade e o Estado costeiro.

### **2.3 A Comissão de Limites da Plataforma Continental**

A Comissão de Limites da Plataforma Continental foi criada pela Convenção de Montego Bay, nos termos do seu Anexo II, sendo composta por 21 (vinte e um) membros eleitos pelos Estados partes na Convenção.

É suposto que a Comissão realize sessões pelo menos uma vez por ano e, tão frequentemente quanto necessário para o desempenho eficaz das suas funções no âmbito da Convenção, em particular, para considerar as submissões por parte dos Estados costeiros e fazer recomendações sobre estas. Uma sessão pode incluir várias reuniões da Comissão e suas subcomissões.

Conforme disposto no art. 3º do Anexo II da Convenção de Montego Bay, a Comissão de Limites da Plataforma Continental possui duas principais funções<sup>111</sup>:

- a) *Examinar os dados e outros elementos de informação apresentados pelos Estados costeiros sobre os limites exteriores da plataforma continental nas zonas em que tais limites se estenderem além de 200 milhas marítimas e formular recomendações de conformidade com o artigo 76º e o memorando de acordo adoptado em 29 de Agosto de 1980 pela Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar*
- b) *Prestar assessoria científica e técnica, se o Estado costeiro interessado a solicitar, durante a preparação dos dados referidos na alínea a).*

Com efeito, tal como referimos anteriormente, para que um Estado costeiro possa efetivamente exercer o poder de extensão da sua plataforma continental para além das 200 milhas marítimas é necessário que submeta seu pedido à Comissão de Limites da Plataforma Continental.

Nos termos do art. 76º, nº 8<sup>112</sup>, todos os critérios estabelecidos na Convenção de Montego Bay para delimitação da plataforma continental além das 200 milhas marítimas são objeto de análise pela Comissão de Limites da Plataforma Continental no momento em que esta recebe dos Estados costeiros o pedido para extensão de suas plataformas continentais. A Comissão fará recomendações aos Estados costeiros em relação ao estabelecimento dos limites exteriores da plataforma continental destes. Após o recebimento destas recomendações, os Estados costeiros estabelecerão os limites de suas plataformas continentais, com base nestas recomendações, e estes limites serão considerados definitivos e obrigatórios.

Os procedimentos da Comissão seguem o disposto no documento denominado *Rules of Procedure of the Commission on the Limits of the Continental*

---

<sup>111</sup> Neste sentido, cf. ROTHWELL, Donald. R. / STEPHENS, Tim. *The International Law of the Sea*. Second Edition, Oxford and Portland, Oregon, 2016, p. 116-117.

<sup>112</sup> Dispõe o art. 76º, nº 8, da Convenção de Montego Bay:

“8. Informações sobre os limites da plataforma continental, além das 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, devem ser submetidas pelo Estado costeiro à Comissão de Limites da Plataforma Continental, estabelecida de conformidade com o anexo II, com base numa representação geográfica equitativa. A comissão fará recomendações aos Estados costeiros sobre questões relacionadas com o estabelecimento dos limites exteriores da sua plataforma continental. Os limites da plataforma continental estabelecidos pelo Estado costeiro com base nessas recomendações serão definitivos e obrigatórios.”.

*Shelf* (“*Rules of Procedure*”)<sup>113</sup> e devem ser considerados pelos Estados costeiros também em relação aos procedimentos para submissão de informações à Comissão a fim de obter a extensão de sua plataforma continental.

No *Rules of Procedure* são apresentadas as regras em relação às sessões e reuniões, aos membros da Comissão, aos oficiais da Comissão, ao Secretariado, aos idiomas oficiais da Comissão, ao quórum e à votação, às Subcomissões e outros órgãos subsidiários, à submissão por um Estado costeiro, aos conselhos para um Estado costeiro, à cooperações com organizações internacionais competentes, aos conselhos de especialistas, à adoção de outros regulamentos, orientações e anexos ao *Rules of Procedure*, a alterações do *Rules of Procedure*, às Submissões em caso de disputa entre Estados com costas opostas ou adjacentes ou em outros casos de disputas territoriais ou marítimas não resolvidas, à confidencialidade, e, ao *Modus operandi* para a consideração de uma apresentação feita à Comissão.

Em se tratando de Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente, a delimitação da plataforma continental entre eles será feita conforme previsto no art. 83º da Convenção de Montego Bay, que dispõe que esta deve ser feita por meio de acordo entre os Estados, em conformidade com o disposto no art. 38º do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça, para a obtenção de uma solução equitativa.

Caso não tenha sido possível firmar um acordo ou estabelecer ajustes provisórios entre os Estados costeiros com reivindicações concorrentes ou com sobreposição de área nas plataformas continentais, a Convenção de Montego Bay apresenta os recursos cabíveis para solucionar o problema por meio de arbitragem, caso as partes não tenham se submetido à jurisdição do Tribunal Internacional do Direito do Mar, ou por meio da via jurisdicional perante o Tribunal Internacional de Justiça. Contudo, os Estados apenas podem recorrer à via jurisdicional caso tenham esgotado todos os meios negociais possíveis para chegarem a uma solução para o problema vislumbrado.

Cumprе esclarecer que, caso existam reivindicações concorrentes ou com sobreposição de área entre Estados costeiros para extensão de suas plataformas continentais além das 200 milhas marítimas, a Comissão de Limites da Plataforma

---

<sup>113</sup> Cf. UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and The Law of the Sea. *Rules of Procedure of the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, Twenty-first session, New York, 17 March-18 April 2008, CLCS/40/Rev.1, 17 April 2008.

Continental não analisará nem qualificará a submissão feita por quaisquer desses Estados. Estes, por sua vez, devem procurar firmar um acordo para o problema em tela, e, enquanto não firmado acordo ou feito qualquer ajuste provisório entre as partes nada devem fazer que possa vir atrapalhar o fechamento do acordo definitivo<sup>114</sup>.

A fim de evitar maiores problemas para os Estados costeiros que desejam submeter pedidos de extensão de suas plataformas continentais, a Comissão criou documentos com informações técnicas para auxiliá-los. Os principais documentos criados pela Comissão com esta finalidade são o *Scientific and Technical Guidelines*<sup>115</sup> e o *Training Manual for Delineation of the Outer Limits of the Continental Shelf beyond 200 nautical miles and for preparation of submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*<sup>116</sup>.

No primeiro documento, datado de 13 de Maio de 1999 e revisado em 24 de fevereiro de 2000, a Comissão apresenta a sua interpretação em relação ao art. 76º da Convenção de Montego Bay. Por sua vez, o segundo documento, datado de fevereiro de 2007, é propriamente um manual com todos os detalhes técnicos para que os Estados costeiros sigam as instruções e, de acordo com as características da plataforma continental de cada um, elaborem o documento final para submissão à Comissão.

Em relação à submissão de um Estado costeiro para extensão de sua plataforma continental além das 200 milhas marítimas, é importante que o Estado costeiro tenha conhecimento das regras 45 a 54 e do Anexo III do *Rules of Procedure*. Já em relação às submissões em caso de disputa entre Estados com costas opostas ou adjacentes ou em outros casos de disputas territoriais ou marítimas

---

<sup>114</sup> É como dispõe o art. 83, nº 3, da Convenção de Montego Bay:

“3. Enquanto não se chegar a um acordo conforme ao previsto no parágrafo 1º, os Estados interessados, num espírito de compreensão e cooperação, devem fazer todos os esforços para chegar a ajustes provisórios de caráter prático e, durante este período de transição, nada devem fazer que possa comprometer ou entrar a conclusão do acordo definitivo. Tais ajustes não devem prejudicar a delimitação definitiva.”.

<sup>115</sup> Cf. UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *Scientific and Technical Guidelines of the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, CLCS/11, 13 May 1999 (incorporates CLCS/11/Corr.1, 24 February 2000).

<sup>116</sup> Cf. UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *The Law of the Sea: Training Manual for Delineation of the Outer Limits of the Continental Shelf beyond 200 nautical miles and for preparation of submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, February 2007.

não resolvidas, os Estados costeiros devem ter como referência o estabelecido no Anexo I do *Rules of Procedure*.

Importante lembrar que, conforme já exposto no item 2.1 do presente trabalho, os Estados costeiros tem o prazo de 10 (dez) anos para submeterem à Comissão o documento oficial com as informações que demonstram ter direito à extensão de sua plataforma continental além das 200 milhas marítimas. Este prazo era contado inicialmente da data em que a Convenção de Montego Bay entrou em vigor para cada Estado costeiro, nos termos do art. 4º do Anexo II da Convenção.

Contudo, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos Estados costeiros em delimitar os limites exteriores de suas plataformas continentais, especialmente pela dificuldade de interpretação das informações contidas no art. 76º da Convenção, os Estados partes na Convenção de Montego Bay decidiram, por meio do documento denominado “*Decision regarding the date of commencement of the ten-year period for making submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf set out in article 4 of Annex II to the United Nations Convention on the Law of the Sea*”<sup>117</sup>, alterar a contagem do prazo de 10 (dez) anos em relação aos Estados costeiros em que a Convenção entrou em vigor antes da data de adoção do *Scientific and Technical Guidelines*, isto é, antes do dia 13 de maio de 1999. Assim, para estes Estados a contagem do prazo de 10 (dez) anos passou a ter início no dia 13 de maio de 1999.

Posteriormente, tendo em vista as dificuldades que vem sendo encontradas pelos Estados costeiros para comprovar o cumprimento dos requisitos para extensão das plataformas continentais, especialmente os Estados em desenvolvimento, a Comissão elaborou o documento denominado “*Decision regarding the workload of the Commission on the Limits of the Continental Shelf and the ability of States, particularly developing States, to fulfil the requirements of article 4 of annex II to the United Nations Convention on the Law of the Sea, as well as the decision*

---

<sup>117</sup> Cf. UNITED NATIONS, *Decision regarding the date of commencement of the ten-year period for making submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf set out in article 4 of Annex II to the United Nations Convention on the Law of the Sea*, Meeting of States Parties, Eleventh Meeting, New York, 14-18 May 2001, UN Doc. SPLOS/72, 29 May 2001.

*contained in SPLOS/72, paragraph (a)*”<sup>118</sup>. Neste documento restou decidido entre os Estados Partes na Convenção que:

*(a) It is understood that the time period referred to in article 4 of annex II to the Convention and the decision contained in SPLOS/72, paragraph (a), may be satisfied by submitting to the Secretary-General preliminary information indicative of the outer limits of the continental shelf beyond 200 nautical miles and a description of the status of preparation and intended date of making a submission in accordance with the requirements of article 76 of the Convention and with the Rules of Procedure and the Scientific and Technical Guidelines of the Commission on the Limits of the Continental Shelf;*

*(b) Pending the receipt of the submission in accordance with the requirements of article 76 of the Convention and with the Rules of Procedure and the Scientific and Technical Guidelines of the Commission, preliminary information submitted in accordance with subparagraph (a) above shall not be considered by the Commission;*

*(c) Preliminary information submitted by a coastal State in accordance with subparagraph (a) is without prejudice to the submission in accordance with the requirements of article 76 of the Convention and with the Rules of Procedure and the Scientific and Technical Guidelines of the Commission, and the consideration of the submission by the Commission;*

*(d) The Secretary-General shall inform the Commission and notify member States of the receipt of preliminary information in accordance with subparagraph (a), and make such information publicly available, including on the website of the Commission;*

Assim, a partir deste documento ficou entendido que o prazo de 10 (dez) anos para que os Estados costeiros apresentem suas submissões de extensão da plataforma continental além das 200 milhas marítimas poderia ser cumprido ao submeter ao Secretário-Geral as informações preliminares indicativas dos limites externos da sua plataforma continental para além de 200 milhas marítimas e uma descrição do estado de preparação e da data prevista para a apresentação de uma

---

<sup>118</sup> Cf. UNITED NATIONS, *Decision regarding the workload of the Commission on the Limits of the Continental Shelf and the ability of States, particularly developing States, to fulfil the requirements of article 4 of annex II to the United Nations Convention on the Law of the Sea, as well as the decision contained in SPLOS/72, paragraph (a)*, Meeting of States Parties, Eighteenth Meeting, New York, 13-20 June 2008, UN Doc. SPLOS/183, 20 June 2008.



submissão em conformidade com os requisitos do art. 76º da Convenção, com o *Rules of Procedure* e com o *Scientific and Technical Guidelines*.

Até 06 de maio de 2019<sup>119</sup>, foram apresentadas à Comissão de Limites da Plataforma Continental 83 (oitenta e três) submissões por Estados, ou grupo de Estados<sup>120</sup>, sendo a última feita pela Indonésia (em relação à área do norte da Papua - *Eauripik Rise*) em 11 de abril de 2019. A Comissão emitiu, até o momento, 31 (trinta e uma) recomendações, sendo a última proferida em 30 de abril de 2019 para a submissão feita pela Noruega em relação a Bouvetøya e à Terra da Rainha Maud<sup>121</sup>.

Analisaremos a seguir as recomendações da Comissão de Limites da Plataforma Continental às submissões feitas pelos Estados costeiros ou grupo de Estados costeiros.

### 2.3. Recomendações da Comissão

Em 29 de março de 2019, a Comissão de Limites da Plataforma Continental publicou o documento “*Progress of work in the Commission on the Limits of the Continental Shelf*”<sup>122</sup>, no qual apresentou informações sobre o trabalho realizado durante a sua 49ª (quadragésima nona) sessão. Nele, a Comissão disponibilizou uma atualização em relação aos progressos feitos na análise das submissões feitas pela Federação Russa relativamente ao Oceano Ártico (submissão parcial revisada); pelo Brasil, em relação à Região Sul do Brasil (submissão parcial revisada); pela Noruega, em relação a *Bouvetøya and Dronning Maud Land*; pela França e África do Sul, conjuntamente, em relação às áreas *Crozet Archipelago and the Prince*

---

<sup>119</sup> Cf. UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *Submissions, through the Secretary-General of the United Nations, to the Commission on the Limits of the Continental Shelf, pursuant to article 76, paragraph 8, of the United Nations Convention on the Law of the Sea of 10 December 1982*, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/commission\\_submissions.htm](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/commission_submissions.htm).

<sup>120</sup> Submissões feitas por intermédio do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas à Comissão de Limites da Plataforma Continental, em conformidade com o art. 76º, nº 8, da Convenção de Montego Bay.

<sup>121</sup> Cf. UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *Progress of work in the Commission on the Limits of the Continental Shelf*. Commission on the Limits of the Continental Shelf, Forty-ninth session, CLCS 108, 28 January–25 March 2019, New York, 29 March 2019, disponível em: <https://undocs.org/CLCS/108>.

<sup>122</sup> UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *Progress of work in the Commission on the Limits of the Continental Shelf*. Commission on the Limits of the Continental Shelf, Forty-ninth session, New York, 28 January–15 March 2019, CLCS 108, 29 March 2019, disponível em: <https://undocs.org/CLCS/108>.

*Edward Islands*; pelo Quênia; pela Nigéria; pela França, em relação à *Reunion and the Saint-Paul and Amsterdam islands*; pela Costa do Marfim; pelo Sri Lanka; por Portugal; e pelo Tonga, em relação à parte leste da *Kermadec Ridge*.

Cumpre lembrar que as recomendações da Comissão de Limites da Plataforma Continental devem seguir o disposto na Regra 53<sup>123</sup> e do item V<sup>124</sup> do Anexo III do *Rules of Procedure*.

---

<sup>123</sup> É como estabelece UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and The Law of the Sea. *Rules of Procedure of the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, Twenty-first session, New York, 17 March-18 April 2008, CLCS/40/Rev.1, 17 April 2008 sobre a Regra 53:

**“Rule 53**

***Recommendations of the Commission***

1. *The Commission shall consider and approve or amend the recommendations prepared by the subcommission following their submission by the subcommission. Unless the Commission decides otherwise, the recommendations drafted by the subcommission shall be considered by the Commission during the next session following their submission by the subcommission. Sufficient time shall be allowed to the members of the Commission to consider the submission and the recommendations in each case.*

2. *The recommendations of the Commission based on the recommendations prepared by the subcommission shall be approved in accordance with rule 35 and rule 37, paragraph 1.*

3. *The recommendations of the Commission on matters related to the establishment of the outer limits of the continental shelf shall be submitted in writing to the coastal State which made the submission and to the Secretary-General, in accordance with article 6, paragraph 3, of Annex II to the Convention. For this purpose the Chairperson of the Commission shall transmit to the Secretariat two copies of the recommendations, one to be submitted to the coastal State, and one to remain in the custody of the Secretary-General. If the submission was not originally made in English, the recommendations shall be translated by the Secretariat into the official language in which the submission was originally made. The translation shall be transmitted to the coastal State together with the original English text of the recommendations.*

4. *In the case of disagreement by the coastal State with the recommendations of the Commission, the coastal State shall, in accordance with article 8 of Annex II to the Convention, make a revised or new submission to the Commission within a reasonable time.*

5. *The outer limits of the continental shelf established by a coastal State on the basis of the recommendations of the Commission shall be final and binding, in accordance with article 76, paragraph 8, of the Convention.”.*

<sup>124</sup> É como estabelece UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and The Law of the Sea. *Rules of Procedure of the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, Twenty-first session, New York, 17 March-18 April 2008, CLCS/40/Rev.1, 17 April 2008, sobre o item V do Anexo III:

**“V. Recommendations prepared by the subcommission**

**11. Formulation of the recommendations**

1. *The recommendations prepared by the subcommission shall be in accordance with article 76 of the Convention, the Statement of Understanding, these Rules and the Guidelines.*

2. *The recommendations prepared by the subcommission shall focus on the data and other material submitted by the coastal States in support of the establishment of the outer limits of their continental shelf.*

3. *The recommendations prepared by the subcommission shall include a summary thereof, and such summary shall not contain information which might be of a confidential nature and/or which might violate the proprietary rights of the coastal State over the data and information provided in the submission. The Secretary-General shall make public the summary of the recommendations upon their approval by the Commission.*

**12. Drafting of the recommendations**

Conforme já exposto alhures, até 06 maio de 2019, a Comissão procedeu a 31 (trinta e uma) recomendações às seguintes submissões: Federação Russa; Federação Russa (submissão parcial revisada em relação ao Mar de Okhotsk); Brasil; Austrália; Irlanda (em relação à Planície abissal de Porcupine); Nova Zelândia; Submissão conjunta da França, da Irlanda, da Espanha e do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte (em relação à área do mar Céltico e do golfo da Biscaia); Noruega (em relação ao Atlântico Nordeste e ao Ártico); França (em relação às zonas da Guiana Francesa e da Nova Caledónia no Atlântico); México (em relação ao polígono ocidental no Golfo do México); Barbados; Barbados (submissão revisada); Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (em relação à Ilha da Ascensão); Indonésia (em relação ao noroeste da ilha de Sumatra); Japão; Submissão conjunta da República da Ilha Maurício e da República das Seicheles (em relação à região do planalto de Mascarene); Suriname; França (em relação às áreas das Antilhas Francesas e das Ilhas Kerguelen); Uruguai; Filipinas (em relação à região de Benham Rise); Ilhas Cook (em relação ao Planalto Manihiki); Argentina;

---

*1. The subcommission may appoint one of its members to produce, after consultation with the other members, a first draft of the recommendations. Each member shall produce notes to be considered for the preparation of the draft.*

*2. The subcommission may prepare an “Outline of the recommendations prepared by the subcommission” containing the agreed format, contents and main conclusions at an appropriate time. Based on this outline and under the coordination and supervision of an appointed member, each member of the subcommission may be assigned the task of drafting various parts of the recommendations during intersessional periods.*

*3. At the next session of the subcommission, the combined draft, consolidated by an appointed member, shall be examined by the subcommission at a first reading. Any member who wishes to modify the draft may propose amendments in writing.*

*4. If the submission contains sufficient data and other material upon which the outer limits of the continental shelf are based, the recommendations shall include the rationale on which such recommendations are based.*

*5. If the submission contains sufficient data and other material supporting outer limits of the continental shelf which would be different from those proposed in the submission, the recommendations shall contain the rationale on which the recommended outer limits are based.*

*6. If the submission does not contain sufficient data and other material upon which the outer limits of the continental shelf could be based, the recommendations shall include provisions regarding the additional data and other material that may be needed to support the preparation of a revised or new submission in accordance with the Guidelines.*

**13. Adoption of the recommendations by the subcommission**

*1. Pursuant to rule 35, the subcommission shall make its best endeavours to ensure that its work is accomplished by general agreement. Accordingly, the subcommission shall make every effort to reach agreement on recommendations by way of consensus. There shall be no voting on such matters until all efforts to achieve consensus have been exhausted.*

*2. Should it prove impossible to achieve consensus, the subcommission shall proceed to vote according to rules 36 to 39.*

**14. Submission of the recommendations prepared by the subcommission to the Commission**

*The recommendations prepared by the subcommission shall be submitted in writing to the Chairperson of the Commission in accordance with rule 51, paragraph 4, through the Secretariat.”.*

Argentina (submissão parcial revisada); Gana; Islândia (em relação à área da bacia de Ægir e nas partes ocidental e meridional da cordilheira de Reykjanes); Dinamarca (em relação à área ao norte das Ilhas Faroe); Paquistão; Noruega (em relação a Bouvetøya e à Terra da Rainha Maud); África do Sul (em relação ao continente do território da República da África do Sul); Submissão conjunta dos Estados Federados da Micronésia, Papua Nova Guiné e Ilhas Salomão (em relação ao planalto de Ontong Java); Seychelles (em relação à região do planalto norte).

Analisaremos a seguir as recomendações em relação às submissões feitas pela Federação Russa, pelo Brasil, pela Austrália, pela Nova Zelândia, pela Noruega (em relação às zonas da Guiana Francesa e da Nova Caledónia no Atlântico), pela França, pelo Japão, e, por Seychelles (em relação à região do planalto norte). Cabe ressaltar que, até a presente data, restam pendentes recomendações da Comissão em relação a 59 (cinquenta e nove) submissões.

### 2.3.1 Federação Russa

Em 20 de Dezembro de 2001, a Federação Russa apresentou as informações sobre os limites exteriores de sua plataforma continental além das 200 milhas marítimas por meio do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas à Comissão de Limites da Plataforma Continental, em conformidade com o art. 76º, nº 8, da Convenção de Montego Bay, e dentro do prazo de 10 (anos) previsto para apresentação da submissão. Foi o primeiro Estado costeiro a realizar a submissão para extensão da plataforma continental à Comissão. Em sua submissão, a Federação Russa apresentou informações sobre quatro áreas: Mar de Barents, Mar de Bering, Mar de Okhotsk e Oceano Ártico Central.

Após a publicação feita pelo Secretário-Geral<sup>125</sup> para notificar os Estados Membros da Organização das Nações Unidas e Estados Partes da Convenção de Montego Bay da submissão da Federação Russa, nos termos previstos pela Regra 49

---

<sup>125</sup> Cf. UNITED NATIONS. *Receipt of the submission made by the Russian Federation to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 20 December 2001, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/rus01/RUS\\_CLCS\\_01\\_2001\\_LOS\\_English.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/rus01/RUS_CLCS_01_2001_LOS_English.pdf)

do *Rules of Procedure*, foram recebidas comunicações do Canadá<sup>126</sup>, da Dinamarca<sup>127</sup>, do Japão<sup>128</sup>, da Noruega<sup>129</sup> e dos Estados Unidos<sup>130</sup>.

As recomendações da Comissão, datadas de 27 de junho de 2002, foram disponibilizadas nos seguintes documentos: *Statement by the Chairman of the CLCS on the progress of work in the Commission*, Eleventh session<sup>131</sup> e no Relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas (57ª sessão)<sup>132</sup>.

Assim, em relação ao Mar de Barents e ao Mar de Bering, a recomendação da Comissão para a Federação Russa foi no sentido de que ela transmitisse os mapas e as coordenadas das linhas de delimitação acordadas com a Noruega no Mar de Barents e com os Estados Unidos no Mar de Bering. Essas linhas de delimitação seriam consideradas os limites externos da plataforma continental da Federação Russa no Mar de Barents e no Mar de Bering.

Em relação ao Mar de Okhotsk, a recomendação da Comissão foi no sentido de que a Federação Russa apresentasse uma submissão parcial referente à parte Norte do Mar de Okhotsk, sem prejudicar as questões relativas à delimitação de fronteiras entre os Estados no Sul deste Mar, e que pudesse entrar em acordo com o Japão, nos termos do parágrafo 4º do Anexo I do *Rules of Procedure*.

Já em relação ao Oceano Ártico Central, a Federação Russa foi solicitada a fazer uma submissão revisada com base nas constatações feitas pela Comissão em suas recomendações.

---

<sup>126</sup> Cf. UNITED NATIONS. *Canada: Notification regarding the submission made by the Russian Federation to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 26 February 2002, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/rus01/CLCS\\_01\\_2001\\_LOS\\_\\_CANtext.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/rus01/CLCS_01_2001_LOS__CANtext.pdf)

<sup>127</sup> Cf. UNITED NATIONS. *Denmark: Notification regarding the submission made by the Russian Federation to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 26 February 2002, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/rus01/CLCS\\_01\\_2001\\_LOS\\_\\_DNKtext.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/rus01/CLCS_01_2001_LOS__DNKtext.pdf)

<sup>128</sup> Cf. UNITED NATIONS. *Japan: Notification regarding the submission made by the Russian Federation to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 14 March 2002, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/rus01/CLCS\\_01\\_2001\\_LOS\\_\\_JPNtext.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/rus01/CLCS_01_2001_LOS__JPNtext.pdf)

<sup>129</sup> Cf. UNITED NATIONS. *Norway: Notification regarding the submission made by the Russian Federation to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 2 April 2002, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/rus01/CLCS\\_01\\_2001\\_LOS\\_\\_NORtext.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/rus01/CLCS_01_2001_LOS__NORtext.pdf)

<sup>130</sup> Cf. UNITED NATIONS. *United States of America: Notification regarding the submission made by the Russian Federation to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 18 March 2002, disponível em:

[https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/rus01/CLCS\\_01\\_2001\\_LOS\\_\\_USAtext.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/rus01/CLCS_01_2001_LOS__USAtext.pdf)

<sup>131</sup> Cf. UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea, Office of Legal Affairs. *Statement by the Chairman of the CLCS on the progress of work in the Commission*, Eleventh session, New York, 24-28 June 2002, CLCS/34, 1 July 2002, item 4.

<sup>132</sup> Cf. UNITED NATIONS, General Assembly. *Report of the Secretary-General*, Fifty-seventh session, Agenda item 25 (a), Oceans and the law of the sea, A/57/57/Add.1, 8 October 2002, disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/629/28/PDF/N0262928.pdf?OpenElement>.

### 2.3.2 Federação Russa (submissão parcial revisada em relação ao Mar de Okhotsk)

Em referência à sua submissão de 20 de dezembro de 2001, a Federação Russa apresentou à Comissão de Limites da Plataforma Continental, em 28 de fevereiro de 2013, as informações dos limites sua plataforma continental além das 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do seu mar territorial em relação ao mar de Okhotsk.

Em conformidade com o previsto no Anexo III, item V, do *Rules of Procedure*, a Comissão publicou o “*Summary of Recommendations of the Commission on the limits of the Continental Shelf in regard to the Partial Revised Submission made by the Russian Federation in respect of the Sea of Okhotsk on 28 February 2013*”<sup>133</sup> que decidiu por concordar que:

- (i) a base do talude continental da margem continental do mar de Okhotsk foi corretamente identificada pela Federação Russa, concordando a Comissão com a localização geral dos pontos do pé do talude continental determinados pela Federação Russa;
- (ii) a aprovação do *Test of Appurtenance*<sup>134</sup> garante que o *enclave*<sup>135</sup> faz parte da plataforma continental da Federação Russa, sujeito à aplicação das restrições;

---

<sup>133</sup> Cf. UNITED NATIONS. *Summary of Recommendations of the Commission on the limits of the Continental Shelf in regard to the Partial Revised Submission made by the Russian Federation in respect of the Sea of Okhotsk on 28 February 2013*, 11 March 2014, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/rus01\\_rev13/2014\\_03\\_13\\_COM\\_REC\\_RUS\\_Summary.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/rus01_rev13/2014_03_13_COM_REC_RUS_Summary.pdf)

<sup>134</sup> De acordo com UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *Scientific and Technical Guidelines of the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, CLCS/11, 13 May 1999 (incorporates CLCS/11/Corr.1, 24 February 2000), item 2.2.2, o termo “test of appurtenance” tem o seguinte significado:

“2.2.2. The Commission defines the term “test of appurtenance” as the process by means of which the above provision is examined. The test of appurtenance is designed to determine the legal entitlement of a coastal State to delineate the outer limits of the continental shelf throughout the natural prolongation of its land territory to the outer edge of the continental margin, or to a distance of 200 nautical miles from the baselines from which the breadth of the territorial sea is measured where the outer edge of the continental margin does not extend up to that distance.”.

<sup>135</sup> De acordo com IRMSCHER, Tobias H. *Enclaves*, Max Planck Encyclopedia of Public International Law [MPEPIL], September 2007, disponível em: <https://opil.ouplaw.com/abstract/10.1093/law:epil/9780199231690/law-9780199231690-e1037?rskey=eQMKsF&result=23&prd=EPIL>, “An enclave in international law is an isolated part of the territory of a State, which is entirely surrounded by the territory of only one foreign State—the

- (iii) o *enclave* encontra-se ao longo da linha de restrições individuais;
- (iv) uma vez que esta submissão se refere a um *enclave* que se localiza em direção à terra das três seguintes linhas: (i) a linha da fórmula de 60m, (ii) a restrição de distância de 350 milhas marítimas e (iii) a restrição de profundidade determinada à distância de 100m (cem metros) a partir da isóbata de 2500m (dois mil e quinhentos metros), não são requeridos limites externos delineados por linhas retas que não excedam 60m de comprimento ligando pontos fixos, definidos por coordenadas de latitude e longitude.

Por fim, a Comissão recomendou que o *enclave* seja considerado como parte da plataforma continental da Federação Russa.

### 2.3.3 Brasil

Em 17 de Maio de 2004<sup>136</sup>, o Brasil apresentou as informações sobre os limites exteriores de sua plataforma continental além das 200 milhas marítimas por meio do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas à Comissão de Limites da Plataforma Continental, em conformidade com o art. 76º, nº 8, da Convenção de Montego Bay, e dentro do prazo de 10 (anos) previsto para apresentação da submissão. Em sua submissão, o Brasil solicitou o reconhecimento de aproximadamente 911,847km<sup>2</sup> como área referente à extensão de sua plataforma continental, distribuída nas seguintes regiões: *Northern and Amazonas Fan Region, the Northern Brazilian and Fernando de Noronha Ridges Region, the Vitória-Trindade Ridge Region, the São Paulo Plateau Region, e, the Southern Region*.

Após a publicação feita pelo Secretário-Geral<sup>137</sup> para notificar os Estados Membros da Organização das Nações Unidas e Estados Partes da Convenção de Montego Bay da submissão do Brasil, nos termos previstos pela Regra 49 do *Rules*

---

*surrounding, enclaving, or host State—so that it has no communication with the territory of the State to which it belongs—the mother or home State—other than through the territory of the host State.”.*

<sup>136</sup> Cf. BRAZILIAN CONTINENTAL SHELF SURVEY PROJECT, Continental Shelf and UNCLOS Article 76, Brazilian Submission, *Executive Summary*, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/bra04/bra\\_exec\\_sum.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/bra04/bra_exec_sum.pdf).

<sup>137</sup> Cf. UNITED NATIONS. *Receipt of the submission made by the Federative Republic of Brazil to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 21 May 2004, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/bra04/bra\\_clcs\\_02\\_2004\\_los.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/bra04/bra_clcs_02_2004_los.pdf).

of Procedure, os Estados Unidos<sup>138</sup> apresentaram sua manifestação solicitando que a Comissão analisasse com cuidado as informações submetidas pelo Brasil, especialmente no que diz respeito à espessura do sedimento e à região da Cadeia Vitória-Trindade. A Comissão, por sua vez, decidiu<sup>139</sup> não considerar o conteúdo da comunicação feita pelos Estados Unidos, tendo em vista que apenas nos casos em que houver disputa entre Estados com costas opostas ou adjacentes, ou em casos de disputas de território ou disputas marítimas ainda não resolvidas, é que a Comissão deve considerar as comunicações de Estados que não o que submeteu seu pedido de extensão da plataforma continental.

Em 1º de março de 2006, o Brasil transmitiu à Comissão de Limites da Plataforma Continental, por intermédio do Secretário-Geral, um adendo<sup>140</sup> ao sumário executivo da submissão feita pelo Brasil com o objetivo de complementar informações previamente fornecidas à Comissão e à Subcomissão estabelecida para examinar a submissão brasileira, informando naquele documento que a área total referente à extensão de sua plataforma continental seria então constituída por 953,525km².

Em 4 de abril de 2007, a Comissão adotou o “*Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in regard to the Submission made by Brazil on 17 May 2004 of information on the proposed Outer Limits of its Continental Shelf beyond 200 Nautical Miles*” e publicou suas recomendações no *Statement by the Chairman*<sup>141</sup>.

Em relação à extensão da plataforma continental na *Northern and Amazonas Fan Region* a Comissão recomendou que:

---

<sup>138</sup> Cf. UNITED NATIONS. *United States of America: Notification regarding the submission made by Brazil to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 9 September 2004, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/bra04/clcs\\_02\\_2004\\_los\\_usatext.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/bra04/clcs_02_2004_los_usatext.pdf)

<sup>139</sup> Cf. UNITED NATIONS. *Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission*, Fourteenth session, New York, 30 August-3 September 2004, CLCS/42, 14 September 2004, item 11-25, disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/510/12/PDF/N0451012.pdf?OpenElement>

<sup>140</sup> Cf. The Brazilian submission to the Commission on the Limits of the Continental Shelf pursuant to article 76 of the United Nations Convention on the Law of the Sea - *Addendum to the Executive Summary dated 17 May 2004*, 1 February 2006, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/bra04/bra\\_add\\_executive\\_summary.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/bra04/bra_add_executive_summary.pdf).

<sup>141</sup> Cf. UNITED NATIONS. *Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission*, Nineteenth session, New York, 5 March-13 April 2007, CLCS/54, 27 April 2007, item 11-22, disponível em: <https://undocs.org/en/clcs/54>.



- o Brasil faça uma Submissão revisada ou nova em relação aos limites externos de sua plataforma continental além de 200 milhas náuticas na Região do Norte e Amazonas;

- o pé do talude continental seja determinado em uma Submissão nova ou revisada dentro da base do talude continental de acordo com as metodologias aplicadas e os resultados descritos pela Comissão nas Recomendações;

- o Brasil leve em consideração as descobertas e implicações descritas em relação à definição de pontos de espessura de sedimentos em uma Submissão nova ou revisada, e às preocupações levantadas em relação a algumas análises de velocidade e questões de interpretação sísmica na parte Norte da região do Cone do Amazonas e Cadeia Norte-Brasileira.

Em relação à *Northern Brazilian and Fernando de Noronha ridges Region*, a Comissão recomendou que:

- o Brasil investigue se o teste de tolerância pode ser satisfeito a partir da base das encostas continentais adjacentes à plataforma continental e declive da massa principal de terra do Brasil a uma profundidade de aproximadamente 3.000m;

- o Brasil investigue se o pátio sedimentar é contínuo desde o pé do talude continental até pontos potenciais de espessura de sedimentos localizados além do limite externo a uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base das quais a largura do mar territorial é medido;

- o Brasil investigue se dados e informações geofísicas adicionais podem ser necessários para apoiar uma Submissão para a determinação dos limites externos da plataforma continental além de 200 milhas marítimas.

Em relação à *Vitória-Trindade ridge Region*, a Comissão recomendou que:

- o Brasil faça uma submissão revisada ou nova em relação aos limites externos de sua plataforma continental além de 200 milhas marítimas na região de Vitória-Trindade;

- uma nova linha batimétrica seja medida da quebra da plataforma continental ao longo da encosta continental até a posição e direção do perfil sintético produzido na Submissão para o fundo do mar de Minerva;

- em uma submissão revisada ou nova com dados científicos adicionais, a Cadeia Vitória-Trindade seja considerada pelo Brasil como uma crista submarina (“*submarine ridge*”) sob a Convenção.

Em relação à *São Paulo Plateau Region*, a Comissão recomendou que:

- o Brasil estabeleça o limite externo de sua plataforma continental além de 200 milhas marítimas na região do Platô de São Paulo com base nos dados, informações e procedimentos contidos em sua Submissão, e de acordo com as coordenadas dos pontos fixos FP 194 até FP 341. Essas coordenadas estão contidas na revisão do limite exterior apresentado em 31 de março de 2005 e divulgadas pelo Brasil no Adendo ao seu Sumário Executivo submetido em 1º de março de 2006.

Em relação à *Southern Region* (região Sul), a Comissão recomendou que:

- o Brasil utilize as localizações do pé do talude continental contidos em sua Submissão original para a Região Sul ao delinear o limite externo da plataforma continental onde se estende além de 200 milhas marítimas;

- o Brasil delimite o limite externo da extensão de sua plataforma continental utilizando o pé do talude continental acrescido da fórmula de espessura dos sedimentos de 1% estabelecida na Tabela 2, como pontos fixos para construir os segmentos de linha reta não maiores do que 60 milhas marítimas.

Após estas recomendações, o Brasil apresentou três<sup>142</sup> submissões parciais revisadas que ainda estão pendentes de análise e recomendações pela Comissão de Limites da Plataforma Continental.

#### 2.3.4 Austrália

Em 15 de Novembro de 2004<sup>143</sup>, a Austrália apresentou as informações sobre os limites exteriores de sua plataforma continental além das 200 milhas

---

<sup>142</sup> Para maiores informações, cf. (i) Executive Summary, Continental Shelf and UNCLOS article 76, *Brazilian Partial Revised Submission to the Commission on the Limits of the the Continental Shelf, Brazilian Southern Region*, 10 April 2015, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/bra02\\_rev15/Executive\\_Summary\\_Brazilian\\_Partial\\_Revised\\_Submission\\_SR.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/bra02_rev15/Executive_Summary_Brazilian_Partial_Revised_Submission_SR.pdf); cf. (ii) Executive Summary, Continental Shelf and UNCLOS article 76, *Brazilian Partial Revised Submission to the Commission on the Limits of the the Continental Shelf, Brazilian Equatorial Margin*, 8 September 2017, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/bra02\\_rev17/BR-EM-ExecutiveSummary.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/bra02_rev17/BR-EM-ExecutiveSummary.pdf); cf. (iii) Executive Summary, Continental Shelf and UNCLOS article 76, *Brazilian Partial Revised Submission to the Commission on the Limits of the the Continental Shelf, Brazilian Oriental and Meridional Margins*, 7 December 2018, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/bra02\\_rev18/BR-OMM-ExecutiveSummary.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/bra02_rev18/BR-OMM-ExecutiveSummary.pdf).

<sup>143</sup> Cf. Continental Shelf Submission of Australia, *Executive Summary*, Commonwealth of Australia 2004, disponível em:

marítimas por meio do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas à Comissão de Limites da Plataforma Continental, em conformidade com o art. 76º, nº 8, da Convenção de Montego Bay, e dentro do prazo de 10 (anos) previsto para apresentação da submissão.

Em sua submissão, a Austrália solicitou o reconhecimento da extensão de sua plataforma continental nas seguintes regiões: *Argo region* (area of 4,736km<sup>2</sup>), *Australian Antarctic Territory* (area of up to 686,821km<sup>2</sup>), *Great Australian Bight region* (area of 68,837km<sup>2</sup>), *Kerguelen Plateau region* (area of 1,185,038km<sup>2</sup>), *Lord Howe Rise region* (area of 265,717km<sup>2</sup>), *Macquarie Ridge region* (area of 81,719km<sup>2</sup>), *Naturaliste Plateau region* (area of 154,331km<sup>2</sup>), *South Tasman Rise region* (area of 311,640km<sup>2</sup>), *Three Kings Ridge region* (area of 48,420km<sup>2</sup>), e, *Wallaby and Exmouth Plateaus* (area of 564,731km<sup>2</sup>).

Em que pese ter incluído o *Australian Antarctic Territory* em sua submissão, a Austrália emitiu uma nota ao final de sua submissão informando que considera as circunstâncias da área ao sul de 60 graus de latitude sul e o status legal e político especial da Antártida sob as provisões do Tratado da Antártida, incluindo seu art. IV, e que nota que existem áreas da plataforma continental na Antártida cuja dimensão ainda não foi definida. A Austrália solicitou à Comissão que não tomasse qualquer medida por enquanto em relação às informações contidas em sua Submissão relacionadas à plataforma continental adjacente à Antártida.

Após a publicação feita pelo Secretário-Geral<sup>144</sup> para notificar os Estados Membros da Organização das Nações Unidas e Estados Partes da Convenção de Montego Bay da submissão da Austrália, nos termos previstos pela Regra 49 do *Rules of Procedure*, foram recebidas comunicações dos Estados Unidos<sup>145</sup>, da Federação Russa<sup>146</sup>, do Japão<sup>147</sup>, do Timor-Leste<sup>148</sup>, da França<sup>149</sup>, da Holanda<sup>150</sup>, da

---

[https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/Documents/aus\\_doc\\_es\\_web\\_delivery.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/Documents/aus_doc_es_web_delivery.pdf).

<sup>144</sup> Cf. UNITED NATIONS. *Receipt of the submission made by Australia to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 15 November 2004, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/clcs\\_03\\_2004\\_los.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/clcs_03_2004_los.pdf).

<sup>145</sup> Cf. United States mission to the United Nations, New York, 3 December 2004, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/clcs\\_03\\_2004\\_los\\_usatext.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/clcs_03_2004_los_usatext.pdf)

<sup>146</sup> Cf. Permanent mission of the Russian Federation to the United Nations, 9 December 2004, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/clcs\\_03\\_2004\\_los\\_russiantext.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/clcs_03_2004_los_russiantext.pdf)

<sup>147</sup> Cf. UNITED NATIONS. *Japan: Notification regarding the submission made by Australia to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 4 February 2005, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/clcs\\_03\\_2004\\_los\\_jap.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/clcs_03_2004_los_jap.pdf)

Alemanha<sup>151</sup> e Índia<sup>152</sup>. Os Estados Unidos, a Federação Russa, o Japão, a Holanda, a Alemanha e a Índia apoiaram a decisão da Austrália em relação à exclusão das considerações da Comissão em relação ao *Australian Antarctic Territory*. Já o Timor-Leste fez referências ao *Timor Sea* e a França teceu comentários sobre *Kerguelen Plateau region* e *Three Kings Ridge*.

A Comissão adotou, em 9 de abril de 2008, as *Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in regard to the submission made by Australia on 15 November 2004 on information on the proposed outer limits of its continental shelf beyond 200 nautical miles*<sup>153</sup> e, na sua 22ª sessão<sup>154</sup>, adotou o *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) in regard to the Submission made by Australia on 15 November 2004*<sup>155</sup>.

Após a publicação das *Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in regard to the submission made by Australia on 15 November 2004 on information on the proposed outer limits of its continental shelf beyond 200 nautical miles*, a Indonésia enviou, em 07 de Agosto de 2009, uma nota

---

<sup>148</sup> Cf. Permanent mission of the Democratic Republic of Timor-Leste to the United Nations, 11 February 2005, disponível em:

[https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/clcs\\_03\\_2004\\_los\\_tls.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/clcs_03_2004_los_tls.pdf)

<sup>149</sup> Cf. Permanent mission of France to the United Nations, 28 March 2005, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/clcs\\_03\\_2004\\_los\\_fra\\_en.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/clcs_03_2004_los_fra_en.pdf)

<sup>150</sup> Cf. Permanent mission of the Netherlands to the United Nations, 31 March 2005, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/clcs\\_03\\_2004\\_los\\_nl.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/clcs_03_2004_los_nl.pdf)

<sup>151</sup> Cf. Permanent mission of Germany to the United Nations, 05 April 2005, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/clcs\\_03\\_2004\\_los\\_deu.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/clcs_03_2004_los_deu.pdf)

<sup>152</sup> Cf. UNITED NATIONS. *Republic of India: Notification regarding the submission made by Australia to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 13 July 2005, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/clcs\\_03\\_2004\\_los\\_ind.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/clcs_03_2004_los_ind.pdf)

<sup>153</sup> Cf. UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in regard to the submission made by Australia on 15 November 2004 on information on the proposed outer limits of its continental shelf beyond 200 nautical miles, Recommendations prepared by the Subcommission established for the consideration of the Submission made by Australia Adopted by the Commission on 9 April 2008*, 9 April 2008, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/Aus\\_Recommendations\\_FINAL.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/Aus_Recommendations_FINAL.pdf)

<sup>154</sup> Cf. UNITED NATIONS. *Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission*, Twenty-second session, New York, 11 August-12 September 2008, CLCS/60, 26 September 2008, item 57, disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/523/33/PDF/N0852333.pdf?OpenElement>.

<sup>155</sup> Cf. UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) in regard to the Submission made by Australia on 15 November 2004, Recommendations adopted by CLCS on 9 April 2008*, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/aus\\_summary\\_of\\_recommendations.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/aus_summary_of_recommendations.pdf).

verbal<sup>156</sup> à Comissão no sentido de informar que o ponto “ARG-ECS-1” da *Argo region* coincide com o ponto “A82” do Tratado de 1997 firmado entre a Indonésia e a Austrália. Complementa dizendo que o referido Tratado ainda não está em vigor e que a determinação do ponto “ARG-ECS-1” não tem nenhum efeito legal, tendo em vista que está sujeito ao disposto no art. 76º, nº 10, da Convenção de Montego Bay. Ao final, a Indonésia solicitou que sua nota verbal fosse enviada a todos os membros da Comissão, bem como aos Estados Partes na Convenção de Montego Bay.

Em relação à *Argo region*, a Comissão concluiu que, com exceção do ponto “ARG-ECS-3”, a Comissão concorda com os princípios aplicados ao estabelecimento dos limites externos da plataforma continental na *Argo region*, incluindo a determinação das fórmulas fixas enumeradas na Tabela A.2, anexo III, e a construção das linhas retas conectando esses pontos. A Comissão recomendou que o ponto “ARG-ECS-3” e a respectiva linha de conexão fossem substituídos por um ponto e uma linha que correspondam ao limite exterior da margem continental. A Comissão recomendou, assim, ainda que a Austrália estabelecesse os limites externos da plataforma continental na *Argo region* em conformidade.

Em relação à *Great Australian Bight region*, a Comissão concluiu que, com exceção dos pontos “GAB-ECS-1” e “GAB-ECS-89”, a Comissão concorda com os princípios aplicados ao estabelecimento dos limites exteriores da plataforma continental na *Great Australian Bight region*, incluindo a determinação dos pontos fixos da fórmula enumerados no Tabela B.2, Anexo III, e a construção das linhas retas que ligam esses pontos. A Comissão recomendou, assim, que a Austrália estabelecesse os limites externos da plataforma continental na *Great Australian Bight region*.

Em relação ao *Kerguelen Plateau region*, a Comissão concluiu que, com exceção dos pontos fixos “KER-ECS-1” e “KER-ECS-1260” através do “KER-ECS-1430”, a Comissão concorda com os princípios e o procedimento aplicados no estabelecimento dos limites externos da plataforma continental na *Kerguelen Plateau region*, incluindo a determinação dos demais pontos fixos estabelecidos pelas fórmulas do art. 76º, nº 4, e os critérios de restrição do art. 76º, nº 5 e nº 6,

---

<sup>156</sup> Cf. Permanent mission of the Republic of Indonesia to the United Nations, 7 August 2009, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/clcs\\_03\\_2004\\_los\\_idn-recomm.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/clcs_03_2004_los_idn-recomm.pdf)

listados na Tabela C.2, Anexo III, a construção das linhas retas ligando esses pontos. A Comissão recomendou, assim, que a Austrália passasse a estabelecer os limites externos da plataforma continental na *Kerguelen Plateau region* em conformidade e tendo em consideração a possível sobreposição com a França.

Em relação a *Lord Howe Rise region*, a Comissão concluiu que os pontos “LHR-ECS-1” e “LHR-ECS-51” e as respectivas linhas de conexão sejam substituídos pelos pontos e linhas em conformidade com o limite exterior da margem continental. A Comissão recomendou, assim, que a Austrália estabelecesse os limites externos da plataforma continental na *Lord Howe Rise region* ao longo da Bacia da Tasmânia em conformidade. A Comissão reconheceu, ainda, que as margens continentais, tal como estabelecidas para os fins da Convenção, das massas de terra da Ilha Lord Howe e da Ilha Norfolk na Bacia da Nova Caledônia se sobrepõem completamente entre si e com as linhas de Tratado com a França no norte e Nova Zelândia, no sul, para que a plataforma continental cubra toda a área fora de 200 milhas marítimas no lado australiano das linhas de Tratado nesta área. Desta forma, a Comissão recomendou que a Austrália estabelecesse os limites da plataforma continental em torno da Bacia Caledoniana em conformidade.

Em relação à *Macquarie Ridge Region*, a Comissão concluiu que, com exceção dos pontos “MAC-ECS-31” e “MAC-ECS-431a”, a Comissão concorda com os princípios aplicados no estabelecimento da margem exterior da margem continental na *Macquarie Ridge Region*, incluindo a determinação dos pontos de fórmula fixados na Tabela E.2, Anexo III, e a construção das linhas retas que ligam esses pontos. A Comissão recomendou, assim, que a Austrália estabelecesse os limites externos da plataforma continental na *Macquarie Ridge Region*.

Em relação à *Naturaliste Plateau Region*, a Comissão concluiu que, com exceção dos pontos “NAT-ECS-1” e “NAT-ECS-R1-138”, a Comissão concorda com os princípios aplicados ao estabelecimento dos limites exteriores da plataforma continental na *Naturaliste Plateau Region*, incluindo a determinação dos pontos fixos da fórmula enumerados na Tabela F.2, Anexo III, e a construção das linhas retas conectando esses pontos. A Comissão recomendou que os pontos “NAT-ECS-1” e “NAT-ECS-R1-138” e as respectivas linhas de conexão fossem substituídos pelos pontos e linhas em conformidade com o limite exterior da margem continental.

A Comissão recomendou, por fim, que a Austrália estabelecesse os limites externos da plataforma continental na *Naturaliste Plateau Region* em conformidade.

Em relação à *South Tasman Rise Region*, a Comissão concluiu que, com exceção dos pontos “STR-ECS-1” e “STR-ECS-647”, a Comissão concorda com os princípios aplicados ao estabelecimento dos limites externos da plataforma continental na *South Tasman Rise Region*, incluindo a determinação dos pontos fixos da fórmula enumerados no Tabela G.2, Anexo III, e a construção das linhas retas que ligam esses pontos. A Comissão recomendou que os pontos “STR-ECS-1” e “STR-ECS-647”, bem como as respectivas linhas de conexão, fossem substituídos por pontos e linhas em conformidade com o limite exterior da margem continental. A Comissão recomendou, por fim, que a Austrália passasse a estabelecer os limites externos da plataforma continental na *South Tasman Rise Region*, em conformidade.

Em relação à *Three Kings Ridge Region*, a Comissão concluiu por concordar com os princípios aplicados ao estabelecimento da margem exterior da margem continental na região, incluindo a determinação dos pontos de fórmula fixos enumerados no quadro H.2, Anexo III, e a construção das linhas retas que ligam esses pontos. Contudo, o estabelecimento do limite externo final da plataforma continental da Austrália nesta Região pode depender da delimitação entre os Estados. A Comissão recomendou, assim, que, tendo em consideração o ponto 9 do Anexo II da Convenção, a Austrália estabelecesse os limites externos da plataforma continental na *Three Kings Ridge Region* com base no limite exterior da margem continental recomendado acima e os métodos aplicados no estabelecimento dos pontos fixos nesta linha de fórmula, e de acordo com o art. 76º, nº 8, 9 e 10.

Em relação à *Wallaby and Exmouth Plateaus Region*, a Comissão concluiu que, com exceção dos pontos fixos “WEP-ECS-1” e “WEP-ECS-966”, “WEP-ECS-151” a “WEP-ECS-413”, a Comissão concorda com os princípios aplicados no estabelecimento dos limites externos da plataforma continental nesta Região, incluindo a determinação dos pontos fixos restantes listados na Tabela I.2, Anexo III, e a construção das linhas retas que ligam esses pontos. A Comissão recomendou, assim, que a Austrália passasse a estabelecer os limites externos da plataforma continental na *Wallaby and Exmouth Plateaus Region*, em conformidade.

### 2.3.5 Noruega (em relação a *Bouvetøya and Dronning Maud Land*)

Em 4 de Maio de 2009<sup>157</sup>, a Noruega apresentou as informações sobre os limites exteriores de sua plataforma continental além das 200 milhas marítimas na região de *Bouvetøya and Dronning Maud Land* por meio do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas à Comissão de Limites da Plataforma Continental, em conformidade com o art. 76º, nº 8, da Convenção de Montego Bay. Importante considerar que a Convenção de Montego Bay entrou em vigor para a Noruega em 24 de julho de 1996. Contudo, tendo em vista o já exposto anteriormente, o prazo de 10 (dez) anos para apresentação da submissão pela Noruega à Comissão iniciou em 13 de maio de 1999, apresentando-se, portanto, dentro do prazo estabelecido.

Juntamente com sua submissão, a Noruega apresentou uma nota<sup>158</sup> ao Secretário-Geral para informar que considera os princípios e objetivos compartilhados pelo Tratado da Antártida e pela Convenção de Montego Bay, bem como compreende a importância da harmonia entre o sistema antártico e a Convenção de Montego Bay para garantir a cooperação pacífica e contínua, a segurança e estabilidade na área da Antártida. Assim como feito pela Austrália em nota conjunta à sua submissão, a Noruega também informou que considera as circunstâncias da área ao sul de 60 graus de Latitude Sul e o status legal e político especial da Antártida sob as disposições do Tratado da Antártida, incluindo seu art. IV, e observa que existem áreas de plataforma continental na Antártida cuja dimensão ainda não foi definida. A Noruega solicitou à Comissão que não tomasse qualquer atitude no que diz respeito à informação contida em sua comunicação relativa à plataforma continental adjacente à Antártida, incluindo a *Dronning Maud Land*.

Após a publicação feita pelo Secretário-Geral<sup>159</sup> para notificar os Estados Membros da Organização das Nações Unidas e Estados Partes da Convenção de

---

<sup>157</sup> Cf. Continental Shelf Submission of Norway in respect of Bouvetøya and Dronning Maud Land, *Executive Summary*, Oljedirektoratet 2009, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/nor30\\_09/nor2009\\_executivesummary.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/nor30_09/nor2009_executivesummary.pdf).

<sup>158</sup> Cf. *Note from the Permanent Mission of Norway addressed to the Secretary-General of the United Nations accompanying the lodgement of Norway's submission*, New York, 4 May 2009, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/nor30\\_09/nor2009\\_note.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/nor30_09/nor2009_note.pdf).

<sup>159</sup> Cf. UNITED NATIONS. *Receipt of the submission made by the Kingdom of Norway to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 5 May 2009, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/nor30\\_09/nor\\_clcs30\\_2009e.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/nor30_09/nor_clcs30_2009e.pdf).



Montego Bay da submissão da Noruega em relação a *Bouvetøya and Dronning Maud Land*, nos termos previstos pela Regra 49 do *Rules of Procedure*, foram recebidas comunicações dos Estados Unidos<sup>160</sup>, da Federação Russa<sup>161</sup>, da Índia<sup>162</sup>, da Holanda<sup>163</sup>, e, do Japão<sup>164</sup>, todas no sentido de apoiar a decisão da Noruega em solicitar à Comissão que não tomasse qualquer atitude no que diz respeito à informação contida em sua comunicação relativa à plataforma continental adjacente à Antártida, incluindo a *Dronning Maud Land*.

Em 19 de maio de 2015, a Noruega transmitiu à Comissão de Limites da Plataforma Continental, por meio do Secretário-Geral, o *Revised Executive Summary*<sup>165</sup> das observações apresentadas pela Noruega relativamente a *Bouvetøya and Dronning Maud Land*. Após a publicação feita pelo Secretário-Geral<sup>166</sup> para notificar os Estados Membros da Organização das Nações Unidas e Estados Partes da Convenção de Montego Bay em relação ao *Revised Executive Summary* da Noruega, nenhum Estado se manifestou.

Em 8 de Fevereiro de 2019, a Comissão aprovou, por 14 votos a favor, 3 contra e 2 abstenções, as recomendações<sup>167</sup> relativas à submissão feita pela Noruega em relação a *Bouvetøya and Dronning Maud Land*, sendo suas recomendações referentes apenas à *Bouvetøya*, tendo em vista a solicitação da Noruega para que a Comissão não tomar nenhuma medida em relação à plataforma continental adjacente à Antártida, incluindo a *Dronning Maud Land*.

---

<sup>160</sup> Cf. United States mission to the United Nations, New York, 4 June 2009, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/nor30\\_09/usa\\_re\\_nor\\_2009.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/nor30_09/usa_re_nor_2009.pdf)

<sup>161</sup> Cf. Permanent mission of the Russian Federation to the United Nations, 15 June 2009, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/nor30\\_09/rus\\_15jun09\\_e.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/nor30_09/rus_15jun09_e.pdf)

<sup>162</sup> Cf. Permanent mission of India to the United Nations, 31 August 2009, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/nor30\\_09/ind\\_re\\_nor\\_2009.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/nor30_09/ind_re_nor_2009.pdf)

<sup>163</sup> Cf. Permanent mission of the Kingdom of the Netherlands to the United Nations, 30 September 2009, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/nor30\\_09/nld\\_re\\_nor\\_2009.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/nor30_09/nld_re_nor_2009.pdf)

<sup>164</sup> Cf. Permanent mission of Japan to the United Nations, 19 November 2009, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/nor30\\_09/jpn\\_19nov2009.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/nor30_09/jpn_19nov2009.pdf)

<sup>165</sup> Cf. Continental Shelf Submission of Norway in respect of Bouvetøya and Dronning Maud Land, *Revised Executive Summary*, Oljedirektoratet 2015, disponível em:

[https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/nor30\\_09/es\\_bouvet\\_rev.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/nor30_09/es_bouvet_rev.pdf)

<sup>166</sup> Cf. UNITED NATIONS. *Receipt of a revised Executive Summary of the partial submission made by the Kingdom of Norway to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 28 May 2015, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/nor30\\_09/2015\\_05\\_28\\_UN\\_NV\\_AS\\_004.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/nor30_09/2015_05_28_UN_NV_AS_004.pdf).

<sup>167</sup> Cf. UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in regard to the Submission made By Norway in respect of Bouvetøya and Dronning Maud Land on 4 May 2009, Recommendations adopted by CLCS on 8 February 2019*, disponível em:

[https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/nor30\\_09/2019\\_02\\_08\\_com\\_sumrec\\_nor.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/nor30_09/2019_02_08_com_sumrec_nor.pdf)

Com efeito, a maioria dos membros da Comissão concordou com a determinação dos pontos fixos enumerados na Tabela 2, Anexo I, que estabelece o limite externo da margem continental da Noruega relativamente a *Bouvetøya*. A Comissão recomendou que a delimitação dos limites exteriores da plataforma continental da Noruega em relação a *Bouvetøya* fosse feita de acordo com o art. 76º, nº 7, da Convenção de Montego Bay, por linhas retas não excedendo 60 milhas marítimas de comprimento, conectando pontos fixos, definidos por coordenadas de latitude e longitude. Além disso, a Comissão concordou com a metodologia e a sua exatidão ao delimitar os limites externos da plataforma continental da Noruega relativamente a *Bouvetøya*. A Comissão recomendou, por fim, que a Noruega passasse a estabelecer os limites exteriores da plataforma continental relativamente a *Bouvetøya*, desde o ponto fixo “BO-1” até ao ponto fixo “BO-541”, em conformidade.

Destarte, tendo em vista que é crescente o número de Estados costeiros que tem a extensão de suas plataformas continentais além das 200 milhas marítimas reconhecidas pela Comissão de Limites da Plataforma Continental, e, considerando o interesse dos Estados costeiros em explorar os recursos marinhos presentes na plataforma continental além das 200 milhas marítimas, é imprescindível que haja um sistema que garanta o equilíbrio entre a exploração e a conservação desses recursos para então assegurar um desenvolvimento sustentável do ecossistema ali presente.

**PARTE III. SUSTENTABILIDADE NA EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS  
NATURAIS MARINHOS PRESENTES NA PLATAFORMA CONTINENTAL  
ALÉM DAS 200 MILHAS MARÍTIMAS**

## Capítulo III. O Direito Internacional do Mar e o Direito Internacional do Ambiente

### 3.1 A política de proteção e preservação do meio marinho no Direito Internacional do Ambiente e na Convenção de Montego Bay

Sucessivas Conferências sobre a proteção e preservação do meio ambiente no mundo tem destacado o importante papel do Direito internacional do ambiente na busca pelo desenvolvimento sustentável.

Apesar do Direito internacional do ambiente ter surgido no século XX, sobretudo a partir da década de 60<sup>168</sup>, em virtude de inúmeros atos internacionais multilaterais firmados entre os Estados<sup>169</sup>, o marco inicial do movimento para a cooperação internacional e estabelecimento de princípios comuns capazes de nortear a preservação e a melhoria do meio ambiente para as gerações futuras se deu com a Conferência de Estocolmo (*United Nations Conference on the Human Environment*)<sup>170</sup>, realizada entre 5 e 16 de junho de 1972, com a participação de 113 Estados.

Uma das questões tratadas na Conferência de Estocolmo diz respeito à poluição marítima, destacando-se as consequências da contaminação dos oceanos, os desastres naturais no mar, descargas de petróleo, uso excessivo de pesticidas e poluição atmosférica que contamina o mar. Cumpre ressaltar as recomendações 86<sup>171</sup> e 92<sup>172</sup>

---

<sup>168</sup> Neste sentido, cf. BIRNIE, Patricia / BOYLE, Alan / REDGWELL, Catherine. *International Law and the environment*, 3rd. edition. Oxford University Press, Oxford, 2009, p. 1.; cf. KISS, Alexandre. “Direito Internacional do Ambiente”, in AMARAL, Diogo Freitas do. / ALMEIDA, Marta Tavares de. (coords.). *Direito do ambiente: comunicações apresentadas no curso realizado no Instituto Nacional de Administração de 17 a 18 de Maio de 1993*, INA, 1994, p. 147.

<sup>169</sup> Podem-se citar os seguintes atos internacionais como exemplo: Tratado de Moscou (1963), Convenção do espaço cósmico (1967), Tratado sobre a não-proliferação de armas nucleares (1968), Tratado de proibição de colocação de armas nucleares e outras armas de destruição maciça no leito do Mar e do Oceano e nos respectivos Subsolos (1971), Convenção internacional para a proteção de novas variedades de vegetais (1961), Convenção Africana para a conservação da natureza e recursos naturais (1968), Convenção Europeia para a proteção de animais durante transporte internacional (1968).

<sup>170</sup> Cf. UNITED NATIONS, *Report of the United Nations Conference on the Human environment, Stockholm, 5-16 June 1972*, New York, 1973, disponível em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/CONF.48/14/REV.1](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.48/14/REV.1).

<sup>171</sup> Cf. UNITED NATIONS, *Report of the United Nations Conference on the Human environment, Stockholm, 5-16 June 1972*, New York, 1973, disponível em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/CONF.48/14/REV.1](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.48/14/REV.1), p. 22: “Recommendation 86

It is recommended that Governments, with the assistance and guidance of appropriate United Nations bodies, in particular the Joint Group of Experts on the Scientific Aspects of Marine Pollution (GESAMP):

- 
- (a) Accept and implement available instruments on the control of the maritime sources of marine pollution;
  - (b) Ensure that the provisions of such instruments are complied with by ships flying their flags and by ships operating in areas under their jurisdiction and that adequate provisions are made for reviewing the effectiveness of, and revising, existing and proposed international measures for control of marine pollution;
  - (c) Ensure that ocean dumping by their nationals anywhere, or by any person in areas under their jurisdiction, is controlled and that Governments shall continue to work towards the completion of, and bringing into force as soon as possible of, an over-all instrument for the control of ocean dumping as well as needed regional agreements within the framework of this instrument, in particular for enclosed and semi-enclosed seas, which are more at risk from pollution;
  - (d) Refer the draft articles and annexes contained in the report of the intergovernmental meetings at Reykjavik, Iceland, in April 1972 and in London in May 1972 to the United Nations Committee on the Peaceful Uses of the Seabed and the Ocean Floor beyond the Limits of National Jurisdiction at its session in July/August 1972 for information and comments and to a conference of Governments to be convened by the Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland in consultation with the Secretary-General of the United Nations before November 1972 for further consideration, with a view to opening the proposed convention for signature at a place to be decided by that Conference, preferably before the end of 1972;
  - (e) Participate fully in the 1973 Intergovernmental Maritime Consultative Organization (IMCO) Conference on Maritime Pollution and the Conference on the Law of the Sea scheduled to begin in 1973, as well as in regional efforts, with a view to bringing all significant sources of pollution within the marine environment, including radioactive pollution from nuclear surface ships and submarines, and in particular in enclosed and semi-enclosed seas, under appropriate controls and particularly to complete elimination of deliberate pollution by oil from ships, with the goal of achieving this by the middle of the present decade;
  - (f) Strengthen national controls over land-based sources of marine pollution, in particular in enclosed and semi-enclosed seas, and recognize that, in some circumstances, the discharge of residual heat from nuclear and other power-stations may constitute a potential hazard to marine ecosystems.”

<sup>172</sup> Cf. UNITED NATIONS, *Report of the United Nations Conference on the Human Environment, Stockholm, 5-16 June 1972*, New York, 1973, disponible en: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/CONF.48/14/REV.1](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.48/14/REV.1), p. 23: “Recommendation 92

It is recommended:

- (a) That Governments collectively endorse the principles set forth in paragraph 197 of Conference document A/CONF.48/8 4 as guiding concepts for the Conference on the Law of the Sea and the Intergovernmental Maritime Consultative Organization (IMCO) Marine Pollution Conference scheduled to be held in 1973 and also the statement of objectives agreed on at the second session of the Intergovernmental Working Group on Marine Pollution, which reads as follows:  
“The marine environment and all the living organisms which it supports are of vital importance to humanity, and all people have an interest in assuring that this environment is so managed that its quality and resources are not impaired. This applies especially to coastal nations, which have a particular interest in the management of coastal area resources. The capacity of the sea to assimilate wastes and render them harmless and its ability to regenerate natural resources are not unlimited. Proper management is required and measures to prevent and control marine pollution must be regarded as an essential element in this management of the oceans and seas and their natural resources”;
- and that, in respect of the particular interest of coastal States in the marine environment and recognizing that the resolution of this question is a matter for consideration at the Conference on the Law of the Sea, they take note of the principles on the rights of coastal States discussed but neither endorsed nor rejected at the second session of the Intergovernmental Working Group on Marine Pollution and refer those principles to the 1973 Intergovernmental Maritime Consultative Organization Conference for information and to the 1973 Conference on the Law of the Sea for such action as may be appropriate;
- (b) That Governments take early action to adopt effective national measures for the control of all significant sources of marine pollution, including land-based sources, and concert and co-ordinate their actions regionally and where appropriate on a wider international basis;
- (c) That the Secretary-General, in co-operation with appropriate international organizations, endeavour to provide guidelines which Governments might wish to take into account when developing such measures.

feitas ao final da Conferência em relação à proteção e preservação do meio ambiente marinho, tendo os Estados acordado que:

*“The marine environment and all the living organisms which it supports are of vital importance to humanity, and all people have an interest in assuring that this environment is so managed that its quality and resources are not impaired. This applies especially to coastal nations, which have a particular interest in the management of coastal area resources. The capacity of the sea to assimilate wastes and render them harmless and its ability to regenerate natural resources are not unlimited. Proper management is required and measures to prevent and control marine pollution must be regarded as an essential element in this management of the oceans and seas and their natural resources”.*

Assim, tendo em vista a preocupação mundial em relação à crescente utilização dos recursos naturais e à necessidade de uma utilização sustentável dos recursos existentes, a Conferência de Estocolmo tratou de iniciar as discussões, com recomendações e planos de ação, sobre a preservação do meio ambiente e a melhoria do mesmo para as gerações da época e para as futuras gerações.

Os resultados alcançados pela Conferência de Estocolmo foram devidamente apresentados por Birnie, Boyle e Redgwell<sup>173</sup> ao expor que: “[t]he Conference resulted in four major initiatives at the normative, institutional, programmatic, and financial levels, which together provided the driving force for developments in the UN during the next decade and beyond. The first was the adoption of the Stockholm Declaration on the Human Environment, intended to ‘inspire and guide the peoples of the world in the preservation and enhancement of the human environment. The second was the establishment of a new institution within the UN, the UN Environment Programme (UNEP). The third was the adoption of an Action Plan for the development of

---

Chegamos a um momento da história em que devemos orientar nossos atos em todo o mundo com particular atenção às consequências que podem ter para o meio ambiente. Por ignorância ou indiferença, podemos causar danos imensos e irreparáveis ao meio ambiente da terra do qual dependem nossa vida e nosso bem-estar. A defesa e o melhoramento do meio ambiente humano para as gerações presentes e futuras se converteu na meta imperiosa da humanidade, que se deve perseguir, ao mesmo tempo em que se mantém as metas fundamentais já estabelecidas, da paz e do desenvolvimento econômico e social em todo o mundo, e em conformidade com elas.”.

<sup>173</sup> cf. BIRNIE, Patricia / BOYLE, Alan / REDGWELL, Catherine. *International Law and the environment*, 3rd. edition. Oxford University Press, Oxford, 2009, p. 48-49.

*environmental policy, to be administered by UNEP, and the fourth was the institution, by voluntary contributions, of an Environment Fund.”.*

Posteriormente, em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas apresentou o Relatório Brundtland<sup>174</sup>, intitulado “*Our Common Future*”, no qual foram apresentadas orientações para as políticas nacionais e internacionais no que diz respeito aos padrões de um desenvolvimento sustentável. Cumpre destacar o conceito<sup>175</sup> de desenvolvimento sustentável apresentado no Relatório:

*“Believing that sustainable development, which implies meeting the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs, should become a central guiding principle of the United Nations, Governments and private institutions, organizations and enterprises.”*

O Relatório Brundtland recomendou à Organização das Nações Unidas que transformasse suas conclusões num Programa de ação sobre o desenvolvimento sustentável<sup>176</sup>.

Em 1992, seguindo as diretrizes já apresentadas pela Conferência de Estocolmo e pelo Relatório Brundtland, 178 (cento e setenta e oito) Estados se reuniram na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (*Conference on Environment and Development*)<sup>177</sup>, também denominada “Cúpula da Terra”, para repensar o desenvolvimento econômico e encontrar maneiras de atenuar a degradação dos recursos naturais insubstituíveis e a poluição do planeta.

---

<sup>174</sup> Cf. UNITED NATIONS, *Report of the World Commission on Environment and Development*, General Assembly, A/RES/42/187, 96<sup>th</sup> Plenary Meeting, 11 December 1987, disponível em: <https://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>.

<sup>175</sup> Sobre a dificuldade de identificar um conceito unificado de ‘desenvolvimento sustentável’, cf. BIRNIE, Patricia / BOYLE, Alan / REDGWELL, Catherine. *International Law and the environment*, 3rd. edition. Oxford University Press, Oxford, 2009, p. 53-58, destaca-se que: “[w]hile it is one of the roles of international environmental law to give the concept of sustainable development more concrete content, chiefly through multilateral environmental treaties, this process is still very far from complete.”.

<sup>176</sup> O Relatório Brundtland também conferiu outras recomendações à Organização das Nações Unidas, como se pode verificar em cf. BIRNIE, Patricia / BOYLE, Alan / REDGWELL, Catherine. *International Law and the environment*, 3rd. edition. Oxford University Press, Oxford, 2009, p. 50.

<sup>177</sup> Cf. UNITED NATIONS, *Report of the United Nations Conference on Environment and Development*, Rio de Janeiro, 3-14 June 1992, Vol. I, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I), New York, 1993, disponível em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/CONF.151/26/Rev.1%20\(Vol.%20I\)&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.151/26/Rev.1%20(Vol.%20I)&Lang=E); cf. UNITED NATIONS, *Report of the United Nations Conference on Environment and Development*, General Assembly, A/RES/47/190, Forty-seventh session, Agenda item 79, 16 March 1993, disponível em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/47/190&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/47/190&Lang=E).

Nesta Conferência, foi adotada a Declaração do Rio<sup>178</sup>, composta por 27 (vinte e sete) princípios, destacando-se o Princípio 3 que dispõe sobre a definição de desenvolvimento sustentável:

*Principle 3*

*The right to development must be fulfilled so as to equitably meet developmental and environmental needs of present and future generations.*

Como resultado desta Conferência, também foram adotadas as seguintes resoluções: a Convenção sobre Mudanças Climáticas<sup>179</sup>, a Convenção sobre a Diversidade Biológica<sup>180</sup>, a Declaração sobre Florestas<sup>181</sup> e a “Agenda 21”<sup>182</sup>, que tratou, dentre outros temas, das dimensões sociais e econômicas para o desenvolvimento sustentável, bem como da conservação e administração dos recursos ambientais para o desenvolvimento. Cabe destacar o disposto no Capítulo 17<sup>183</sup> da “Agenda 21” que estabeleceu diretrizes para a proteção dos oceanos, de todos os tipos de mares, áreas costeiras, e também para a proteção, o uso consciente e desenvolvimento dos recursos vivos.

---

<sup>178</sup> Cf. UNITED NATIONS, *Report of the United Nations Conference on Environment and Development (Rio de Janeiro, 3-14 June 1992)*, Annex I - Rio Declaration on environment and development, General Assembly, A/CONF.151/26 (Vol. I), 12 August 1992, disponível em: <https://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm>.

<sup>179</sup> Cf. UNITED NATIONS, *United Nations framework Convention on Climate Change*, FCCC/INFORMAL/84United Nations, 1992, disponível em: <https://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf>.

<sup>180</sup> Cf. UNITED NATIONS, *Convention on biological diversity*, United Nation, 1992, disponível em: <https://www.cbd.int/doc/legal/cbd-en.pdf>.

<sup>181</sup> Cf. UNITED NATIONS, *Report of the United Nations Conference on Environment and Development (Rio de Janeiro, 3-14 June 1992)*, Annex III - Non-legally binding authoritative statement of principles for a global consensus on the management, conservation and sustainable development of all types of forests, General Assembly, A/CONF.151/26 (Vol. III), 14 August 1992, disponível em: <https://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-3annex3.htm>.

<sup>182</sup> Cf. UNITED NATIONS, *Report of the United Nations Conference on Environment and Development*, Rio de Janeiro, 3-14 June 1992, Vol. I, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I), New York, 1993, Chapter 17, paragraphs 17.1-17.137, p. 238-275, disponível em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/CONF.151/26/Rev.1%20\(Vol.%20I\)&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.151/26/Rev.1%20(Vol.%20I)&Lang=E); também disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>.

<sup>183</sup> Cf. UNITED NATIONS, *Report of the United Nations Conference on Environment and Development*, Rio de Janeiro, 3-14 June 1992, Vol. I, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I), New York, 1993, disponível em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/CONF.151/26/Rev.1%20\(Vol.%20I\)&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.151/26/Rev.1%20(Vol.%20I)&Lang=E), Chapter 17, paragraphs 17.1-17.137, p. 238-275.



Em 1997, foi realizada a denominada “Cúpula da Terra +5”<sup>184</sup> para acompanhar a implementação da “Agenda 21” e, por sua vez, adotar novas recomendações no sentido de erradicar a pobreza no mundo, reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa que geram as mudanças climáticas, bem como obter padrões adequados e sustentáveis na produção, distribuição e uso de energia.

Em 2002, foi realizada em Joanesburgo a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável<sup>185</sup>, também denominada “Rio+10”, que buscou verificar se as diretrizes da Conferência de 1992 estavam sendo implementadas pelos Estados e traçar uma estratégia para obter um desenvolvimento sustentável. Cumpre destacar a declaração<sup>186</sup> feita pelos Estados nesta Conferência:

*5. Accordingly, we assume a collective responsibility to advance and strengthen the interdependent and mutually reinforcing pillars of sustainable development - economic development, social development and environmental protection - at the local, national, regional and global levels.*

Verifica-se que, embora as metas da Conferência de 1992 não tenham sido alcançadas, os Estados se comprometeram a agir no âmbito local, regional e global para assegurar o desenvolvimento sustentável.

Dez anos mais tarde, em 2012, foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável<sup>187</sup>, também chamada de “Rio+20”. Como resultado desta Conferência, foi adotado o documento denominado “*The future we want*”<sup>188</sup>, que apresenta diretrizes para a implementação das políticas de desenvolvimento sustentável.

---

<sup>184</sup> Cf. UNITED NATIONS, *Resolution adopted by the General Assembly – Programme for the further implementation of Agenda 21*, General Assembly, A/RES/S-19/2, Nineteenth special session, Agenda item 8, 19 September 1997, disponível em: <https://undocs.org/A/RES/S-19/2>.

<sup>185</sup> Cf. UNITED NATIONS, *Report of the World Summit on Sustainable Development, Johannesburg, South Africa, 26 August-4 September 2002* (A/CONF.199/20), New York, 2002, disponível em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/CONF.199/20&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.199/20&Lang=E).

<sup>186</sup> Cf. UNITED NATIONS, *Report of the World Summit on Sustainable Development, Johannesburg, South Africa, 26 August-4 September 2002* (A/CONF.199/20), New York, 2002, Chapter 1, Annex, p. 1, disponível em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/CONF.199/20&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.199/20&Lang=E).

<sup>187</sup> Cf. UNITED NATIONS, *Report of the United Nations Conference on Sustainable Development, Rio de Janeiro, Brazil, 20-22 June 2012*, A/CONF.216/16, New York, 2012, disponível em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/CONF.216/16&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.216/16&Lang=E).

<sup>188</sup> Cf. UNITED NATIONS, *Resolution adopted by the General Assembly on 27 July 2012, The future we want*, A/RES/66/288, Sixty-sixth session, Agenda item 19, General Assembly, 11 September 2012, New York, disponível em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/66/288&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/66/288&Lang=E).

Importante destacar o disposto nos parágrafos 158 a 177 da resolução “*The future we want*”, que tratam dos oceanos e dos mares, tendo sido enfatizada a importância da Convenção de Montego Bay para o alcance do desenvolvimento sustentável, *in verbis*:

*159. We recognize the importance of the Convention on the Law of the Sea to advancing sustainable development and its near universal adoption by States, and in this regard we urge all its parties to fully implement their obligations under the Convention.*

Também foi enfatizada a necessidade de cooperação entre os Estados no que diz respeito à pesquisa científica marinha para implementar as disposições da Convenção de Montego Bay e das conferências sobre desenvolvimento sustentável anteriores. Além disso, foi estabelecido o prazo de até 2025 para que os Estados tomassem medidas, com base nos dados científicos recolhidos, para reduzir significativamente os resíduos marinhos e evitar danos ao meio ambiente marinho.

Na Conferência de 2012, os Estados-Membros também iniciaram o processo de desenvolvimento dos chamados “*Sustainable Development Goals (SDGs)*”, baseados nos “*Millennium Development Goals (MDGs)*”.

Destarte, em setembro de 2015, a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (*2030 Agenda for Sustainable Development*)<sup>189</sup>, com 17 (dezessete)

---

<sup>189</sup> Cf. UNITED NATIONS, *Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015, Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*, A/RES/70/1, Seventieth session, Agenda items 15 and 116, General Assembly, 21 October 2015, New York, disponível em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E). Importante referir que foram invocados no parágrafo 18 deste documento os princípios da cooperação e da soberania permanente:

“18. We are announcing today 17 Sustainable Development Goals with 169 associated targets which are integrated and indivisible. Never before have world leaders pledged common action and endeavour across such a broad and universal policy agenda. We are setting out together on the path towards sustainable development, devoting ourselves collectively to the pursuit of global development and of “win-win” cooperation which can bring huge gains to all countries and all parts of the world. We reaffirm that every State has, and shall freely exercise, full permanent sovereignty over all its wealth, natural resources and economic activity. We will implement the Agenda for the full benefit of all, for today’s generation and for future generations. In doing so, we reaffirm our commitment to international law and emphasize that the Agenda is to be implemented in a manner that is consistent with the rights and obligations of States under international law.”. Em relação à persistência do princípio da soberania permanente sobre os recursos naturais, mesmo que os Estados adotem uma perspectiva ambiental que englobe uma abordagem ambiental integrada, BASTOS, Fernando Loureiro. *A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, Lisboa: AAFDL, 2005, p. 64, apresenta seu posicionamento: “O problema é que não existe uma coincidência entre o discurso dos Estados em relação ao ambiente e a prática dos

objetivos de desenvolvimento sustentável (SDGs), destacando-se o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 14, que tem como foco a conservação e utilização de forma sustentável dos oceanos, mares e dos recursos marinhos para um desenvolvimento sustentável.

Com efeito, as Conferências sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável tem destacado a relevância da Convenção de Montego Bay, especificamente em relação ao desenvolvimento sustentável dos oceanos e mares.

Tendo surgido entre a Conferência de Estocolmo e o Relatório Brundtland, a Convenção de Montego Bay apresenta ao longo de seu texto diversos artigos voltados à proteção do meio marinho e, na Parte XII, trata especificamente da proteção e preservação do meio marinho.

Importante destacar o disposto no art. 208º da Convenção, que cuida da poluição proveniente de atividades relativas aos fundos marinhos sob jurisdição nacional, como seria no caso de uma potencial poluição na plataforma continental além das 200 milhas marítimas, *in verbis*:

*Artigo 208º Poluição proveniente de actividades relativas aos fundos marinhos sob jurisdição nacional*

- 1. Os Estados costeiros devem adoptar leis e regulamentos para prevenir, reduzir e controlar a poluição do meio marinho, proveniente directa ou indirectamente de actividades relativas aos fundos marinhos sob sua jurisdição e proveniente de ilhas artificiais, instalações e estruturas sob sua jurisdição, nos termos dos artigos 60º e 80º*
- 2. Os Estados devem tomar outras medidas que possam ser necessárias para prevenir, reduzir e controlar tal poluição.*
- 3. Tais leis, regulamentos e medidas não devem ser menos eficazes que as regras e normas, bem como práticas e procedimentos recomendados, de carácter internacional.*
- 4. Os Estados devem procurar harmonizar as suas políticas a esse respeito no plano regional apropriado.*
- 5. Os Estados, actuando em especial por intermédio das organizações internacionais competentes ou de uma conferência*

---

Estados no que respeita aos recursos naturais, com destaque para os recursos naturais marinhos. Só assim é possível entender que sejam produzidas camadas sucessivas de documentos no âmbito do Direito Internacional do Ambiente, independentemente dos efeitos concretos que estes venham efetivamente a produzir, como se o mais importante fosse a comunicação da sua formulação.

Isso não significa, como é evidente, que não seja absolutamente fundamental a existência de uma regulamentação jurídica-internacional sobre as questões do ambiente global. Pelo contrário, dado que esta é decisiva para a sobrevivência do género humano, em termos semelhantes aos que presidiram, na primeira metade do século XX, à formulação de uma regulamentação internacional destinada a irradiar a utilização da força nas relações entre os Estados.”.

*diplomática, devem estabelecer regras e normas, bem como práticas e procedimentos recomendados, de carácter mundial e regional para prevenir, reduzir e controlar a poluição do meio marinho a que se faz referência no nº 1. Tais regras e normas, bem como práticas e procedimentos recomendados, devem ser reexaminados com a periodicidade necessária.*

Além disto, o art. 237<sup>190</sup> da Convenção cuida de assegurar que as obrigações que os Estados Partes tenham contraído em virtude da ratificação de outras Convenções e Acordos sobre proteção e preservação do meio marinho não sejam afetadas, sejam esses Acordos e Convenções anteriores à Convenção de Montego Bay ou posteriores.

Com efeito, verifica-se que a Convenção de Montego Bay oferece à comunidade global uma série de direitos e obrigações nas diversas zonas marítimas ali tratadas, cuidando também de garantir que os Estados Partes cumpram seus compromissos firmados em outros Acordos ou Convenções que tratem da proteção e preservação do meio marinho, como as Conferências no âmbito do Direito internacional do ambiente descritas alhures.

Analisaremos a seguir os direitos e as obrigações dos Estados costeiros especificamente em relação à exploração dos recursos naturais existentes na plataforma continental além das 200 milhas marítimas.

### **3.2 Direitos e obrigações dos Estados costeiros em relação à exploração dos recursos naturais existentes na plataforma continental além das 200 milhas marítimas**

Inicialmente, cumpre dizer que a Convenção de Montego Bay apresenta um pacote de direitos e concomitantes obrigações para que os Estados costeiros possam

---

<sup>190</sup> É como dispõe o art. 237º da Convenção de Montego Bay:

“Artigo 237º

Obrigações contraídas em virtude de outras convenções sobre protecção e preservação do meio marinho

1. As disposições da presente parte não afectam as obrigações específicas contraídas pelos Estados em virtude de convenções e acordos especiais concluídos anteriormente sobre a protecção e preservação do meio marinho, nem os acordos que possam ser concluídos em aplicação dos princípios gerais enunciados na presente convenção.

2. As obrigações específicas contraídas pelos Estados em virtude de convenções especiais, relativas à protecção e preservação do meio marinho, devem ser cumpridas de modo compatível com os princípios e objectivos gerais da presente convenção.”.

usufruir dos recursos naturais marinhos presentes em suas plataformas continentais além das 200 milhas marítimas.

Insta lembrar que, nos termos do disposto no art. 77º, nº 4, da Convenção de Montego Bay, recursos naturais nesta área devem ser entendidos como “os recursos minerais e outros recursos não vivos do leito do mar e subsolo bem como os organismos vivos pertencentes a espécies sedentárias, isto é, aquelas que no período de captura estão imóveis no leito do mar ou no seu subsolo ou só podem mover-se em constante contacto físico com esse leito ou subsolo.”.

Em relação à exploração e aproveitamento dos recursos minerais, ou seja, dos recursos não vivos da plataforma continental além de 200 milhas marítimas, reza a Convenção de Montego Bay em seu art. 77º<sup>191</sup>, que os Estados costeiros tem soberania absoluta sobre estas atividades nesta área, mesmo quando não estejam a ocupá-la ou a aproveitar os recursos ali existentes. Assim, os Estados podem colocar cabos e ductos submarinos em suas plataformas continentais, bem como tem o direito de estabelecer condições para os casos em que outros Estados desejem passar cabos ou ductos por sua plataforma continental<sup>192</sup>. Além disso, os Estados costeiros tem o direito exclusivo de autorizar e regulamentar as perfurações em suas plataformas continentais<sup>193</sup>.

---

<sup>191</sup> É como dispõe o art. 77º da Convenção de Montego Bay:

“Artigo 77º Direitos do Estado costeiro sobre a plataforma continental

1. O Estado costeiro exerce direitos de soberania sobre a plataforma continental para efeitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais.
2. Os direitos a que se refere o nº 1 são exclusivos no sentido de que, se o Estado costeiro não explora a plataforma continental ou não aproveita os recursos naturais da mesma, ninguém pode empreender estas actividades sem o expresse consentimento desse Estado.
3. Os direitos do Estado costeiro sobre a plataforma continental são independentes da sua ocupação, real ou fictícia, ou de qualquer declaração expressa.
4. Os recursos naturais a que se referem as disposições da presente parte, são os recursos minerais e outros recursos não vivos do leito do mar e subsolo bem como os organismos vivos pertencentes a espécies sedentárias, isto é, aquelas que no período de captura estão imóveis no leito do mar ou no seu subsolo ou só podem mover-se em constante contacto físico com esse leito ou subsolo.”.

<sup>192</sup> É como estabelece o art. 79º da Convenção de Montego Bay:

“Artigo 79º Cabos e ductos submarinos na plataforma continental

1. Todos os Estados têm o direito de colocar cabos e ductos submarinos na plataforma continental em conformidade com as disposições do presente artigo.
2. Sob reserva do direito de tomar medidas razoáveis para a exploração da plataforma continental, o aproveitamento dos seus recursos naturais e a prevenção, redução e controlo da poluição causada por ductos, o Estado costeiro não pode impedir a colocação ou a manutenção dos referidos cabos ou ductos.
3. O traçado da linha para a colocação de tais ductos na plataforma continental fica sujeito ao consentimento do Estado costeiro.
4. Nenhuma das disposições da presente parte afecta o direito do Estado costeiro de estabelecer condições para os cabos e ductos que penetrem no seu território ou no seu mar territorial, nem a sua jurisdição sobre os cabos e ductos construídos ou utilizados em relação com a exploração da sua plataforma continental ou com o aproveitamento dos seus recursos, ou com o funcionamento de ilhas artificiais, instalações e estruturas sob sua jurisdição.

Importante ressaltar que os direitos do Estado costeiro nesta área não devem afetar o regime jurídico das águas sobrejacentes ou do espaço aéreo existente sobre essas águas, nem deve afetar a navegação ou demais direitos e liberdades dos demais Estados<sup>194</sup>.

Conforme já exposto no item 2.2 do presente trabalho, o Estado costeiro que venha a explorar e aproveitar os recursos minerais<sup>195</sup> existentes em suas plataformas continentais além das 200 milhas marítimas tem como obrigação cumprir o disposto no art. 82<sup>o196</sup> da Convenção de Montego Bay. Assim, devem efetuar o pagamento ou a contribuição à Autoridade considerando o estabelecido no art. 82º, nº 2:

“2. Os pagamentos e contribuições devem ser efectuados anualmente em relação a toda a produção de um sítio após os primeiros cinco anos de produção nesse sítio. No sexto ano, a taxa de pagamento ou contribuição será de 1 % do valor ou volume da produção no sítio. A taxa deve aumentar 1 % em cada ano seguinte até ao décimo segundo ano, e daí por diante deve ser mantida em 7 %. A produção não deve incluir os recursos utilizados em relação com o aproveitamento.”.

Neste sentido, Mossop<sup>197</sup> dispôs que “[a]rticle 82 requires coastal States to make payments or contributions in kind to the International Seabed Authority (ISA) representing a percentage of the production of non-living resources on the continental

---

5. Quando colocarem cabos ou ductos submarinos, os Estados devem ter em devida conta os cabos ou ductos já instalados. Em particular, não devem dificultar a possibilidade de reparar os cabos ou ductos existentes.”.

<sup>193</sup> Estabelece o art. 81º da Convenção de Montego Bay que:

“Artigo 81º Perfurações na plataforma continental

O Estado costeiro terá o direito exclusivo de autorizar e regulamentar as perfurações na plataforma continental, quaisquer que sejam os fins.”.

<sup>194</sup> Neste sentido, é como dispõe o art. 78º da Convenção de Montego Bay:

“Artigo 78º Regime jurídico das águas e do espaço aéreo sobrejacentes e direitos e liberdades de outros Estados

1. Os direitos do Estado costeiro sobre a plataforma continental não afectam o regime jurídico das águas sobrejacentes ou do espaço aéreo acima dessas águas.

2. O exercício dos direitos do Estado costeiro sobre a plataforma continental não deve afectar a navegação ou outros direitos e liberdades dos demais Estados, previstos na presente convenção, nem ter como resultado uma ingerência injustificada neles.”.

<sup>195</sup> A respeito da exploração dos recursos não-vivos na plataforma continental, cf. MOSSOP, Joanna. *The Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles – rights and responsibilities*. Oxford, Oxford University Press, 2016, p. 36-45.

<sup>196</sup> Em relação à aplicação do direito costumeiro à regra estabelecida no art. 82º da Convenção de Montego Bay em relação a Estados costeiros que não ratificaram a Convenção de Montego Bay, cf. MOSSOP, Joanna. *The Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles – rights and responsibilities*. Oxford, Oxford University Press, 2016, p. 86-91.

<sup>197</sup> Cf. MOSSOP, Joanna. *The Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles – rights and responsibilities*. Oxford, Oxford University Press, 2016, p. 2-3.

*shelf beyond 200 nm*” e que “[t]he ISA is obliged to distribute the payments to State parties to the LOSC. At the time of writing, no State has undertaken exploitation on the continental shelf beyond 200nm and so no payments or contributions have been made under article 82”.

Corroborando com o disposto por Mossop acima, a Autoridade informou que, até junho de 2016, “*there are no mineral resource operations taking place beyond 200 nautical miles on the continental shelf or in the Area*”<sup>198</sup>.

Tendo em vista que a exploração ou o aproveitamento dos recursos naturais existentes na extensão da plataforma continental terá influência direta nas águas sobrejacentes, isto é, no Alto Mar, é necessário ponderar as diferenças entre os direitos e as obrigações existentes entre estes dois regimes. Como bem alertado por Mossop<sup>199</sup>, “[o]utside the 200nm limit, although coastal States have the same substantive rights in relation to the continental shelf and its resources, activities in the water column above are governed by high seas freedoms.”. Com efeito, além do já exposto no item 2.2 do presente estudo, a soberania do Estado costeiro sobre sua plataforma continental alargada deverá respeitar a liberdade dos Estados no Alto Mar e vice-versa<sup>200</sup>.

Em relação à exploração e aproveitamento dos recursos vivos existentes na plataforma continental além de 200 milhas marítimas, ou seja, dos “organismos vivos pertencentes a espécies sedentárias, isto é, aquelas que no período de captura estão imóveis no leito do mar ou no seu subsolo ou só podem mover-se em constante contacto físico com esse leito ou subsolo”, a Convenção estabelece, ao longo de seu texto e em sua Parte XII, que os Estados costeiros tem a obrigação de: proteger e preservar o meio marinho (art. 192º), estabelecer medidas para prevenir, reduzir e controlar a poluição do meio marinho (art. 194º)<sup>201</sup>, não transferir danos ou riscos ou de não transformar um

---

<sup>198</sup> Cf. INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY. *ISA Technical Study no. 15: A study of key terms in Article 82 of the United Nations Convention on the Law of the Sea*, Kingston, Jamaica, International Seabed Authority Technical Study Series, 2016, p. 6.

<sup>199</sup> Cf. MOSSOP, Joanna. *The Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles – rights and responsibilities*. Oxford, Oxford University Press, 2016, p. 3.

<sup>200</sup> Alguns exemplos sobre essa relação entre os direitos de soberania do Estados costeiros e a liberdade do Alto Mar podem ser encontrados em MOSSOP, Joanna. *The Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles – rights and responsibilities*. Oxford, Oxford University Press, 2016, p. 173-202.

<sup>201</sup> Cumpre destacar o disposto no art. 194º, nº 3 e nº 5, da Convenção de Montego Bay:

“3. As medidas tomadas de acordo com a presente parte devem referir-se a todas as fontes de poluição do meio marinho. Estas medidas devem incluir, inter alia, as destinadas a reduzir tanto quanto possível:

a) A emissão de substâncias tóxicas, prejudiciais ou nocivas, especialmente as não degradáveis, provenientes de fontes terrestres, provenientes da atmosfera ou através dela, ou por alijamento;

tipo de poluição em outro (art. 195º), devem tomar todas as medidas necessárias para prevenir, reduzir e controlar a poluição do meio marinho resultante da utilização de tecnologias sob sua jurisdição ou controle, ou a introdução intencional ou acidental num setor determinado do meio marinho de espécies estranhas ou novas que nele possam provocar mudanças importantes e prejudiciais (art. 196º).

As obrigações descritas acima referem-se a todas as zonas marítimas, incluindo a plataforma continental além das 200 milhas marítimas. A Convenção de Montego Bay não estabeleceu direitos e obrigações específicos aos Estados costeiros que explorem recursos marinhos vivos em suas plataformas continentais estendidas como o fez em relação à exploração dos recursos não-vivos. Neste sentido, estabeleceu Mossop<sup>202</sup> que “[d]espite the fact that Part VI of the LOSC contains no explicit obligation to conserve the resources of the sea floor, coastal States do have obligations to protect the marine environment on the continental shelf beyond 200 nm. These obligations can be found in the LOSC, in multilateral conventions, customary international law and other instruments.”.

Assim, verifica-se que a Convenção de Montego Bay procurou estabelecer que os Estados costeiros não podem simplesmente se beneficiar da exploração de seus recursos naturais (vivos e não-vivos) na plataforma continental além das 200 milhas marítimas sem que cumpram as obrigações ora previstas na Convenção e que honrem seus compromissos provenientes de outros instrumentos de proteção e preservação do meio marinho, conservação dos recursos vivos e desenvolvimento sustentável do meio ambiente marinho, conforme estabelecido no art. 237º.

---

b) A poluição proveniente de embarcações, em particular medidas para prevenir acidentes e enfrentar situações de emergência, garantir a segurança das operações no mar, prevenir descargas intencionais ou não e regulamentar o projecto, construção, equipamento, funcionamento e tripulação das embarcações;

c) A poluição proveniente de instalações e dispositivos utilizados na exploração ou aproveitamento dos recursos naturais do leito do mar e do seu subsolo, em particular medidas para prevenir acidentes e enfrentar situações de emergência, garantir a segurança das operações no mar e regulamentar o projecto, construção, equipamento, funcionamento e tripulação de tais instalações ou dispositivos;

d) A poluição proveniente de outras instalações e dispositivos que funcionem no meio marinho, em particular medidas para prevenir acidentes e enfrentar situações de emergência, garantir a segurança das operações no mar e regulamentar o projecto, construção, equipamento, funcionamento e tripulação de tais instalações ou dispositivos.

(...)

5. As medidas tomadas em conformidade com a presente parte devem incluir as necessárias para proteger e preservar os ecossistemas raros ou frágeis, bem como o habitat de espécies e outras formas de vida marinha em vias de extinção, ameaçadas ou em perigo.”

<sup>202</sup> Cf. MOSSOP, Joanna. *The Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles – rights and responsibilities*. Oxford, Oxford University Press, 2016, p. 95, 121.



### **3.3 Aplicação da sustentabilidade na exploração dos recursos naturais marinhos presentes na plataforma continental além das 200 milhas marítimas - implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 da Organização das Nações Unidas**

Ao retomar o conceito de desenvolvimento sustentável estabelecido no Relatório Berdtdland, e após analisarmos as especificidades existentes em relação à extensão da plataforma continental além das 200 milhas marítimas, cumpre destacar a importância do disposto pela Convenção de Montego Bay em seus artigos 197º e 242º, que tratam da obrigação de cooperação pelos Estados no plano mundial ou regional com a finalidade de proteger e preservar o meio marinho e da cooperação para a investigação científica marinha.

Desde a Conferência de Estocolmo<sup>203</sup>, o princípio da cooperação internacional tem sido utilizado pelos instrumentos do Direito internacional ambiental para que se possa alcançar um equilíbrio entre os países mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos com a finalidade de diminuir os danos ambientais até então causados e, assim, assegurar um meio ambiente mais equilibrado para as gerações futuras.

Contudo, em virtude da crescente preocupação em relação à implementação deste princípio e em relação aos crescentes danos ambientais enfrentados ao redor do mundo, especialmente no que diz respeito ao meio marinho, a Organização das Nações Unidas promoveu, em junho de 2017, a Conferência sobre os Oceanos (“*The Ocean Conference*”)<sup>204</sup>. Como resultado desta Conferência, foi publicado o documento denominado “*Our ocean, our future*”<sup>205</sup>, no qual os 197 Estados participantes se

---

<sup>203</sup> Neste sentido, cabe destacar o disposto no Princípio 24 da Conferência de Estocolmo:

“Princípio 24

Todos os países, grandes e pequenos, devem ocupar-se com espírito e cooperação e em pé de igualdade das questões internacionais relativas à proteção e melhoramento do meio ambiente. É indispensável cooperar para controlar, evitar, reduzir e eliminar eficazmente os efeitos prejudiciais que as atividades que se realizem em qualquer esfera, possam ter para o meio ambiente, mediante acordos multilaterais ou bilaterais, ou por outros meios apropriados, respeitados a soberania e os interesses de todos os estados.”

<sup>204</sup> Cf. UNITED NATIONS, *Report of the United Nations Conference to Support the Implementation of Sustainable Development Goal 14: Conserve and sustainably use the oceans, seas and marine resources for sustainable development*, United Nations Headquarters 5-9 June 2017, A/CONF.230/14, United Nations, New York, 2017, disponível em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/CONF.230/14&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.230/14&Lang=E).

<sup>205</sup> Cf. UNITED NATIONS, *Resolution adopted by the General Assembly on 6 July 2017, Our ocean, our future: call for action*, General Assembly, Seventy-first session, Agenda items 19 and 73 (a),

comprometeram a apoiar a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (SDG 14), isto é, comprometeram-se a conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para um desenvolvimento sustentável.

A crítica feita por Mitchell<sup>206</sup> à falta de efetiva implementação dos instrumentos internacionais celebrados tem fundamento:

*“States have spent considerable time and resources negotiating over 1,500 bilateral and over 700 multilateral environmental agreements, and have been signing such agreements at rates averaging about 20 multilaterals and 30 bilaterals per year. Yet, after states negotiate such agreements, a central question becomes: ‘so what?’ Which of these international environmental laws have made a difference and how much of a difference and what type of difference have they made?”*

Com efeito, a fim de procurar traçar um caminho para a efetiva implementação pelos Estados dos acordos, tratados e convenções firmados em relação à sustentabilidade na exploração dos recursos naturais marinhos presentes na plataforma continental além das 200 milhas marítimas, sugere-se que sejam incluídos nos requisitos técnicos a serem apresentados pelos Estados costeiros à Comissão de Limites da Plataforma Continental, juntamente com sua submissão para extensão da plataforma continental além das 200 milhas marítimas, os seguintes documentos: estudos técnicos de impacto ambiental da atividade de exploração e/ou aproveitamento pretendida (utilizando-se como base os estudos de impacto ambiental já realizados para as explorações *onshore* e *offshore* nas plataformas continentais até as 200 milhas marítimas), e o respetivo plano de manejo para assegurar critérios mínimos para um desenvolvimento sustentável na região a ser explorada.

Esta ação traria mais uma função à Comissão de Limites da Plataforma Continental, sendo imprescindível, portanto, uma alteração do texto da Convenção no que tange às funções da Comissão, bem como no que diz respeito aos

---

A/RES/71/312, 14 July 2017, disponível em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/71/312&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/71/312&Lang=E).

<sup>206</sup> Cf. MITCHELL, Ronald B. “Compliance theory: compliance, effectiveness, and behaviour change in the international environmental law” in BODANSKY, Daniel / BRUNNÉE, Jutta / HEY, Ellen (Orgs.), *The Oxford handbook of international environmental law*, New York, Oxford University Press, 2007, p. 894.

documentos a serem entregues pelos Estados costeiros para a obtenção da extensão de suas plataformas continentais além das 200 milhas marítimas.

Desta forma, mesmo que haja soberania absoluta dos Estados costeiros sobre a extensão de suas plataformas continentais e, conseqüentemente, sobre a exploração dos recursos naturais ali existentes, é imprescindível frisar que os compromissos internacionais firmados por estes Estados visam resguardar um bem maior não somente para as gerações atuais, como também para as gerações futuras. Destarte, caso não haja uma efetiva cooperação entre os Estados com o objetivo de obterem um equilíbrio entre a exploração e a proteção do meio ambiente marinho, é provável que as gerações futuras não tenham mais acesso às riquezas ali existentes.

## CONCLUSÃO

Em que pese as dificuldades enfrentadas pelos Estados costeiros em relação à interpretação do art. 76º da Convenção de Montego Bay, verifica-se que a Comissão de Limites da Plataforma Continental tem exercido sua função de auxiliar os Estados costeiros neste ponto, especialmente ao publicar trabalhos técnicos de grande relevância para o tema como o *Scientific and Technical Guidelines* e o *Training Manual for Delineation of the Outer Limits of the Continental Shelf beyond 200 nautical miles and for preparation of submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*. Prova disso é o crescente número de submissões feitas pelos Estados costeiros à Comissão de Limites da Plataforma Continental após a publicação desses documentos.

Da mesma forma, pode-se dizer que, em relação às ambiguidades até então existentes no art. 82º da Convenção de Montego Bay, a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos tem contribuído ativamente para que os Estados costeiros que venham a explorar os recursos marinhos não-vivos em suas plataformas continentais além das 200 milhas marítimas tenham suas obrigações esclarecidas e bem definidas. Assim, os trabalhos técnicos da Autoridade, nomeadamente, *Technical Study nº 4*, *Technical Study nº 5*, *Technical Study nº 12* e *Technical Study nº 15*, vem contribuindo para o esclarecimento das dúvidas existentes sobre a interpretação do art. 82º.

Já em relação à sustentabilidade na exploração dos recursos naturais marinhos existentes nas plataformas continentais além das 200 milhas marítimas, a conclusão é de que, apesar de ainda não haver exploração em andamento nesta área, ainda há muito o que ser feito para que se alcance o efetivo equilíbrio entre a exploração dos recursos e a proteção do meio ambiente marinho. Isso se justifica em virtude da ausência de engajamento e de ação por parte dos Estados que ratificaram instrumentos internacionais de proteção do meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, bem como pela ausência de penalidades em caso de descumprimento desses instrumentos.

A fim de solucionar tal problema, vale ressaltar a solução indicada neste trabalho, no sentido de incluir nos requisitos técnicos a serem apresentados pelos Estados costeiros à Comissão de Limites da Plataforma Continental, juntamente com sua submissão para extensão da plataforma continental além das 200 milhas marítimas, os seguintes documentos: estudos técnicos de impacto ambiental da atividade de exploração e/ou aproveitamento pretendida (utilizando-se como base os

estudos de impacto ambiental já realizados para as explorações *onshore* e *offshore* nas plataformas continentais até as 200 milhas marítimas), e o respetivo plano de manejo para assegurar critérios mínimos para um desenvolvimento sustentável na região a ser explorada.

## BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTOS CITADOS

### Doutrina:

BASTOS, Fernando Loureiro. “Algumas considerações sobre a produção de efeitos dos tratados de proteção do ambiente no espaço marinho” in *Estudos em homenagem ao Prof. Sérvulo Correia*, Coimbra, volume IV, 2010, p. 301-342.

BASTOS, Fernando Loureiro. “O Direito internacional do mar e os poderes dos estados costeiros” in *Direito administrativo do mar*, Coimbra, 2014.

BASTOS, Fernando Loureiro. *A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, Lisboa, AAFDL, 2005.

BELL, Stuart / MCGILLIVRAY, Donald. *Environmental Law*, Sixth edition, New York, Oxford University Press, 2006.

BIRNIE, Patricia / BOYLE, Alan / REDGWELL, Catherine. *International Law and the environment*, 3rd. edition, Oxford, Oxford University Press, 2009.

BORG, Simone. “The Conservation of Marine Living Resources under International Law: The 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea and Beyond” in ATTARD, David Joseph / FITZMAURICE, Malgosia / GUTIÉRREZ, Norman A. Martínez (eds.), *The IMLI manual on international maritime law*, Vol. I, 1st. ed., Oxford, Oxford University Press, 2014, p. 342-376.

CASSESE, Antonio. *International law*, 2nd ed., Oxford, Oxford University Press, 2005.

CHAO, J. K. T. “Whose is the Bed of the Sea? The problem of Continental Shelf Delimitation in Relation to Small Islands” in *The Journal of National Chengchi University*, Vol. 49, 1984, p. 53-90.

CHURCHILL, Robin R. / LOWE, Alan V. *The Law of the Sea*, New-Revised Edition, Manchester: Manchester University Press, 1988.

CHURCHILL, Robin R. “The 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea” in ROTHWELL, Donald R. / ELFERINK, Alex G. Oude / SCOTT, Karen N. / STEPHENS, Tim (eds.). *The Oxford handbook of the law of the sea*, Oxford, Oxford University Press, 2015, p. 24-45.

COELHO, Paulo Domingos das Neves. “O processo de extensão da Plataforma Continental” in *Aspectos Jurídicos e Científicos da extensão da Plataforma Continental, Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental*, Porto, 2006, p. 13-59.

COLLOQUE LA HAYE, La Haye, 1981. *La gestion des ressources pour l'humanité: le droit de la mer, Management of humanitys resources, the law of the sea*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1982.

DINH, Nguyen Quoc / DAILLIER, Patrick / PELLET, Alain. *Droit International Public*, 7e. Édition, Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 2002.

DOMINELLI, Stefano. “Evolutionary Trends in Maritime Piracy: A Possible Assessment of Eco-Activists’ Conduct” in *Australian International Law Journal*, p. 41-53.

DUPUY, Pierre-Marie. *Droit international public*. 6ème edition, Paris: Dalloz, 2002.

DUPUY, Pierre-Marie / VIÑUALES, Jorge. *International environmental law*, Cambridge, Cambridge University Press, 2015.

DUPUY, René-Jean / VIGNES, Daniel (eds.), *A Handbook on the New Law of the Sea*, volume 1 e 2, Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1991.

DUPUY, René-Jean. *L'océan partagé: analyse d'une négociation*, Paris: A. Pedone, 1979.

EGEDE, Edwin. The Common Heritage of Mankind and the Sub-Saharan African Native Land Tenure System: A “Clash of Cultures” in the Interpretation of Concepts in International Law?, in *Journal of African Law*, FirstView Article, February 2014, p. 1-18, disponível em [http://journals.cambridge.org/abstract\\_S0021855313000144](http://journals.cambridge.org/abstract_S0021855313000144).

EIRIKSSON, Gudmundur. *The International Tribunal for the Law of the Sea*. The Hague: Martinus Nijhoff, 2000.

ELFERINK, Alex G. Oude. “The Establishment of Outer Limits of the Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles by the Coastal State: The Possibilities of Other States to Have an Impact on the Process”, in *The International Journal of Marine and Coastal Law* 24 (2009), Koninklijke Brill NV, Leiden, 2009, p. 535–556.

FERRÃO, Marisa Caetano. *A delimitação da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas*. Lisboa: AAFDL, 2009.

FRANCKX, Erik. “The International Seabed Authority and the Common Heritage of Mankind the need for States to establish the outer limits of their Continental Shelf”, in *The International Journal of Marine and Coastal Law* 25 (2010), Koninklijke Brill NV, Leiden, 2010, p. 543-567.

GOMES, Carla Amado. A proteção internacional do ambiente na Convenção de Montego Bay, in *Estudos em homenagem à Professora Doutora Isabel de Magalhães Collaço*, vol. II, Almedina, Coimbra, 2002.

GOMES, Carla Amado. *Direito Internacional do Ambiente: uma abordagem temática*. Lisboa: AAFDL, 2018.

GOMES, Carla Amado. *Introdução ao Direito do Ambiente*. 2a. ed., Lisboa: AAFDL, 2014.

GUEDES, Armando M. Marques. *Direito do Mar*. 2a. ed., Coimbra: Coimbra Editora, 1998.

HEATON JR., S. Warren. “Mexico’s attempt to extend its continental shelf beyond 200 nautical miles serves as a model for the International Community” in *Mexican Law Review*, Vol. V, nº 2, p. 433-450.

HERNÁNDEZ-SALAS, Carlos R. “Seamounts Protection in the Pacific Insular Region of Chile” in *Chinese Journal of International Law* (2015), Oxford University Press, p. 151-176.

INTERNATIONAL TRIBUNAL FOR THE LAW OF THE SEA. *International Tribunal for the Law of the Sea Basic texts: 1998*. The Hague: Kluwer Law International, 1999.

IRMSCHER, Tobias H. *Enclaves*, Max Planck Encyclopedia of Public International Law [MPEPIL], September 2007, disponível em: <https://opil.ouplaw.com/abstract/10.1093/law:epil/9780199231690/law-9780199231690-e1037?rskey=eQMKsF&result=23&prd=EPIL>.

JARES, Vladimir. “The continental shelf beyond 200 nautical miles: the work of the Commission on the limits of the continental shelf and the Arctic”, in *Vanderbilt Journal of Transnational Law*, Vol. 42, nº 4, October 2009, disponível em: <https://law-journals-books.vlex.com/vid/continental-shelf-nautical-arctic-72426121>.

KISS, Alexandre. “Direito Internacional do Ambiente”, in AMARAL, Diogo Freitas do. / ALMEIDA, Marta Tavares de. (coords.). *Direito do ambiente: comunicações apresentadas no curso realizado no Instituto Nacional de Administração de 17 a 18 de Maio de 1993*, INA, 1994, p. 147-163.



KISS, Alexandre / SHELTON, Dinah. *International environmental law*, Boston, Martinus Nijhoff Publishers, 2007.

KLEIN, Natalie / HUGHES, Nikolas. “National litigation and International Law: repercussions for Australia’s protection of marine resources”, in *Melbourne University Law Review*, vol. 33, 2009, p. 163-204.

KLEIN, Natalie / MOSSOP, Joanna / ROTHWELL, Donald R. (eds.). *Maritime Security International Law and Policy Perspectives from Australia and New Zealand*. Taylor & Francis e-Library, 2009.

KUNOY, Bjørn. “Agreed Minutes on the Delimitation of the Continental Shelf beyond 200 Nautical Miles between Greenland and Iceland in the Irminger Sea”, in *Chinese Journal of International Law* (2013), Oxford University Press, 2013, p. 125–142.

LANCEIRO, Rui Tavares. “The legal artic gold rush: the procedure of extension of the Russian federation’s continental shelf analysed through global administrative law” in *Estudos em homenagem ao Prof. Dr. Paulo de Pitta Cunha*. Coimbra, 2010, v. 3, p. 709-744.

LANDO, Massimo. “Delimiting the Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles at the International Court of Justice: The Nicaragua v. Colombia Cases”, in *Chinese Journal of International Law* (2017), Oxford University Press, 2017, p. 137–173.

LAY, S. Houston / CHURCHILL, Robin / NORDQUIST, Myron (eds.). *New directions in the Law of the Sea*, New York, Oceana Publications, The British Institute of International and Comparative Law, 1973-1977.

LÉVI, Jean-Pierre. “The International Sea-Bed Area”, in DUPUY, René-Jean / VIGNES, Daniel (eds.), *A Handbook on the New Law of the Sea*, volume 1, Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1991, p. 587-633.

LÉVY, Jean-Pierre. *The International Seabed Authority: 20 years*, Jamaica, International Seabed Authority, 2014.

LIAO, Xuexia. “Evaluation of Scientific Evidence by International Courts and Tribunals in the Continental Shelf Delimitation Cases” in *Ocean Development & International Law* 2017, Vol. 48, n°. 2, Taylor & Francis Group, LLC, p. 136–157, available at <http://dx.doi.org/10.1080/00908320.2017.1290398>.

MAGNÚSSON, Bjarni Mar. “Is there a Temporal Relationship between the Delineation and the Delimitation of the Continental Shelf beyond 200 Nautical Miles?” in *The*

*International Journal of Marine and Coastal Law* 28 (2013), Koninklijke BriU NV, Uiden, Martinus Nijhoff Publishers, 2013, p. 465-483.

MIRANDA, Jorge. *Curso de Direito Internacional Público*. 6. ed., Princípia, Cascais, 2016.

MITCHELL, Ronald B. “Compliance theory: compliance, effectiveness, and behaviour change in the international environmental law” in BODANSKY, Daniel / BRUNNÉE, Jutta / HEY, Ellen (Orgs.), *The Oxford handbook of international environmental law*, New York, Oxford University Press, 2007, p. 893-921.

MONCADA, António Cabral de. *Curso de Direito Internacional Público*, vol. 1, Coimbra, Almedina, 1996, p. 235.

MORNI, Wan Zabidii Wan et al. “Continental Shelf Sediments of Sarawak, Malaysian Borneo”, in *The Scientific World Journal Volume 2017*, Article ID 4853048, 10 pages, Hindawi, available at <https://doi.org/10.1155/2017/4853048>.

MOSSOP, Joanna. “Protecting Marine Biodiversity on the Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles”, in *Ocean Development & International Law*, 38, 2007, Taylor & Francis Group, LLC, p. 283–304.

MOSSOP, Joanna. *The Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles – rights and responsibilities*. Oxford, Oxford University Press, 2016.

NANDAN, Satya N. / LODGE, Michael W. / ROSENNE, Shabtai. *The development of the regime for deep seabed mining*, Jamaica, International Seabed Authority with the permission of the Center for Oceans Law and Policy, Charlottesville, Virginia, USA and Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, The Netherlands, 2002.

ORAKHELASHVILI, Alexander. *Peremptory norms in international law*. Oxford: Oxford University Press, cop. 2006, reimp. 2007.

PULVENIS, Jean-François. “The Continental Shelf Definition and Rules Applicable to Resources”, in DUPUY, René-Jean / VIGNES, Daniel (edits.), *A Handbook on the New Law of the Sea*, volume 1, Dordrecht, Martinus Nijhoff Publishers, 1991, p. 315-381.

QURESHI, Dr. Waseem Ahmad. “Marine Biodiversity Conservation: The International Legal Framework and Challenges” in *Houston Journal of International Law*, Vol. 40:3, 2018, p. 845-935.

ROTHWELL, Donald. R. / STEPHENS, Tim. *The International Law of the Sea*. Second Edition, Oxford and Portland, Oregon, 2016.

ROUGHTON, Dominic / TREHEARNE, Colin. "The Continental Shelf" in ATTARD, David Joseph / FITZMAURICE, Malgosia / GUTIÉRREZ, Norman A. Martínez (eds.), *The IMLI manual on international maritime law*, Vol. I, 1st. ed., Oxford, Oxford University Press, 2014, p. 137-176.

SAND, Peter. "The Evolution of International Environmental Law" in BODANSKY, Daniel / BRUNNÉE, Jutta / HEY, Ellen (Orgs.), *The Oxford handbook of international environmental law*, New York, Oxford University Press, 2007, p. 31-33.

SCHOFIELD, Clive. *Securing the Resources of the Deep: Dividing and Governing the Extended Continental Shelf*. Berkeley Law Scholarship Repository, 2015

SCOVAZZI, Tullio. The Concept of Common Heritage of Mankind and the Genetic Resources of the Seabed beyond the Limits of National Jurisdiction, in *Agenda Internacional*, Año XIV, n° 25, 2007, p. 11-24.

SOHN, Louis B., NOYES, John E.. *Cases and materials on the Law of the Sea*. Ardsley: Transnational Publishers, 2004.

SUAREZ, Suzette V. "The Arbitral Award in the Bangladesh-India Maritime Delimitation in the Bay of Bengal and its Contribution to International Maritime Boundary Law: A Case Commentary" in *Maritime Safety and Security Law Journal*, Issue 2, 2016, disponível em: [http://www.marsafelawjournal.org/wp-content/uploads/2016/10/Issue2\\_SUAREZ\\_Article.pdf](http://www.marsafelawjournal.org/wp-content/uploads/2016/10/Issue2_SUAREZ_Article.pdf).

TANAKA, Yoshifumi. *The international law of the sea*. 2nd.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, LXXXVI.

TREVES, Tullio. "Historical Development of the Law of the Sea" in ROTHWELL, Donald R. / ELFERINK, Alex G. Oude / SCOTT, Karen N. / STEPHENS, Tim (eds.). *The Oxford handbook of the law of the sea*, Oxford, Oxford University Press, 2015, p. 1-23.

TUERK, Helmut. "The International Seabed Area" in ATTARD, David Joseph / FITZMAURICE, Malgosia / GUTIÉRREZ, Norman A. Martínez (eds.), *The IMLI manual on international maritime law*, Vol. I, 1st. ed., Oxford, Oxford University Press, 2014, p. 276-303.

VALERIO, Lindsay Ryan. "Implementation of existing international legal instruments for conservation and sustainable uses of marine biodiversity in areas beyond national jurisdiction: a case study of the OSPAR Convention" in *Revista Catalana de Dret Ambiental Vol. III Núm. 2 (2012)*, p. 1-20.

VALLE, Jaime. A Plataforma Continental: alguns aspectos do seu actual regime jurídico. In: *Revista Jurídica da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa*, Lisboa Nova Série, nº 25, Abril 2002, p. 37-49

WORLD OCEAN REVIEW. *Sustainable use of our Oceans – Making ideas work*, Hamburg, Germany, Maribus gGmbH, 2015.

YANAI, Shunji. “International Law concerning maritime boundary delimitation” in ATTARD, David Joseph / FITZMAURICE, Malgosia / GUTIÉRREZ, Norman A. Martínez (edits.), *The IMLI manual on international maritime law*, Vol. I, 1st. ed., Oxford, Oxford University Press, 2014, p. 304-341.

### **Jurisprudência:**

#### **Tribunal Internacional do Direito do Mar**

*Digest of jurisprudence of the International Tribunal for the Law of Sea / Répertoire de jurisprudence*. 1996-2016. Compact Media GmbH, Hamburg, 2016.

INTERNATIONAL TRIBUNAL FOR THE LAW OF THE SEA, Year 2012, 14 March 2012, *Dispute concerning delimitation of the maritime boundary between Bangladesh and Myanmar in the Bay of Bengal, judgement*, 2012.

#### **Tribunal Internacional de Justiça:**

Casos da Plataforma Continental do Mar do Norte – North Sea Continental Shelf Cases (Federal Republic of Germany/Denmark; Federal Republic of Germany/Netherlands), Judgment of February 20th 1969, *ICJ Reports 1969*.

Territorial and Maritime Dispute between Nicaragua and Honduras in the Caribbean Sea (Nicaragua v. Honduras), Judgment, *I.C.J. Reports 2007*.

#### **Arbitragem Internacional:**

*Maritime Boundary Arbitration between Bangladesh and India, Permanent Court of Arbitration (PCA), Award of 7 July 2014, case nº 16, 2014*.

UNITED NATIONS, *Reports of International Arbitral Awards, Arbitration between Barbados and the Republic of Trinidad and Tobago, relating to the delimitation of the exclusive economic zone and the continental shelf between them, decision of 11 April 2006, Volume XXVII, 2008*.

## **Documentos internacionais:**

Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, assinada em 10 de Dezembro de 1982, em Montego Bay, na Jamaica;

Convenção de Genebra sobre a Plataforma Continental, assinada em 29 de Abril de 1958, em Genebra, na Suíça, assinada por Portugal em 28 de Outubro de 1958 e aprovada para ratificação pelo Decreto-Lei n 44490, de 3 de Agosto de 1962, disponível em:

<http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/dl44490D.pdf>.

INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY. *Consolidated regulations and recommendations on prospecting and exploration*, revised edition, Jamaica, International Seabed Authority, 2015.

INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY. *Contractors for seabed exploration*, Jamaica, International Seabed Authority, 2015.

INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY. *ISA Technical Study no. 15: A study of key terms in Article 82 of the United Nations Convention on the Law of the Sea*, Kingston, Jamaica, International Seabed Authority Technical Study Series, 2016.

INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY. *ISA Technical Study no. 12: Implementation of Article 82 of the United Nations Convention on the Law of the Sea: report of the International Workshop convened by the International Seabed Authority in collaboration with the China Institute for Marine Affairs in Beijing, the People's Republic of China, 26-30 November 2012*, Kingston, Jamaica, International Seabed Authority Technical Study Series, 2012.

INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY, *ISA Technical Study no. 5: Non-Living Resources of the Continental Shelf Beyond 200 Nautical Miles: Speculations on the Implementation of Article 82 of the United Nations Convention on the Law of the Sea*, Kingston, Jamaica, ISA Technical Study Series, 2010.

INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY, *ISA Technical Study no. 4: Issues associated with the implementation of Article 82 of the United Nations Convention on the Law of the Sea*, Kingston, Jamaica, ISA Technical Study Series, 2009.

UNESCO. *Ocean Literacy for All – a toolkit, IOC Manuals and Guides*, Paris: UNESCO, 2017

UNESCO Secretariat. ‘Scientific Considerations Relating to the Continental Shelf’ (Document A/CONF.13/2 and Add.1 in *UNCLOS Official Records* vol I, 1958) p. 6 and 14. Disponible em: [http://legal.un.org/docs/?path=../diplomaticconferences/1958\\_los/docs/english/vol\\_1/a\\_conf13\\_2.pdf&lang=E](http://legal.un.org/docs/?path=../diplomaticconferences/1958_los/docs/english/vol_1/a_conf13_2.pdf&lang=E).

UNESCO, Intergovernmental Oceanographic Commission of UNESCO. *The United Nations Decade of Ocean Science for Sustainable Development (2021-2030)*, Paris: UNESCO, 2018.

UNITED NATIONS, *Decision regarding the workload of the Commission on the Limits of the Continental Shelf and the ability of States, particularly developing States, to fulfil the requirements of article 4 of annex II to the United Nations Convention on the Law of the Sea, as well as the decision contained in SPLOS/72, paragraph (a)*, Meeting of States Parties, Eighteenth Meeting, New York, 13-20 June 2008, UN Doc. SPLOS/183, 20 June 2008.

UNITED NATIONS, *Decision regarding the date of commencement of the ten-year period for making submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf set out in article 4 of Annex II to the United Nations Convention on the Law of the Sea*, Meeting of States Parties, Eleventh Meeting, New York, 14-18 May 2001, UN Doc. SPLOS/72, 29 May 2001.

UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *Submissions, through the Secretary-General of the United Nations, to the Commission on the Limits of the Continental Shelf, pursuant to article 76, paragraph 8, of the United Nations Convention on the Law of the Sea of 10 December 1982*, disponível em [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/commission\\_submissions.htm](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/commission_submissions.htm)

UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *Progress of work in the Commission on the Limits of the Continental Shelf*. Commission on the Limits of the Continental Shelf, Forty-seventh session, CLCS 105, 16 July–31 August 2018, New York, 13 September 2018, disponível em: <https://undocs.org/en/clcs/105>.

UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *Progress of work in the Commission on the Limits of the Continental Shelf*. Commission on the Limits of the Continental Shelf, Forty-ninth session, New York, 28 January–15 March 2019, CLCS 108, 29 March 2019, disponível em: <https://undocs.org/CLCS/108>.

UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *Marine zones*, disponível em: [https://www.un.org/depts/los/clcs\\_new/marinezones.jpg](https://www.un.org/depts/los/clcs_new/marinezones.jpg).

UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and The Law of the Sea. *Rules of Procedure of the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, Twenty-first session, New York, 17 March-18 April 2008, CLCS/40/Rev.1, 17 April 2008.

UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *Scientific and Technical Guidelines of the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, CLCS/11, 13 May 1999 (incorporates CLCS/11/Corr.1, 24 February 2000).

UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and The Law of the Sea, Office of Legal Affairs. *The Law of the Sea – Baselines: an examination of the relevant provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea*, United Nations, New York, 1989, p. 52-55.

UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and The Law of the Sea, Office of Legal Affairs. *The Law of the Sea: Definition of the Continental Shelf, an examination of the relevant provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea*, United Nations, New York, 1993.

UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *The Law of the Sea: Training Manual for Delineation of the Outer Limits of the Continental Shelf beyond 200 nautical miles and for preparation of submissions to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, February 2007.

UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea, Office of Legal Affairs / INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY. *Marine Mineral Resources - Scientific Advances and Economic Perspectives*, United Nations, 2004.

UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea, The Law of the Sea. *United Nations Convention on the Law of the Sea with Index and Final Act of the Third United Nations Conference on the Law of the Sea*, A/CONF.62/122, 7 October 1982.

Cf. UNITED NATIONS, *Report of the United Nations Conference on the Human environment, Stockholm, 5-16 June 1972*, New York, 1973, disponível em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/CONF.48/14/REV.1](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.48/14/REV.1).

UNITED NATIONS, *Report of the World Commission on Environment and Development*, General Assembly, A/RES/42/187, 96<sup>th</sup> Plenary Meeting, 11 December 1987, disponível em: <https://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>.

UNITED NATIONS, *Report of the United Nations Conference on Environment and Development (Rio de Janeiro, 3-14 June 1992), Annex I - Rio Declaration on environment and development*, General Assembly, A/CONF.151/26 (Vol. I), 12 August 1992, disponível em: <https://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm>.

UNITED NATIONS, *United Nations framework Convention on Climate Change*, FCCC/INFORMAL/84United Nations, 1992, disponible em: <https://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf>.

UNITED NATIONS, *Convention on biological diversity*, United Nation, 1992, disponible em: <https://www.cbd.int/doc/legal/cbd-en.pdf>.

UNITED NATIONS, *Report of the United Nations Conference on Environment and Development (Rio de Janeiro, 3-14 June 1992), Annex III - Non-legally binding authoritative statement of principles for a global consensus on the management, conservation and sustainable development of all types of forests*, General Assembly, A/CONF.151/26 (Vol. III), 14 August 1992, disponible em: <https://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-3annex3.htm>.

UNITED NATIONS, *Report of the United Nations Conference on Environment and Development*, Rio de Janeiro, 3-14 June 1992, Vol. I, A/CONF.151/26/Rev.1 (Vol. I), New York, 1993, disponible em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/CONF.151/26/Rev.1%20\(Vol.%20I\)&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.151/26/Rev.1%20(Vol.%20I)&Lang=E).

UNITED NATIONS, *Report of the United Nations Conference on Environment and Development*, General Assembly, A/RES/47/190, Forty-seventh session, Agenda item 79, 16 March 1993, disponible em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/47/190&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/47/190&Lang=E).

UNITED NATIONS, *Resolution adopted by the General Assembly – Programme for the further implementation of Agenda 21*, General Assembly, A/RES/S-19/2, Nineteenth special session, Agenda item 8, 19 September 1997, disponible em: <https://undocs.org/A/RES/S-19/2>.

UNITED NATIONS, *Report of the World Summit on Sustainable Development, Johannesburg, South Africa, 26 August-4 September 2002 (A/CONF.199/20)*, New York, 2002, disponible em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/CONF.199/20&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.199/20&Lang=E).

UNITED NATIONS, *Report of the United Nations Conference on Sustainable Development, Rio de Janeiro, Brazil, 20-22 June 2012*, A/CONF.216/16, New York, 2012, disponible em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/CONF.216/16&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.216/16&Lang=E).

UNITED NATIONS, *Resolution adopted by the General Assembly on 27 July 2012, The future we want*, A/RES/66/288, Sixty-sixth session, Agenda item 19, General Assembly, 11 September 2012, New York, disponible em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/66/288&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/66/288&Lang=E).

UNITED NATIONS, *Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015, Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*, A/RES/70/1, Seventieth session, Agenda items 15 and 116, General Assembly, 21



October 2015, New York, disponível em:  
[https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E)

UNITED NATIONS. *Receipt of the submission made by the Russian Federation to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 20 December 2001, disponível em:  
[https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/rus01/RUS\\_CLCS\\_01\\_2001\\_LOS\\_English.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/rus01/RUS_CLCS_01_2001_LOS_English.pdf)

UNITED NATIONS. *Canada: Notification regarding the submission made by the Russian Federation to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 26 February 2002, disponível em:  
[https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/rus01/CLCS\\_01\\_2001\\_LOS\\_CANtext.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/rus01/CLCS_01_2001_LOS_CANtext.pdf)

UNITED NATIONS. *Denmark: Notification regarding the submission made by the Russian Federation to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 26 February 2002, disponível em:  
[https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/rus01/CLCS\\_01\\_2001\\_LOS\\_DNKtext.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/rus01/CLCS_01_2001_LOS_DNKtext.pdf)

UNITED NATIONS. *Japan: Notification regarding the submission made by the Russian Federation to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 14 March 2002, disponível em:  
[https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/rus01/CLCS\\_01\\_2001\\_LOS\\_JPNtext.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/rus01/CLCS_01_2001_LOS_JPNtext.pdf)

UNITED NATIONS. *Norway: Notification regarding the submission made by the Russian Federation to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 2 April 2002, disponível em:  
[https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/rus01/CLCS\\_01\\_2001\\_LOS\\_NORtext.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/rus01/CLCS_01_2001_LOS_NORtext.pdf)

UNITED NATIONS. *United States of America: Notification regarding the submission made by the Russian Federation to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 18 March 2002, disponível em:  
[https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/rus01/CLCS\\_01\\_2001\\_LOS\\_USAtext.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/rus01/CLCS_01_2001_LOS_USAtext.pdf)

UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea, Office of Legal Affairs. *Statement by the Chairman of the CLCS on the progress of work in the Commission*, Eleventh session, New York, 24-28 June 2002, CLCS/34, 1 July 2002, item 4.

UNITED NATIONS, General Assembly. *Report of the Secretary-General*, Fifty-seventh session, Agenda item 25 (a), Oceans and the law of the sea, A/57/57/Add.1, 8 October 2002, disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/629/28/PDF/N0262928.pdf?OpenElement>.

UNITED NATIONS. *Summary of Recommendations of the Commission on the limits of the Continental Shelf in regard to the Partial Revised Submission made by the Russian Federation in respect of the Sea of Okhotsk on 28 February 2013*, 11 March 2014, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/rus01\\_rev13/2014\\_03\\_13\\_COM\\_REC\\_RUS\\_Summary.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/rus01_rev13/2014_03_13_COM_REC_RUS_Summary.pdf).

BRAZILIAN CONTINENTAL SHELF SURVEY PROJECT, Continental Shelf and UNCLOS Article 76, Brazilian Submission, *Executive Summary*, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/bra04/bra\\_exec\\_sum.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/bra04/bra_exec_sum.pdf).

UNITED NATIONS. *Receipt of the submission made by the Federative Republic of Brazil to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 21 May 2004, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/bra04/bra\\_clcs\\_02\\_2004\\_los.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/bra04/bra_clcs_02_2004_los.pdf).

UNITED NATIONS. *United States of America: Notification regarding the submission made by Brazil to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 9 September 2004, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/bra04/clcs\\_02\\_2004\\_los\\_usat\\_ext.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/bra04/clcs_02_2004_los_usat_ext.pdf)

UNITED NATIONS. *Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission*, Fourteenth session, New York, 30 August-3 September 2004, CLCS/42, 14 September 2004, item 11-25, disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/510/12/PDF/N0451012.pdf?OpenElement>

The Brazilian submission to the Commission on the Limits of the Continental Shelf pursuant to article 76 of the United Nations Convention on the Law of the Sea - *Addendum to the Executive Summary dated 17 May 2004*, 1 February 2006, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/bra04/bra\\_add\\_executive\\_summary.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/bra04/bra_add_executive_summary.pdf).

UNITED NATIONS. *Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission*, Nineteenth session, New York, 5 March-13 April 2007, CLCS/54, 27 April 2007, item 11-22, disponível em: <https://undocs.org/en/clcs/54>.

Executive Summary, Continental Shelf and UNCLOS article 76, *Brazilian Partial Revised Submission to the Commission on the Limits of the the Continental Shelf, Brazilian Southern Region*, 10 April 2015, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/bra02\\_rev15/Executive\\_Summary\\_Brazilian\\_Partial\\_Revised\\_Submission\\_SR.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/bra02_rev15/Executive_Summary_Brazilian_Partial_Revised_Submission_SR.pdf).

Executive Summary, Continental Shelf and UNCLOS article 76, *Brazilian Partial Revised Submission to the Commission on the Limits of the the Continental Shelf*,

*Brazilian Equatorial Margin*, 8 September 2017, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/bra02\\_rev17/BR-EM-ExecutiveSummary.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/bra02_rev17/BR-EM-ExecutiveSummary.pdf).

Executive Summary, Continental Shelf and UNCLOS article 76, *Brazilian Partial Revised Submission to the Commission on the Limits of the the Continental Shelf, Brazilian Oriental and Meridional Margins*, 7 December 2018, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/bra02\\_rev18/BR-OMM-ExecutiveSummary.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/bra02_rev18/BR-OMM-ExecutiveSummary.pdf).

Continental Shelf Submission of Australia, *Executive Summary*, Commonwealth of Australia 2004, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/Documents/aus\\_doc\\_es\\_web\\_delivery.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/Documents/aus_doc_es_web_delivery.pdf).

UNITED NATIONS. *Receipt of the submission made by Australia to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 15 November 2004, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/clcs\\_03\\_2004\\_los.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/clcs_03_2004_los.pdf).

United States mission to the United Nations, New York, 3 December 2004, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/clcs\\_03\\_2004\\_los\\_usa\\_text.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/clcs_03_2004_los_usa_text.pdf)

Permanent mission of the Russian Federation to the United Nations, 9 December 2004, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/clcs\\_03\\_2004\\_los\\_russian\\_text.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/clcs_03_2004_los_russian_text.pdf)

UNITED NATIONS. *Japan: Notification regarding the submission made by Australia to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 4 February 2005, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/clcs\\_03\\_2004\\_los\\_jap.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/clcs_03_2004_los_jap.pdf)

Permanent mission of the Democratic Republic of Timor-Leste to the United Nations, 11 February 2005, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/clcs\\_03\\_2004\\_los\\_tls.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/clcs_03_2004_los_tls.pdf)

Permanent mission of France to the United Nations, 28 March 2005, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/clcs\\_03\\_2004\\_los\\_fra\\_en.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/clcs_03_2004_los_fra_en.pdf)

Permanent mission of the Netherlands to the United Nations, 31 March 2005, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/clcs\\_03\\_2004\\_los\\_nl.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/clcs_03_2004_los_nl.pdf)

Permanent mission of Germany to the United Nations, 05 April 2005, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/clcs\\_03\\_2004\\_los\\_deu.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/clcs_03_2004_los_deu.pdf)

UNITED NATIONS. *Republic of India: Notification regarding the submission made by Australia to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 13 July 2005, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/clcs\\_03\\_2004\\_los\\_ind.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/clcs_03_2004_los_ind.pdf)

UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in regard to the submission made by Australia on 15 November 2004 on information on the proposed outer limits of its continental shelf beyond 200 nautical miles, Recommendations prepared by the Subcommission established for the consideration of the Submission made by Australia Adopted by the Commission on 9 April 2008*, 9 April 2008, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/Aus\\_Recommendations\\_FINAL.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/Aus_Recommendations_FINAL.pdf)

UNITED NATIONS. *Statement by the Chairman of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the progress of work in the Commission*, Twenty-second session, New York, 11 August-12 September 2008, CLCS/60, 26 September 2008, item 57, disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/523/33/PDF/N0852333.pdf?OpenElement>.

UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf (CLCS) in regard to the Submission made by Australia on 15 November 2004, Recommendations adopted by CLCS on 9 April 2008*, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/aus\\_summary\\_of\\_recommendations.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/aus_summary_of_recommendations.pdf).

Permanent mission of the Republic of Indonesia to the United Nations, 7 August 2009, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/aus04/clcs\\_03\\_2004\\_los\\_idn-recomm.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/aus04/clcs_03_2004_los_idn-recomm.pdf)

Continental Shelf Submission of Norway in respect of Bouvetøya and Dronning Maud Land, *Executive Summary*, Oljedirektoratet 2009, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/nor30\\_09/nor2009\\_executive\\_summary.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/nor30_09/nor2009_executive_summary.pdf).

*Note from the Permanent Mission of Norway addressed to the Secretary-General of the United Nations accompanying the lodgement of Norway's submission*, New York, 4 May 2009, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/nor30\\_09/nor2009\\_note.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/nor30_09/nor2009_note.pdf).

UNITED NATIONS. *Receipt of the submission made by the Kingdom of Norway to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 5 May 2009, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/nor30\\_09/nor\\_clcs30\\_2009e.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/nor30_09/nor_clcs30_2009e.pdf).

United States mission to the United Nations, New York, 4 June 2009, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/nor30\\_09/usa\\_re\\_nor\\_2009.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/nor30_09/usa_re_nor_2009.pdf)

Permanent mission of the Russian Federation to the United Nations, 15 June 2009, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/nor30\\_09/rus\\_15jun09\\_e.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/nor30_09/rus_15jun09_e.pdf)

Permanent mission of India to the United Nations, 31 August 2009, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/nor30\\_09/ind\\_re\\_nor\\_2009.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/nor30_09/ind_re_nor_2009.pdf)

Permanent mission of the Kingdom of the Netherlands to the United Nations, 30 September 2009, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/nor30\\_09/nld\\_re\\_nor\\_2009.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/nor30_09/nld_re_nor_2009.pdf)

Permanent mission of Japan to the United Nations, 19 November 2009, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/nor30\\_09/jpn\\_19nov2009.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/nor30_09/jpn_19nov2009.pdf)

Continental Shelf Submission of Norway in respect of Bouvetøya and Dronning Maud Land, *Revised Executive Summary*, Oljedirektoratet 2015, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/nor30\\_09/es\\_bouvet\\_rev.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/nor30_09/es_bouvet_rev.pdf)

UNITED NATIONS. *Receipt of a revised Executive Summary of the partial submission made by the Kingdom of Norway to the Commission on the Limits of the Continental Shelf*, 28 May 2015, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/nor30\\_09/2015\\_05\\_28\\_UN\\_NV\\_AS\\_004.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/nor30_09/2015_05_28_UN_NV_AS_004.pdf).

UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. *Summary of the Recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf in regard to the Submission made By Norway in respect of Bouvetøya and Dronning Maud Land on 4 May 2009, Recommendations adopted by CLCS on 8 February 2019*, disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/nor30\\_09/2019\\_02\\_08\\_com\\_sumrec\\_nor.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/nor30_09/2019_02_08_com_sumrec_nor.pdf)

UNITED NATIONS, *Report of the United Nations Conference to Support the Implementation of Sustainable Development Goal 14: Conserve and sustainably use the oceans, seas and marine resources for sustainable development*, United Nations Headquarters 5-9 June 2017, A/CONF.230/14, United Nations, New York, 2017,

disponível em:  
[https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/CONF.230/14&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.230/14&Lang=E).

UNITED NATIONS, *Resolution adopted by the General Assembly on 6 July 2017, Our ocean, our future: call for action*, General Assembly, Seventy-first session, Agenda items 19 and 73 (a), A/RES/71/312, 14 July 2017, disponível em:  
[https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/71/312&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/71/312&Lang=E).